

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 110/111 CURITIBA, QUINTA/SEGUNDA-FEIRA, EM 16/20 DE AGOSTO DE 2001 ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**  
1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**  
2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**  
1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**  
2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**  
3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**  
4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**  
5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Sérgio Spada*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Hermes Fonseca*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Edno Guimarães*  
*PST ..... Divanir Braz Palma*  
*PL ..... Serafina Carrilho*  
*PSB ..... Moysés Leônidas*

## Representação Partidária

*PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
16 DE AGOSTO DE 2001**

*(quinta-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Ademir Bier.

Às nove horas e trinta minutos, o senhor presidente, conforme o disposto no artigo 88 do Regimento Interno, deixou de abrir a presente Sessão, salientando a falta de segurança, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**EM VOTAÇÃO**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/2001.

Levanta-se a Sessão.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 074ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
20 DE AGOSTO DE 2001**

*(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kiesel, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz

Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczy, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Senhoras deputadas, senhores deputados, senadores da República, deputados federais, e demais autoridades aqui presentes.

Senhoras e senhores, em nome de todos os 54 deputados estaduais, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem a satisfação de dar as boas vindas a todos que aqui se encontram para acompanhar esta Sessão.

Esta Casa de Leis vive dias históricos; todos nós temos a honra de analisar, apreciar, debater e votar o primeiro projeto de iniciativa popular da história do Poder Legislativo do Paraná de acordo com a Constituição de 1988, a Constituição Cidadã. E o mais importante, acompanhados que estamos por representantes legítimos de todos os segmentos sociais de todo o Paraná, numa demonstração efetiva de espírito democrático de união da Assembléia Legislativa. A manutenção deste espírito democrático é responsabilidade coletiva de todos os senhores deputados e daqueles que hoje se encontram aqui para acompanhar a Sessão. Os tristes eventos registrados na semana que passou são, para dizer o mínimo, uma interpretação lamentavelmente equivocada do que é a legítima manifestação popular e a baderna.

O projeto de lei que analisamos é, repito, de iniciativa popular e é em nome das pessoas que acreditamos neste projeto, parcela significativa da sociedade que todos nós representamos, que eu, na qualidade de chefe do Legislativo, peço o devido respeito com a matéria que analisamos. O Legislativo é um Poder legítimo, soberano e independente. E em respeito a essas qualidades, sob a proteção de Deus, dou início à presente Sessão.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, V. Exa. ao se pronunciar neste momento, uso a expressão: “dou início à presente Sessão”.

Eu entendo que a necessidade de que nós tenhamos todos os esclarecimentos desta presidência, porque conforme consta nas notas taquigráficas da Sessão iniciada no dia 14, foi suspensa no dia 15, e é esta Sessão que estamos agora prosseguindo.

Portanto, me parece que a terminologia correta para o reinício dos trabalhos é este; estamos reiniciando a Sessão, e não como V. Exa. afirmou, que estamos iniciando a Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Respondendo à questão de ordem do nobre deputado Orlando Pessuti, quero esclarecer que a Sessão do dia 14, postergada até o dia 15, encerrada às 14 horas, que foi até o horário regimental, foi votado por V. Exas. a sua prorrogação. Então, no dia seguinte, convocamos para Sessão normal, de acordo com o Regimento Interno. E hoje também, a Sessão normal, de acordo com nosso Regimento Interno.

Espero ter esclarecido a sua dúvida.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Não, não esclareceu, e por isso retomo a questão. O Artigo 92 do nosso Regimento diz: “Concluídos todos os trabalhos, a Sessão será encerrada”.

Naquele momento não se concluíram os trabalhos. Os trabalhos foram suspensos, e por essa razão, a Sessão não poderia ser declarada, porque os trabalhos daquela Sessão, conforme estabelece o Artigo 92 do Regimento, não foram concluídos, tanto que estávamos em processo de encaminhamento de votação, pelo deputado José Maria.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, a Sessão se encerrou, como muito bem decidiu V. Exa., às 14h00 do dia 15. Ela se encerrou por motivo de força maior, pela decorrência do prazo.

Todos nós somos testemunhas da invasão do plenário da Assembléia Legislativa, o que ensejou efetivamente, o encerramento da Sessão.

**O SR. NEREU MOURA (Questão de Ordem)**

Encaminho por escrito a V. Exa. uma questão de ordem, com base no Artigo 104 do Regimento Interno, aonde nós questionamos a interrupção da Sessão anterior.

Está escrito nas notas taquigráficas da Assembléia Legislativa: V. Exa. declarou suspensa a Sessão, tanto é que o deputado José Maria Ferreira, usava da palavra.

Se a Sessão estava suspensa, V. Exa. não poderia começar uma nova Sessão.

Por outro lado, senhor presidente, o Regimento Interno da Casa, da Assembléia Legislativa, é muito claro, quando dispõe que, para mudar o local das Sessões Plenárias, é necessário maioria absoluta desta Casa.

Então, V. Exa. não poderia ter convocado essa Sessão para o plenarinho da Assembléia, porque o Regimento Interno da Assembléia não permite, a não ser que tenha a votação da maioria absoluta, ou seja, 28 parlamentares votando, autorizando a transferência da Sessão

de um lugar regulamentar, que é o plenário da Assembléia Legislativa.

Desta forma, estou encaminhando à Mesa, uma questão por escrito, para que V. Exa. reconsidere sua posição, em função de que, a Sessão anterior não foi encerrada e nós possamos dar continuidade àquela Sessão da madrugada da quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Respondendo à questão de ordem de V. Exa., quero informar sobre esse seu último questionamento; se V. Exa. ler o artigo 1º, parágrafo único, estará respondido: “Havendo motivo relevante ou de força maior, a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa e da maioria dos senhores deputados, reunir-se em outro edifício ou outro ponto diverso do território estadual”. Dentro da nossa Assembléia, nós teríamos condições de realizar a Sessão lá, Sessão que não houve, por falta de número legal.

E, com relação à primeira questão de ordem já foi respondida pelo presidente, definitivamente, que foi encerrada às 14h00, segundo requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

**O SR. NEREU MOURA**

Pois veja bem, fiz...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Será respondida, oportunamente a V. Exa.

**O SR. NEREU MOURA**

Gostaria que V. Exa. me respondesse por escrito.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)**

Gostaria de contradizer a fala do deputado Durval Amaral, sobre esta questão de ordem.

Sr. presidente, a questão de ordem levantada pelo deputado Orlando Pessuti, não está resolvida...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está resolvida. O presidente já decidiu, o presidente definiu. Já respondi a V. Exa., que a sessão foi encerrada às 14h00.

Quando encerramos eram 12 horas, aproximadamente. E tínhamos autorização do Plenário com requerimento aprovado por todos os senhores deputados que a Sessão estava prorrogada até às 14h00.

Não havia posterior prorrogação. Automaticamente, encerrada a Sessão.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)**

Quando V. Exa. suspendeu por motivo de força maior a Sessão, estava suspensa. Há uma cláusula consolidada nos tribunais, no entendimento jurídico, que suspender não é interromper.

O prazo parou de fluir, senhor presidente.

Portanto, nós temos hoje duas horas e meia de Sessão, por conta da discussão, que estava em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. terá todo o direito de buscar os meios jurídicos.

A decisão do presidente está tomada. Aquela Sessão foi encerrada às 14h00.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, com todo o respeito que este Plenário lhe devota, o artigo 104 é muito claro.

Quem estava na tribuna naquele momento, era eu, a Sessão não foi encerrada. Para encerramento da Sessão, artigo 92, tem rito especial. O que fluiu foi o prazo de prorrogação. Então ela continuou sem término.

Vossa Excelência está, neste momento, dando reinício à Sessão 69 do dia 14 de agosto, que estendeu até o dia 15.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já respondi ao Plenário, a Sessão foi encerrada às 14h00. Nós estamos em uma nova Sessão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

V. Exa. se valeu do artigo 1º, parágrafo único. Ali ainda pede que seja submetido ao referendo do Plenário.

V. Exa. está inclusive infringindo o próprio artigo do qual se estribou, para fazer o início da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com relação ao questionamento levantado pelo deputado Nereu Moura, sobre o local da Sessão, quanto ao encerramento da outra Sessão, volto a afirmar a V. Exa. a Sessão se encerrou às 14h00.

E anunciei, chamei os senhores parlamentares, comuniquei que estávamos convocando uma nossa Sessão para o dia seguinte.

Infelizmente, por falta de presenças, estava só presente o deputado Ademir Bier, e o deputado....

(**Interrupção**)

Não foi aberta, mas a mesa estava composta pelo presidente, pelo deputado Valdir Rossoni, e pelo deputado Ademir Bier. Não tivemos Sessão, por falta de número legal.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, não considero que tenha respondido à questão e ordem, porque eu estava na tribuna, e não encerrou a Sessão, do acordo com o artigo 92.

Artigo 105 do Regimento Interno.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a Sessão de 4ª feira, que V. Exa. procurou reabrir, não elimina em hipótese alguma, a continuidade dela agora. V. Exa. tentou reabri-la, não conseguiu, está sendo reaberta agora.

Senhor presidente, quando suspensos os trabalhos o tempo parou de contar, tanto que considera quem fez encaminhamento na Sessão passada, já fez, que o deputado José Maria Ferreira vai usar o minuto que lhe falta na tribuna.

Portanto, se suspendeu o tempo do deputado José Maria Ferreira, se suspendeu o direito de todos nós aqui, de nos reinscrevermos em uma nova Sessão, obviamente a Sessão não foi encerrada. A Sessão foi suspensa.

Quando chegou às 14h30min não tendo clima para continuar a Sessão foi suspensa. Não houve o ato de V. Exa. vir aqui e dizer: a Sessão está encerrada.

Convoca-se outra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós fizemos, na presidência. Não tínhamos condições de encerrá-la aqui.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Não pode.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

O artigo 105 do Regimento Interno, ele é muito claro.

Com toda a certeza ficou clara a sua decisão que é, havendo o contraditório, quero crer, a Oposição deverá recorrer às vias do Poder Judiciário. Não ouvi aqui, com todo o respeito que tenho ao ilustre deputado Caíto Quintana, em nenhum momento, o senhor anunciar que o deputado José Maria teria apenas um minuto para concluir o seu encaminhamento.

Não ouvi isto aqui, tenho certeza que o deputado Caíto, talvez, esteja...

O SR. NEIVO BERALDIN

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL

Eu estou com a palavra, pela ordem, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Asseguro a palavra ao deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, com todo o respeito que tenho aos deputados do Bloco da Oposição, que claramente buscaram uma manobra regimental e entendo essa tentativa.

Quero encarecer a V. Exa. para que faça valer o artigo 105 do regimento Interno, passando a palavra para aqueles que, efetivamente, estão se pronunciando sobre uma questão de ordem já decidida pela Mesa, e que tenha prosseguimentos a Sessão, senhor presidente!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para que este Plenário registre que a questão de ordem levantada pelos deputados

Orlando Pessuti e Nereu Moura tem absoluto fundamento, porque a Mesa tinha recebido do Plenário a delegação para que a Sessão continuasse até às 14h30min daquele dia quinze, porém, a pauta da Ordem do Dia do dia quinze, não foi votada!

A Sessão foi suspensa, todos sabemos porquê. Agora, porque está se levantado essa questão de ordem?

V. Exa. deve entender que se a Sessão não foi suspensa, os que estavam no processo de votação eram os deputados que deveriam votar e hoje o Plenário tem uma outra configuração. Um suplente deixou de ser deputado, e o deputado titular veio participar dessa discussão.

Então, diante dos fatos que o deputado Custódio disse ser contrário à privatização da Copel, estamos diante de um fato novo.

Esta é a questão que eu gostaria que V. Exa. considerasse.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Respondendo à questão de ordem levantada pelo deputado Neivo Beraldin, nos termos do artigo 4º, parágrafo sétimo do Regimento Interno: “o deputado pode assumir o mandato em qualquer momento, bastando comunicar à Mesa e cabendo ao presidente transmitir à Casa. A posse depende apenas de ato de vontade do titular do mandato, manifestado a qualquer tempo. Cessa a permanência do suplente, no momento que o deputado comparece e assume o mandato”.

Sobre esta questão de ordem...

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente, pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Estou tentando responder a questão de ordem do deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor presidente, ainda quero argumentar.

Só que como estávamos em processo de votação de uma matéria relevante...

**(Tumulto no Plenário)**

V. Exa. pode dizer que não concorda com a minha questão de ordem. Tudo bem! Mas a questão está levantada!

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, peço verificação nominal, chamada nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Mas, antes de procedermos às chamada nominal e os senhores deputados colocaram em votação, quero participar ao Plenário, que o deputado Nelson Justus, titular, assumiu hoje, na presidência, a sua vaga.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o líder do Governo acaba de dizer o seguinte: “ninguém de nós ouviu, aqui, no Plenário, que alguém tivesse dito que faltava um minuto para o encerramento do pronunciamento do deputado José Maria Ferreira”.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Foi o deputado Caíto Quintana quem disse isso!

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Tudo bem, mas quero usar as palavras de V. Exa. para dizer que...

**O SR. DURVAL AMARAL**

Mas as palavras são do deputado Caíto Quintana, deputado Waldyr!

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Pois que sejam de autoria do deputado Quintana e usada por V. Exa.!

Nós, todos os deputados da Casa, todos os que estavam aqui, assessores, imprensa, ninguém, ouviu V. Exa. pronunciar a seguinte frase: “Levanta-se a Sessão”.

Essa frase daria encerramento a Sessão. Tanto é que V. Exa. no meu entendimento, está usando de um subterfúgio, por que nas notas taquigráficas fica clara a posição: “Suspenda-se a Sessão”.

Ela estava suspensa e prosseguiria. V. Exa. acabou tomando uma decisão fora deste plenário, mas neste momento nem isso nós queremos questionar.

O que eu quero lhe dizer é o seguinte: senhor presidente, vou dar aqui um exemplo que todo mundo conhece do futebol: “É um jogo que está se desenrolando. Lá pelas tantas, o jogador simula ou quebra a perna. A partida está suspensa.

Esse tempo não flui, senhor presidente, estávamos dentro de um processo de encaminhamento do projeto de iniciativa popular, como lá no futebol, o juiz tem que dar prorrogação, oito minutos a mais. Vossa Excelência deveria se comportar da mesma maneira.

A Sessão não foi encerrada.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Eu já lhe respondi, já respondi ao plenário, a decisão tomada pela Presidência. Se V. Exas, não concordarem há o Judiciário para encaminhar.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Como é fácil resolver os problemas assim, senhor presidente!!! Como é fácil!!! Nos remetem às cucuias. Enquanto isso, alcançaram os seus objetivos!

Mas, senhor presidente, eu gostaria de deixar registrado, aqui que, quando adentrei este plenário, pessoas ligadas a órgãos de segurança, não sei de quê, estavam aqui; nós nos levantamos e eles se escafederam! Agora, senhor presidente, não é possível que neste pro-

jeto de iniciativa popular, quando todo o povo do Paraná está aqui, estejamos nós que estamos a favor do projeto de iniciativa popular, sermos impedidos de comparecermos aqui no plenário.

Veja, Vossa Excelência, senhor presidente, que as galerias aqui, onde tem o pessoal dos “holerites” cumprindo tarefa, as galerias estão cheias e aqui não existem os “delegrites” para intimidar quem quer que seja. Mas, lá em cima as galerias estão vazias, porque elas foram destinadas à Oposição!

É uma vergonha, senhor presidente, que nove milhões de paranaenses, através daqueles que poderiam vir aqui, aqui não estão! E essa minoria, brutal, que trai os interesses do Paraná, vem aqui “escudada” até na violência.

Fica aqui esse registro da nossa indignação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado, deputado.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente, não é questão de ordem; a qualquer momento um deputado pode pedir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu quero que cite o artigo.

O SR. NEREU MOURA

O artigo 105, senhor presidente.

Eu estou usando o artigo 105.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, Vossa Excelência já usou o artigo 105!

O SR. NEREU MOURA

Mas, eu estou pedindo pela ordem, com base no artigo 105.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, pelo 105 tem que indicar qual é o artigo do Regimento Interno!

O SR. NEREU MOURA

Artigo 104, parágrafo 4º.

Senhor presidente, quero registrar a presença do senador Roberto Requião, presidente do PMDB; dos senadores Osmar Dias e Álvaro Dias; do deputado Régis Cavalcanti; do deputado federal Rubens Bueno, presidente do PPS do Paraná; dos deputados federais Padre Roque; Rosinha, Gustavo Fruet, enfim, registrar a presença de um expressivo número de lideranças, do estado do Paraná e do Brasil, que acompanham neste momento esta Sessão, senhor presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Artigo 105 combinado com o 92 e com o 19.

Senhor presidente, insisto, na questão de ordem que fiz logo que V. Exa. fez o seu pronunciamento.

Se fosse uma Sessão normal, V. Exa. também já a instalou de forma incorreta, porque não usou os termos regimentais para fazer a abertura de uma reunião.

Como entendo que V. Exa. fez isso a propósito, porque sabe que não está abrindo uma Sessão nova, mas reiniciando uma Sessão anterior, insisto a V. Exa., para que fique claro, a este Plenário, depois de todas as argumentações, que estamos reiniciando a Sessão do dia 14, que se prolongou no dia 15 e que foi suspensa por V. Exa.

Esse é o entendimento de todos nós.

O SR. DURVAL AMARAL

Artigo 104, parágrafo 5º, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta questão de ordem já foi colocada e foi decidida pelo presidente. Questões decididas não se voltam a discutir no plenário!

(**Aplausos**)

Solicito às galerias, que não se manifestem, de acordo com o nosso Regimento Interno da Casa.

Solicito ao 2º secretário, Antonio Anibelli, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Verificação de quórum, senhor presidente.

O SR. ALGACI TULIO

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL

Flagrante o número de deputados presentes - estamos aqui em maioria.

Quero crer, senhor presidente, que não há necessidade de chamada nominal.

(**Tumulto no plenário**)

(**Vozes paralelas**)

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a retirada do senhor que está usando o apito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, este cidadão de camiseta branca lá é da P2, não pode estar fazendo o que está fazendo que envergonha a farda da Polícia Militar, envergonha a farda!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está determinada a retirada.

Segurança da Casa, por gentileza, providencie a retirada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Deputado Hermas, nós já havíamos convencionado que uma das galerias ficaria com o grupo de apoio que está a favor do projeto e outro contra. O pessoal está se infiltrando, lá em cima tem 500 soldados!

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

V. Exa. foi presidente desta Casa, sabe que o povo infringiu o Regimento Interno.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Porque é ostensivo, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Eu solicito a sua retirada.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Parabéns, senhor presidente!

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, as mesmas pessoas que tumultuaram a sessão passada estão flagrantemente infringindo o artigo 110 do Regimento Interno: Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias contanto que esteja e guarde silêncio sem dar sinal, aplauso, ou de reprovação, ao que se passar na Assembléia.

Entretanto, senhor presidente o que infringe a esse dispositivo deverá ser retirado da Sessão.

(**Tumulto**)

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Eu estou aguardando a retirada do manifestante que infringiu o artigo 110 do Regimento Interno. Não vamos permitir!

Determinei a retirada para dar continuidade à Sessão.

Solicito ao senhor Paulo Furiatti, ex-deputado desta Casa, que conhece o Regimento, que cumpra também a determinação do artigo 110.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Solicito a continuação da chamada dos deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Deputado Tiago Amorim.

(**Tumulto**)

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Solicito que a senhora se acalme, senão vou determinar a retirada.

(**Continua o tumulto**)

Determino a retirada da senhora.

(**Tumulto**)

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente os signatários do projeto de iniciativa popular já não estão tendo acesso nas galerias; os

poucos que têm, estão sendo escoraçados e retirados pela Segurança, senhor presidente.

Cadê o processo democrático desta Sessão, senhor presidente?

(**Tumulto**)

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Quem não se comportar vai ser retirado do plenário; quem não obedecer o artigo 110, não vai permanecer no plenário, nas galerias!

Solicito que não haja manifestação aí!

(**Tumulto**)

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente estão retirando a pessoa errada.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

É a senhora que está aí, de marrom. Mas, não pode agredir...

(**Tumulto**)

Tem que ser respeitado o artigo 110 do regimento da Casa!

Comunicam: é polícia feminina, senhor presidente!

O SR. ALGACI TULIO

A mulher merece o tratamento de policial feminina! Então, o que acham?

(**Tumulto**)

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Essa senhora mesmo, a loira aí, que está de marrom!

Nós queremos conduzir a Sessão com a maior tranquilidade. Esta Presidência tomou todas as medidas de segurança para que todos os senhores deputados tivessem tranquilidade.

(**A galeria começa a cantar o Hino Nacional**)

(**Aplausos**)

Solicito ao deputado Valdir Rossoni que dê continuidade à chamada dos nossos deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Deputado Tiago Amorim, deputado Basílio Zanusso, deputado Cleiton Kiele, deputado Chico Noroeste, deputado Durval Amaral, deputado Nelson Tureck, deputado Plauto Miró.

Cinquenta e quatro (54) senhores parlamentares responderam à chamada, senhor presidente.

O SR. ALGACI TULIO (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente parece-me que tudo previamente já foi alterado, inclusive...

(**Tumulto**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às galerias que fiquem sentados.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, tem que tirar aqueles seguranças que estão tentando tirar a outra mulher, que não tem nada haver com isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não está sendo retirada, deputado Zuk! Quero participar a todos que estão nas galerias, que o artigo 110 parágrafo 4º: “Os expectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação da Presidência, compelidos a sair imediatamente da Assembléia”. O Presidente vai cumprir religiosamente o que está no Regimento Interno da Casa.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, dentro da chamada nominal, que eu solicitei. Parece que tudo já estava previamente determinado. Inclusive a alteração da relação dos senhores parlamentares sem que V. Exa., na abertura dos trabalhos, tivesse lido o requerimento que dá posse ao deputado Nelson Justus e a ausência do deputado Custódio da Silva.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência, durante a discussão, tomou conhecimento que o deputado Nelson Justus tomou posse às 10h00 horas no gabinete da Presidência.

E, de acordo com o nosso Regimento Interno, não há necessidade de ele prestar o juramento. E V. Exa. é um deputado experiente, está há muitos anos na Casa, e conhece o Regimento Interno!

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, em primeiro lugar quero manifestar o meu protesto, porque a Sessão vem sendo conduzida de uma forma que não respeita minimamente a democracia, nesta Casa.

As galerias, V. Exa., acertou isso com a Liderança das Oposições, que metade das galerias seria para os representantes do Fórum do Projeto de Iniciativa Popular. E não é isso que está acontecendo.

Em segundo lugar, gostaria que V. Exa. me respondesse em que momento o senhor pronunciou que a Sessão estava encerrada?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está decidido.

Se V. Exas. quiserem julgar a Presidência, terão o direito de fazê-lo judicialmente. Aqui a questão de ordem está decidida, o presidente encerrou a Sessão às 14h00, horário regimental que teria sido prorrogado pelos senhores deputados.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Só para esclarecimento, o senhor sabe qual é o motivo dessa discussão que estamos travando aqui? Por-

que no nosso entendimento V. Exa. não tinha encerrado a presente Sessão; estava sendo reiniciada e o deputado Nelson Justus não pode estar votando, aqui nesta sessão, porque o processo de votação da matéria que estamos discutindo já iniciou.

Por mais que o deputado Nelson Justus tenha um mandato popular, ele não pode substituir o suplente dele, o deputado Custódio para votar o projeto de iniciativa popular. Isso é um arripio à nossa Constituição, ao nosso Regimento desta Casa.

O SR. CAÍTO QUINTANA

A polícia está descascando o cacete nos estudantes lá fora.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Só vou lhe colocar o motivo que está dando este problema.

Fui eu, o deputado Hermes, o deputado Marcos Isfer, o deputado Tony Garcia, o deputado Augustinho Zucchi, fazendo parte da Comissão, para poder retirar os jovens que estavam ocupando o plenário.

E, em nome de V. Exa. o presidente da Mesa, nós fizemos uma composição que teríamos cem vagas ou cem senhas para que os estudantes pudessem ocupar. Foi com essa condição que eles saíram.

Eu posso servir para fazer qualquer entendimento, mas precisa ser respeitado. E não foi respeitado com relação aos estudantes. Por isso deu problema. A segunda está ali, e não o povo, que deveria estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A população está tendo oportunidade de acompanhar através de todos os órgãos de imprensa do Estado.

Nós tomamos esta medida por uma questão de segurança, não só dos senhores parlamentares, dos funcionários da Casa, e dos nossos manifestantes.

Solicito ao deputado Antonio Anibelli a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

(**Lê a Ata da Sessão anterior**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de conceder a palavra, quero informar que, de acordo com o Artigo 89, qualquer parlamentar poderá usar a palavra uma vez, durante 10 minutos apenas para discutir.

A duração do Expediente, artigo 90, fala o seguinte: “A duração do Expediente...

(**Lê artigo 90**)

Então, eu quero avisar aos senhores oradores que, para discutir, cada parlamentar terá 10 minutos, mas nunca passando de 30 minutos o total de discussão da ata.

Concedo a palavra, para discutir, ao deputado Augustinho Zucchi.



**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor presidente, com base no Artigo 89, permita-me que eu faça aqui a retificação de alguns pontos da Ata.

Primeiro ponto que eu gostaria de questionar, senhor presidente, é que quando V. Exa. designou deputados para que fizessem defesa do projeto popular, vários deles declinaram desta designação, tendo em vista que não tínhamos recebido anuência do primeiro subscritor do projeto popular, para fazer tal defesa.

V. Exa. então designou o deputado Fernando Ribas Carli, que ocupando a tribuna iniciou a sua fala. Por causa do tumulto, parou de fazer a defesa do seu pronunciamento do projeto popular - nem poderia fazê-lo, porque ele é contra o projeto popular.

V. Exa. determinou que fosse considerada lida a defesa apresentada pelo deputado Fernando Ribas Carli.

Foi feita uma questão de ordem, pelo deputado Vanhoni e V. Exa. disse que, posteriormente, responderia à questão de ordem. Na Ata consta esta afirmação e, portanto, não tivemos a questão de ordem respondida, se retira ou não das notas taquigráficas e da confecção da ata, posteriormente, aquilo que foi juntado por determinação de V. Exa. - dado como lido o pronunciamento do deputado Fernando Ribas Carli, porque vários deputados ocuparam a palavra naquele momento, tal como nós. Não sentimos legitimados na defesa do deputado Fernando Ribas Carli, naquela tribuna. Esse é o primeiro questionamento que é colocado a V. Exa. para a retificação da Ata.

O segundo ponto, presidente, aqui, tem o resumo da Ata, da Sessão, que o deputado Anibelli acaba de ler, que diz o seguinte: "Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Ademir Bier.

Às 9h30min o senhor presidente, conforme o disposto do artigo 88, do Regimento Interno deixou de abrir a presente Sessão, salientando a falta de segurança, marcando outra para segunda-feira, dia 20 de agosto, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Votação em primeira discussão do Projeto de Lei...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Informo a V. Exa. que essa Ata ainda não foi lida. Será feita a leitura, posteriormente. Enquanto houver questionamento de V. Exa., eu defiro.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Obrigado.

Com relação à Ata que o deputado Anibelli acaba de ler, senhor presidente, não é o que diz nas notas taquigráficas. Passo a ler a V. Exa. o último entendimento, com relação àquilo que foi dito e que não está, da mesma forma, colocada na Ata.

Diz, aqui, o senhor Neivo Beraldin: faço sugestão à Mesa, que suspenda a Sessão. O senhor presidente Hermas Brandão, declarou: está suspensa a Sessão.

Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que, desta forma como está aqui nas notas taquigráficas, que fosse registrado em Ata. Não podemos aprovar a Ata sem que tenha sido essa retificação.

Encaminho a V. Exa. a solicitação para que, conforme o que foi colocado aqui e conforme o artigo 92, que diz o seguinte: Concluídos todos os trabalhos, o presidente encerrará a Sessão, proferindo a fórmula: Levanta-se a Sessão.

Como isso não foi feito por V. Exa., que seja colocada na Ata exatamente como proferiu V. Exa., ou seja: Está suspensa a Sessão.

É a questão de ordem, que faço a V. Exa., baseado no artigo 89, solicitando que V. Exa. defira a inclusão dessas palavras proferidas por V. Exa., na Ata, para que possamos aprová-la.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Defiro a questão de ordem de V. Exa., porque suspendi a Sessão, falei que estava suspensa. Mas só depois que dei por encerrada, posteriormente, porque teríamos o prazo da validade da Sessão, que é às 14h00.

**(Vozes paralelas)**

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor presidente, apenas que gostaria que ficasse registrado o questionamento que faço. Se a Sessão está suspensa, o tempo flui, corre, não é possível encerrar a Sessão!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

É o pensamento desta Presidência. Foi aprovado pela maioria dos senhores parlamentares, dava validade à Sessão, até às 14h00.

**O SR. SÉRGIO SPADA**

Para discutir, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Senhor presidente, senhores deputados, quero fazer um registro, com relação a essa Ata, uma vez que no início da sua leitura, ela registra a presença de 53 deputados e a minha ausência. Essa começou na terça-feira, dia 14, às 14h30min e teve continuidade até o outro dia, pela manhã, e no momento exato da votação do Projeto nº 248 de Iniciativa Popular, eu estava aqui presente, inclusive usei da palavra, conforme registrado na própria Ata, declinando inclusive como seria meu voto.

E, em relação a esta Ata eu gostaria que V. Exa. fizesse essa retificação, registrasse a minha presença nessa sessão, no processo de votação da Ata. Informo também que no outro dia, quinta-feira, às 9h30 min, estive no plenarinho da Assembléia Legislativa, para onde fui convocado para a Sessão, onde lamentavelmente não pude sequer apreciar esta Ata: acho que esta Ata deveria ter sido apreciada naquela sessão, na quinta-feira, pela manhã. Se está sendo apreciada hoje é porque não houve sessão na quinta-feira, portanto, esta Sessão será

continuação daquela sessão do dia 14, terça-feira, quando foi aberta a sessão para discussão e votação do projeto de iniciativa popular.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aceitamos em parte a sua solicitação, porque V. Exa. chegou no final da Sessão e quando houve projetos de votação, V. Exa. estava presente, mas vamos referir que V. Exa. participou da Sessão.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Discutir**)

Senhor presidente, a Ata que o deputado Antonio Anibelli proferiu a leitura, diz respeito ao início da discussão do projeto de iniciativa popular.

V. Exa. já deferiu verbalmente a questão colocada pelo deputado Augustinho Zucchi. Gostaria que V. Exa. confirmasse exatamente o que o senhor deferiu.

Primeiro lugar, só vou repetir, que foi a questão de ordem levantada por este deputado que V. Exa. naquela oportunidade ficou de responder por escrito...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fizemos a resposta e não conseguimos fazer chegar às suas mãos porque houve a invasão, mas V. Exa. receberá uma cópia com toda certeza.

O SR. ÂNGELO VANONI

Vou repetir, porque se V. Exa. deferiu, isso para nós é muito importante e V. Exa. sabe o porquê.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi deferido.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Foi deferido.

Primeiro lugar, o Regimento da Casa designa que V. Exa. ou a Mesa Executiva, na pessoa do presidente, deveria ter comunicado oficialmente, através de notificação, o Regimento é claro, notificação, ao primeiro signatário do projeto de iniciativa popular, e para que o primeiro signatário ou assumisse e respondesse a todo processo legislativo na defesa do processo de iniciativa popular, ou designasse um representante seu, um deputado.

Vossa Excelência confirmou que fez apenas uma notificação verbal para o ex-deputado Nelton Friedrich; posteriormente V. Exa. designou vários deputados que dão sustentação ao projeto de iniciativa popular, e nós declinamos porque argüimos a V. Exa. que o senhor não tinha legitimidade para fazer essa designação, porque somente o primeiro signatário, em nome dos 140 mil assinantes do projeto de iniciativa popular, é que teria essa legitimidade. Como não foi notificado pela Presidência da Casa, nós não poderíamos assumir tal responsabilidade; posteriormente V. Exa. designou o deputado Basílio Zanusso.

O deputado Basílio Zanusso não concordou, declinou desta atribuição, e corretamente, porque percebeu que não poderia fazer algo completamente fora do normal, isto é, um deputado que está votando pela privatização da Copel assumir, mesmo que formalmente, a defesa do processo de iniciativa popular que barra a privatização da Copel. Mas, mesmo assim ainda, o deputado Basílio Zanusso confirmou e leu o parecer dado tecnicamente pela Comissão de Justiça da Casa, votando por unanimidade de que o projeto preenchia todos os requisitos legais e constitucionais para ser votado nesta Casa.

Posteriormente V. Exa. designou o deputado de Guarapuava, Fernando Ribas Carli, que aceitou a incumbência. Nesse momento eu solicitei a V. Exa. que não, porque o deputado Ribas Carli solicitou que constasse da Ata da presente Sessão, de que a defesa do projeto teria sido realizada por ele, mesmo impedido o processo de fala do deputado Fernando Ribas Carli.

Quanto a isso, solicitei que V. Exa. não deferisse o pedido do deputado Ribas Carli, porque, em primeiro lugar, o deputado Ribas Carli não poderia ter sido designado por V. Exa.

Em segundo lugar, o deputado Fernando Ribas Carli, não fez defesa nenhuma ao projeto de iniciativa popular.

Vossa Excelência confirma que essa solicitação de ordem está deferida?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está deferida.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Constará na Ata?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência também receberá a resposta por escrito.

O SR. ÂNGELO VANHONI

A outra questão é referente ao que diz respeito ao término da presente Ata lida.

O deputado Antonio Anibelli, 2º secretário, terminou a leitura da presente Ata, proclamando que V. Exa. tinha encerrado a discussão, porque o deputado Augustinho Zucchi corretamente alertou a este Plenário e a V. Exa, que não foram essas as suas palavras. V. Exa. suspendeu a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspendi, e depois dei como encerrada, porque às 14 horas encerrava o processo de prorrogação da Sessão.

Nós não teríamos condições de continuar essa Sessão até às 14 horas.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Tudo bem, essa é a sua interpretação, é como o senhor está lendo o Regimento!

Só gostaríamos de nos ater à Ata!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Está autorizada, já.

O SR. ÂNGELO VANHONI  
Na Ata não pode falar a palavra encerramento, porque V. Exa. naquele momento não encerrou.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Suspendi, naquele momento.

O SR. ÂNGELO VANHONI  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Para discutir, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA  
Senhor presidente, V. Exa. disse que encerrou a Sessão depois que venceu o prazo da prorrogação!  
Aonde foi que encerrou a Sessão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Já respondi essa questão de ordem, nobre deputado Nereu Moura, até porque o requerimento aprovado por unanimidade por todos os senhores parlamentares, determinava a continuação da Sessão até às 14 horas.

Após às 14 horas, fui procurado por alguns parlamentares no meu gabinete, na Presidência, e declarei que estava encerrada a Sessão, porque não tinha prerrogativas para continuar a Sessão. Não tinha condições de segurança, e o Plenário tinha sido invadido.

O SR. NEREU MOURA  
No gabinete da Presidência!  
Gostaria que constasse na Ata, senhor presidente. Está registrado?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Não.

O SR. NEREU MOURA  
Gostaria que constasse, não só na Ata, como também nas notas taquigráficas, que V. Exa. encerrou a Sessão no seu gabinete, na Presidência desta Casa!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Pela ordem, o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL  
Senhor presidente, o artigo 90, do Regimento Interno é muito claro, dizendo que para a leitura da Ata e até posterior discussão...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Vinte minutos, senhor deputado.

O SR. DURVAL AMARAL

A Sessão começou às 14h30min., com 10 minutos de atraso, às 14h40min., são 16h20min. Requeiro a V. Exa. que submeta imediatamente a voto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Estou considerando, nobre deputado Durval Amaral, após a leitura da Ata.  
Deputado Luiz Carlos Zuk com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK  
Vossa Excelência já respondeu ao líder do Governo, dizendo após a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Com a palavra, o deputado Orlando Pessuti, pela ordem de inscrição.

O SR. ORLANDO PESSUTI  
Senhor presidente, nós temos que, através de V. Exa. e do 2º secretário Antonio Anibelli reescrever o final dessa Ata que acaba de ser lida, porque ela não reflete a plenitude daquilo que aconteceu neste plenário.

As notas taquigráficas trazidas a conhecimento pelo deputado Augustinho Zucchi, nesse processo de discussão e votação da Ata, são bem claras, diz textualmente V. Exa.: “Está suspensa a Sessão”.

Vossa Excelência insiste em afirmar que o regimento lhe obriga a encerrar a Sessão, às 14 horas, porque este era o texto do requerimento de prorrogação aprovado por unanimidade dos deputados. Mas, acontece que esta prorrogação estava suspensa.

Portanto, a partir do momento que suspendeu a Sessão, e tão somente o deputado Irineu Colombo, quando afirma isso, seja no processo civil ou no qualquer que seja, quando um ato de suspensão é prática, esse ato de suspensão interrompe, portanto, aquela Sessão do dia 14. E foi prorrogada diversas vezes. Ela foi reiniciada hoje no horário que V. Exa. anunciou, e ela tinha tempo para prosseguir.

Esse é o nosso entendimento do regimento. Aí V. Exa., respondendo à questão de ordem nossa, diz que, por força do impedimento, por força da prorrogação, não ia até às 14h00, porque estava suspensa. Como que iria estabelecer um horário de encerramento se estava suspensa aquela Sessão? Ela não estava fluindo! Então, não tinha período para ser encerrada porque estava suspensa! Ela teria que ser reiniciada e aí, sim, poderia aquela Sessão 10 minutos depois, 15 minutos depois, por determinação do Plenário, ser encerrada.

Não é o nosso entendimento, como não era nosso entendimento aquele que V. Exa. atribuiu.

Se esse é o seu entendimento, que a Sessão teria que ser encerrada às 14h00, nós não concordamos com isso. Se o seu entendimento, que V. Exa. tem poderes regimentais para encerrar a Sessão no seu Gabinete, soli-

cito V. Exa. que, ao final, fique bem claro essa questão, dizendo que a Sessão foi suspensa ali por volta das 11h00, quando houve a invasão do plenário, e que na hora tal, com base no artigo tal, do regimento, porque eu, até agora, senhor presidente, me desculpe, mas não encontrei no Regimento embora esteja procurando, o artigo ou dispositivo que diz que V. Exa. pode encerrar a Sessão no seu gabinete! E isso eu confesso que não encontrei.

E gostaria que, no final desta Ata, contestasse, para que pudesse votar a aprovação desta, porque, caso contrário, votarei de forma contrária. Gostaria que ficasse claro que a Sessão foi suspensa às 11h00 do dia 15, quando da ocupação dos estudantes, e que às 14h00, no gabinete da Presidência com base no artigo tal do Regimento Interno, o presidente declarou encerrada a presente Sessão.

Aí, eu me contentarei com a sua explicação. Caso contrário não terei condições de votar, porque ela não expressa com clareza o que aconteceu na Sessão Plenária, e não registra aquilo que V. Exa. está dizendo que é regimental, e que foi praticado por V. Exa. *a posteriori*.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. concorda que não havia como, aqui no plenário, fazer o encerramento.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, se nós formos lembrar um pouquinho daquilo que aconteceu naqueles instantes finais, eu estava na tribuna, a deputada Serafina vem lá do fundo e diz: “senhor presidente, estão invadindo a Assembléia Legislativa, precisamos de segurança!” V. Exa. parou um pouco. O deputado Neivo Beraldin retomou, pela ordem, e disse: “deputado Hermas Brandão, sugiro a V. Exa. que suspenda a Sessão!” E o senhor, de pronto, suspendeu.

O artigo 160 diz o seguinte: “A votação é um complemento puro e regimental na discussão”. E o parágrafo 5º diz o seguinte: “Só se interromperá a votação por falta de número ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia”.

Neste último caso, não tendo havido condição à votação, ficará adiada na parte em que se achar para prosseguir na Sessão seguinte. Por isto é que esta Sessão, mais uma vez, não está de acordo com o Regimento, e a Ata, por conseguinte, não está espelhando a realidade do que foi tratado, especialmente no final. Estas seriam as observações que faço em relação à Ata acabada de ler pelo deputado, 2º secretário, Antonio Anibelli. Por quê?

Porque ela vai, da forma como está levando a Presidência, a questionamentos na Justiça, e são estes questionamentos que nós não queremos, com todo o respeito a V. Exa.! Porque, uma situação é a Sessão suspensa; outra, é a instalação. Hoje V. Exa. fez uma instalação de uma Sessão que vai lhe lograr, com outras situações mais tarde!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu já respondi à sua questão de ordem; mantenho a minha posição.

Informo ao Plenário que já foram usados 23 minutos e quarenta e três segundos.

#### O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é necessário que eu queira usar a palavra para discutir a Ata que acaba de ser lida pelo nosso 2º secretário, deputado Antonio Anibelli. Entendo que a Ata não reflete exatamente o que aconteceu. Eu, quando percebi que a Casa estava num processo de dificuldades, tendo em vista aquela participação dos jovens estudantes, solicitei que a Sessão fosse suspensa e V. Exa. suspendeu.

No entanto, a indagação que se faz: quando é que a Sessão foi aberta, para ser encerrada?

Esta é uma indagação que eu faço a V. Exa.. Aí concluído, o Plenário alongou a Sessão até às dias e meia da tarde do dia 16, mas evidentemente o Plenário não deu delegação para que se reabrisse a Sessão e aonde foi que esta Sessão foi reaberta e foi encerrada?

Esta também é uma outra questão que se faz necessário que se faça este registro, sobretudo para que esta Casa tenha o entendimento regimental.

Isso tudo, senhor presidente, engrandece a Assembléia Legislativa, porque nós estamos aqui para respeitar o Regimento Interno, por isso eu não poderia me furtar de vir aqui e discordar da Ata que acaba de ser lida, porque ela não retrata efetivamente os fatos, e os fatos haverão de falar mais alto.

Era esse o nosso encaminhamento.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, também faço alguns questionamentos à Ata, porque não encontro nas suas anotações o horário em que nós tivemos as prorrogações das Sessões, aqui não consta isso e em que horário foi pedida a prorrogação.

Senhor presidente, na Ata não consta o horário em que foram pedidas as prorrogações da Sessão, nesta Ata não consta também que em vários momentos este parlamentar e outros alertaram que era mais interessante, naquele momento, suspender a Sessão, em função dos fatos que estavam acontecendo nas galerias e fora delas, inclusive não cita, senhor presidente o momento em que nós parlamentares saímos daqui do plenário, fomos ao corredor dos fundos segurar a tropa da Polícia Militar que pretendia invadir este plenário!

Não consta na Ata também o momento em que chamei a atenção desta Casa e fui questionado pelo deputado Durval Amaral, quando invoquei o artigo 5º da Constituição dos Direitos e Garantias Fundamentais: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a ideabilidade de direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos

seguintes termos, no item 3º: ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento desumano ou degradante.”

E denunciei nesta Casa aqui, naquela madrugada, que o deputado Luiz Fernandes Litro estava em cativeiro, estava sob tortura, porque não estava presente durante toda Sessão, senhor presidente. E qual foi o resultado disso? Onde é que foi parar o deputado Luiz Fernandes Litro? Num hospital, submetido a uma cirurgia, senhor presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Informo a V. Exa. que estamos discutindo a Ata.

**O SR. ALGACI TULIO**

Estou discutindo a Ata, senhor presidente! Não consta! Estou folhando a Ata, e em momento algum consta aqui que fiz denúncia que o deputado Litro, estava sob tortura, em cativeiro, na sala da Liderança do Governo!

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, não podemos aceitar a acusação do deputado Algaci Tulio! Cativeiro, tortura psicológica tentou fazer a Oposição sobre o deputado Litro!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Asseguro a palavra ao deputado Algaci Tulio!

**O SR. ALGACI TULIO**

Vossa Excelência tem todo o direito de não aceitar, mas quero aqui colocar, senhor presidente, fazer então nesse momento, a seguinte questão de ordem, senhor presidente, e peço a atenção desta Casa: minutos atrás, quando nesta Casa, pedimos a verificação de quórum, todo este Plenário e a imprensa foi testemunha da forma como entrou no plenário o deputado Luiz Fernandes Litro.

Faço, senhor presidente, a seguinte questão de ordem: “Encaminho a questão de ordem à Presidência da Assembléia, pela ausência de condições físico-psicológicas, portanto, ausência de capacidade evolutivas-mentais para exercício de mandato parlamentar.”

Senhor presidente, a questão de ordem, com específico requerimento de providências, tendo em vista que, atendendo o requerimento de verificação de quórum, o deputado Luiz Fernandes Litro do PSDB, foi conduzido a este plenário amparado por dois deputados, ficou evidente as dificuldades de locomoção e aparentando estar sob forte medicação psicotrópica, sentou-se para responder à chamada e de imediato, retirou-se do plenário, ainda apoiado por outros parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrado o tempo de discussão da Ata.

**O SR. ALGACI TULIO**

Estou fazendo uma questão de ordem, senhor presidente, já encerrei o questionamento da Ata!

Eu pedi uma questão de ordem!

Concluo, senhor presidente, dizia eu, aqui, retirou-se do plenário, ainda apoiado em outros deputados e aparentando dificuldades de orientação espacial, demonstrando a todos os presentes a sua incapacidade física, mental e evolutiva para o exercício do mandato...

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, acho que se alguém está precisando de exame de sanidade mental, parece ser o orador que está na tribuna!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito às galerias que não se manifestem! Solicito às galerias silêncio total!

**O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)**

Esse tipo de agressão do deputado Durval Amaral, não faz parte nem do regimento, nem...

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Vamos respeitar o deputado Litro, que está se convalescendo. Está faltando com respeito ao deputado Litro!

**O SR. ALGACI TULIO**

É o seu governo que não está respeitando!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito ao deputado Algaci que encaminhe...

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente quero encaminhar, mas o líder do Governo não me deixa!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Mas, Excelência, nós estamos em discussão da Ata!

V. Exa. fugiu...

**O SR. ALGACI TULIO**

Já fiz a discussão da Ata, encerrei, senhor presidente, pedi uma questão de ordem!

Fui bem claro, senhor presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está em votação a Ata.

Temos que discutir a Ata, nobre deputado! Foi encerrada a discussão!

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o que acabamos de escutar do nobre, ilustre presidente Algaci Tulio...

**O SR. ALGACI TULIO**

Não sou presidente!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Aliás, desculpe, não estaria devendo na Presidência! O que acabamos de ver e ouvir hoje,...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão a Ata.

Está em votação a Ata.

Os senhores deputados que aprovam a Ata, queiram permanecer como estão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Chamada nominal, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º secretário a chamada nominal dos senhores parlamentares!

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, o senhor não considerou a minha questão de ordem!

O SR. IRINEU COLOMBO

Quero encaminhar, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda está em votação!

O SR. IRINEU COLOMBO

O deputado Durval Amaral atrapalhou o encaminhamento do deputado Algaci Tulio, e eu não posso ser prejudicado por isso, senhor presidente.

São questões seriíssimas!

(**Tumulto no plenário**)

Artigo 89, parágrafo 1º, parágrafo 2º senhor presidente. Quero me referir ao 2º secretário, que é responsável pela Ata. Fui prejudicado pela fala do deputado Durval Amaral,...

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

O que eu solicitei, foi que a votação da aprovação ou rejeição da Ata, fosse nominal, e não chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência quer! Se for aprovado pelo Plenário, automaticamente será.

O SR. NEIVO BERARDIN

É essa a solicitação que encaminho ao Plenário, para que se faça a votação da Ata, nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação, o requerimento do deputado Neivo Berardin.

“REQUERIMENTO Nº 2495

Senhor Presidente:

Solicito votação nominal da Ata do dia 14 de agosto de 2001.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(a) NEIVO BERARDIN”

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

O requerimento deve ser encaminhado por escrito, senhor presidente, não é possível se atender verbalmente!

(**Tumulto no plenário**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Excelência, parágrafo 5º do artigo 167, para se praticar a votação nominal, será lícito que algum deputado o requeira por escrito.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, estou encaminhando à Mesa, por escrito. Desde o longo histórico de V. Exa. como presidente desta Casa, dê o mínimo direito para que um parlamentar diga, de viva voz, se é a favor da Ata que foi lida, ou se é contra.

Isso é o mínimo do mínimo da necessidade da transparência pública.

Evidentemente venho a V. Exa. por escrito!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dou a V. Exa., 1 minuto para encaminhar. Um minuto!

(**Pausa**)

Está em votação o requerimento.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e seus a vinte e seis.

Esta Presidência decide contra o requerimento do Neivo Berardin.

Está decidido.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é necessário que este estabeleça a ordem neste momento.

Sobretudo no número de deputados que foram a favor do nosso requerimento, que fosse votado nominalmente aberta a Ata, e aqueles que votaram contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e seis a vinte e seis, nobre deputado!

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, o deputado Litro não está. É só contar no plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O presidente decidiu.

Empatou.

Está em votação a Ata.

Os senhores deputados que aprovam a Ata, permanecem como estão.

Está aprovada. Vinte e seis.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, o senhor está considerando o voto do deputado Nelson Justus?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou considerando o voto do deputado Nelson Justus.

O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está empossado o deputado Nelson Justus, a partir das dez horas da manhã.

Vinte e seis a vinte e seis.

A Presidência passa a decidir. **Está aprovada a Ata.**

O SR. ALGACI TULIO

Questão de ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Fui preterido na discussão que eu iria encaminhar para o 2º secretário na leitura da Ata e não para a Presidência.

Para o 2º secretário, de acordo com o artigo 89, parágrafo segundo do nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, a questão de ordem que encaminho à Mesa é o específico requerimento de providências: “Com base no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa de Leis, que pede a apreciação de V. Exa. neste Plenário, tendo em vista que atendendo ao requerimento de verificação de quórum, o deputado Luiz Fernando Litro, do PSDB, foi conduzido a este plenário amparado por dois deputados e com evidentes dificuldades de locomoção e aparentando estar sob forte medicação psicotrópica, sentou-se para responder à chamada e de imediato, retirou-se do plenário, ainda apoiado em outros deputados e aparentando dificuldades de orientação espacial, demonstrando a todos os presentes a sua incapacidade física, mental e evolutiva para o exercício do mandato popular.

Não obstante as diversas notícias veiculadas que dão conta da internação por vários dias, do referido ilustre deputado, que foi submetido a diversos procedimentos médicos, que, como concebi, tem como efeito colateral uma perda de consciência e da própria capacidade evolutiva do paciente.

Diante do exposto, e em face do princípio normativo que só possibilita ao cidadão no exercício dos atos da vida civil e do mandato, em consequência, requer a constituição imediata de uma junta médica especializada junto com uma comissão de deputados, nos termos do Regimento Interno, para examinar, sob o critério médico legal, as condições do deputado Luiz Fernando Litro, para exercer o seu mandato em face ao aparente comprometimento de suas faculdades mentais, esta e qualquer deliberação tomada pelo referido deputado sob esta inequívoca sustentação, poderá acarretar imunidade irreversível da deliberação tomada, sem prejuízo da exposição pública desta Assembléia e para o povo do Paraná.

Este exame, a decisão do primeiro projeto de lei de iniciativa popular, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Indefiro a questão de V. Exa., porque a vontade de se afastar, de solicitar licença da Casa, é prerrogativa do deputado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, questão de ordem.

(**Assentimento**)

Artigos 88 e 89, senhor presidente.

Senhor presidente, fui prejudicado no momento da discussão da Ata, quando interrompeu-se a fala do deputado Algaci Tulio e não me foi dado o direito de me dirigir ao 2º secretário, conforme diz o Regimento, para retificação da Ata, porque ao 2º secretário, deputado Anibelli continuou fazendo, para os registros nos Anais da Casa, senhor presidente, que na qualidade de 2º secretário pode propor a V. Exa. segundo o meu entendimento do Regimento, que aceita ou não a reivindicação, mas o secretário prestará os esclarecimentos, de acordo com o que está escrito no Regimento Interno.

Portanto, dirijo-me ao senhor deputado Anibelli, que na Sessão anterior ou na continuidade da Sessão, período anterior, eu havia pedido a V. Exa. que primeiro registrasse que o projeto do deputado Divanir Braz Palma fosse constado como rejeitado e não como arquivado, porque de fato assim o foi.

Segunda questão, e isso não consta na Ata, que havia feito questão de ordem juntamente com o deputado Algaci Tulio, ele por escrito, e eu redundei em falar em plenário, que o primeiro signatário do abaixo-assinado ou da subscrição de iniciativa popular, o senhor Nelton não havia sido notificado, portanto Friedrich, a Sessão estava absolutamente irregular, tanto é que não era uma relação *interna corpore*, não era uma relação entre nós, era uma relação entre esta Casa de Leis com a sociedade.

Tanto é que o *status* de relação com a sociedade é tão importante que o nosso Regimento reservou um capítulo especial sobre o assunto, deputado Caíto Quintana, não é apenas um artigo. Reserva um capítulo, dada importância que tem o povo nos destinos inclusive legislativos, prerrogativa estabelecida pela Constituição Fede-

ral, pela Constituição Estadual e várias leis orgânicas, e notadamente, absorvendo esse princípio, o nosso Regimento Interno destinou um capítulo especial.

Portanto, senhor presidente, passo em seguida, já que não me foi permitido naquele momento, a levantar a seqüência dessa questão de ordem, se for permitido por V. Exa. o pronunciamento do deputado Anibelli nesta questão, encaminho, em seguida, a seguinte questão de ordem: “O deputado que está apresentando esta questão de ordem, baseia-se no artigo 104, do Regimento, tendo em vista as disposições do Regimento Interno da Casa, a seguir expostos no artigo 91, em seu parágrafo 3º que dispõe sobre o caso em que poderão ser corrompidas (?) votações desta forma diz: Adi (?) 91, fim da hora do expediente, passar-se-á a matéria destinada à Ordem do Dia.

Parágrafo 3º - As votações não serão interrompidas, salvo se verificar a falta de número, constado pela chamada nominal, hipótese que ficará para a Sessão seguinte.

Iniciando o encaminhamento de votação, estava na tribuna o deputado José Maria Ferreira.

Do primeiro Projeto de Iniciativa Popular, nº 248/2001 da história legislativa estadual brasileira, por volta das 11h30min houve, conforme documento anexo, suspensão e não levantamento ou término definitivo desta Sessão. Hoje estamos surpreendidos com a abertura de uma nova Sessão, afrontando de forma ilegal e arbitrária, o Regimento Interno desta Casa. Dever-se-á, isso sim, continuar aquela Sessão do ponto onde foi interrompida...

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a V. Exa., nobre deputado, que esta questão de ordem já foi decidida pelo presidente e não há motivos para mais questionamentos.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, é o encaminhamento de um raciocínio que levará a uma outra questão de ordem, decorrente de tal.

Que veja o Regimento Interno, esse Poder Legislativo declina, e é claro, em ordenar que as votações não serão interrompidas, sendo isso possível numa única hipótese, verificar a falta de número legal.

Senhor presidente, tendo em vista o nosso entendimento e fazendo um apelo ao bom-senso dessa Presidência de que, por toda a força, pelo aparato policial colocado, pelo impedimento de acesso do público à Assembléia, aos locais destinados, pela pressão violenta que sofre o deputado Luiz Fernandes Litro para estar presente, às vezes, estando fora da Assembléia, carregado pelos deputados da Base Governista, deputado Litro que já prometeu o voto para essa Oposição, diga-se de passagem.

Por outro lado, a substituição do deputado Custódio, de forma absolutamente irregular, tendo em vista que o Expediente que notifica essa situação não foi apresen-

tado, todas as mudanças têm que constar do Expediente, e nós estamos votando, e ele já votou! V. Exa. já esclareceu que ele já votou.

Senhor presidente, essa Sessão não tem condições de continuar, está absolutamente eivada de vício!

Essas irregularidades caracterizam a pressão violentíssima do Poder Executivo a este Poder Legislativo, que vem determinar um processo de verdadeiro golpe. Há um entendimento, um verdadeiro golpe, porque se prova, não se aprova. Há uma situação de absoluta irregularidade, arbitrariedade, e não respeitam as causas da consolidação da democracia, que é a participação popular. Lá fora deste plenário a polícia machucou, bateu em estudantes que tinham até a senha do meu gabinete para adentrarem este plenário! Aqui dentro, dois deputados, absolutamente irregulares, estão conduzindo a votação: o deputado Nelson Justus e o deputado Luiz Fernandes Litro.

#### O SR. NELSON JUSTUS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estou ouvindo atentamente o pronunciamento!

A Ata já foi aprovada!

(**Tumulto no Plenário**)

(**Vozes paralelas**)

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, não posso ser tumultuado na minha questão de ordem!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, na questão de ordem, ao deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, concluo a questão de ordem, e só aceito V. Exa. cassar a minha palavra, e o faço democraticamente!

Quero dizer aqui que inclusive o presidente da Assembléia tem sofrido pressão legítima, e às vezes, não. Por isso, não considero regular essa Sessão. A presença do secretário Nelson Justus, nosso companheiro, não invalidaria o seu voto, como deputado. Mas não me foi notificado a sua presença.

Eu trabalhava com o cenário da declaração do deputado Custódio, que ia votar conosco! Eu trabalhava com o cenário democrático, da declaração do deputado Luiz Fernandes Litro, que votaria conosco! Portanto, ganharíamos esta Sessão!

Neste momento, não sabemos se o deputado Luiz Fernandes Litro vai adentrar outra vez, em condições absolutas, inclusive, temendo pela própria vida. É absolutamente irregular. Está sendo arranhada a democracia, deputado Durval Amaral, a todo custo! A Sessão passada foi tumultuada. A minha questão de ordem, da Sessão passada não foi considerada na Ata.



Senhor presidente, peço a V. Exa. que encerre esta Sessão, porque não tem condições, em nome da democracia paranaense.

**(Aplausos)**

O SR. NELSON JUSTUS

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento).**

Senhor presidente, a questão de ordem foi definida por V. Exa. A Ata também foi aprovada. Faço questão absoluta, aqui senhor presidente, de deixar bem claro a todos os meus companheiros parlamentares presentes. Deputado Irineu Colombo, o senhor fala em cassar a palavra. S

Só falta o senhor querer caçar os 50 mil votos que eu tive.

**(Tumulto nas galerias)**  
**(Vozes paralelas)**

O SR. IRINEU COLOMBO

Quem pode cassar a minha palavra é o presidente, deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já respondi à sua questão de ordem. Tenho a posição definida da Presidência.

Volto a reafirmar, aos senhores parlamentares, para não continuarmos discutindo um assunto que está definido, da posse do titular, nos termos do Artigo 4º, parágrafo 7º, do Regimento Interno: o deputado em licença pode assumir o mandato, a qualquer momento, bastando comunicar à Mesa, cabendo ao presidente admitir de se comunicar à Casa.

Comunicamos e está publicado no Diário Oficial da Assembléia.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

O Artigo 90 do Regimento Interno, é muito claro quando fala da duração do expediente.

Respeito a todos os parlamentares. Tenho lido os jornais, ao longo desse final de semana, e tenho visto, lido e ouvido a preocupação da Oposição, que a todo momento dizia que queria votar, definitivamente essa matéria, nesta Sessão de segunda-feira.

A Bancada da Situação estudou todas as estratégias políticas, regimentais, para tomar a decisão de vir ao plenário. E agora, senhor presidente, mais uma vez estou presenciando todas as manobras possíveis e impossíveis e até mesmo a tentativa de evitar-se a votação dessa matéria, o que tem que ficar caracterizado, para toda a opinião pública, para toda a imprensa presente que a Oposição não deseja votar o Projeto de Iniciativa Popular. O discurso é forte, mas na hora do voto todas as manobras estão sendo usadas.

E eu requeiro a V. Exa, senhor presidente para que não tenhamos que atravessar a madrugada, para que imediatamente se inicie o Pequeno Expediente, o Grande Expediente, o Horário das Lideranças e por fim, a votação da matéria que está na Ordem do Dia, senhor presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Eu quero exatamente parar onde terminou o deputado Durval Amaral.

Consulto V. Exa. no seguinte: se o artigo 160 e o nosso entendimento é esse, V. Exa. tem um entendimento contrário, não podemos alterá-lo, embora vamos questionar indiscutivelmente, mas diz que no parágrafo 5º, que a votação ficará adiada na parte que se achar, para prosseguir na sessão seguinte. Portanto, fala em adiamento.

Bom, V. Exa. está considerando uma nova votação e se está considerando uma nova votação, eu questiono; V. Exa. abrirá novamente o prazo para encaminhamento de discussão e encaminhamento posteriormente para votação da matéria alvo, porque esta será uma razão de uma Sessão nova?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O projeto está na Ordem do Dia. Aqueles que já encaminharam não terão oportunidade de encaminhar novamente.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, se for uma sessão nova, por isso mesmo o Regimento é sábio, ele fala em prorrogação da Sessão. Portanto, continua de onde parou. Se V.Exa. está interpretando que há uma nova Sessão, há seguramente uma nova Sessão, com todo o expediente regimental que uma Sessão nova, tem a de propiciar ao Plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito ao deputado Antonio Anibelli a leitura da ata da Sessão, que já ocorreu por falta de número na 5ª feira.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Uma vez mais eu quero colocar, até para ficar registrado, a assessoria da Mesa inclusive, na 5ª feira é uma sessão especial porque é fora do Regimento, eu não interpreto que seja especial. Agora, se nós fizermos uma sessão especial nesse momento, ela não prejudica a Sessão que foi suspensa anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem conhecimento: as sessões de quinta-feira, é pelo horário matinal, então é diferente do horário tradicional, e nós começamos no plenário às 10h.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Mas se a Sessão foi suspensa às 9h30min, é uma Sessão especial. V. Exa está coberto de razão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não é especial, é ordinária, nobre deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Mas se é ordinária, senhor presidente, ela continua sendo prorrogada e não encerrada...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quinta-feira, nobre deputado era uma sessão nova. Nós convocamos novamente a Sessão, e na 5ª feira quando encerramos a sessão nós convocamos uma nova Sessão Ordinária, para 2ª feira na hora regimental.

É por isso que estou fazendo solicitação ao deputado Antonio Anibelli para fazer a leitura da Ata.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Eu volto a insistir numa pergunta a V. Exa. Se é uma Sessão nova, reabrem-se os prazos novamente regimentais para o Plenário, se foi prorrogação, não começa da onde parou. Se é uma nova Sessão, aquele assunto regimentalmente foi encerrado.

Deputado Durval Amaral, eu vou pedir por favor, uma coisa; quem me responde questão de ordem é o presidente e não V. Exa.

(**Tumulto nas galerias**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito silêncio às galerias para que não precise tomar novas medidas; que não se manifestem.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Só com o intuito de colaborar, porque tanto eu quanto o deputado Caíto sabemos que é V. Exa. que decide aqui nesta Casa, não obstante a todo momento eles contestarem a sua decisão.

Mas só para colaboração, eu também entendo que só não cabe a discussão mais, porque se trata de uma nova Sessão, deputado Caíto, a discussão já houve, já está encerrada, todos os demais procedimentos de uma Sessão nova como nós estamos vivendo, claro que isso cabe, ou seja, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Horário das Lideranças e por fim o encaminhamento da votação.

O SR. HERMES FONSECA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a Ordem do Dia, diz no item 1, votação em 1ª discussão do Projeto de Lei nº 248/2001.

Olha, se é uma nova Sessão, como V. Exa. acabou de reafirmar aqui, nós queremos que se reabram os prazos, todos os prazos previstos para o andamento de uma sessão normal, não têm por quê!

Não podemos aceitar aqui, senhor presidente, toda hora a interferência...

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Requeiro a retirada das palavras difamatórias do deputado Hermes Fonseca, que nesse momento não se

comporta como parlamentar e como advogado, que quero crer que ele seja...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Determino a retirada das palavras do deputado Hermes Fonseca em relação ao deputado Durval Amaral.

O deputado Antonio Anibelli fará a leitura da Ata da Sessão de quinta-feira.

Pela ordem, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, veja V. Exa. que nós continuamos carecendo de esclarecimento, sobretudo do que está acontecendo neste plenário.

Existem dúvidas se nós vamos reabrir os processos de tempo para discussão da matéria, para encaminhamento da votação, se vai ter Pequeno Expediente, se vai ter Grande Expediente, se vai ter Horário de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondo a V. Exa.: vamos ter o Pequeno Expediente, o Grande Expediente, o Horário das Lideranças e o processo de encaminhamento de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Vossa Excelência está dizendo isso neste momento para nós, porque quando nós, no início da Sessão, pedimos que nos esclarecesse, V. Exa. não esclareceu, que era uma nova Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado, Vossa Excelência está insistindo numa coisa que eu já repeti aqui dez vezes!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas estou insistindo para o bem, inclusive, da Sessão Plenária que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado na pauta.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Não foi feita a revisão do final da Ata!

A Ata que foi aprovada não expõe com fidelidade aquilo que aconteceu. Houve suspensão de uma Sessão, nós questionamos acerca do encerramento da Sessão, havido, por V. Exa., no gabinete da Presidência, em qual dispositivo regimental que isso se baseava e não respondeu.

Então a exemplo do que disse o deputado Irineu Colombo, no nosso entendimento, tudo aquilo que aconteceu neste plenário, desde às 14h30min de hoje até agora, às 17h30min, tudo o que aconteceu não tem amparo regimental.

Esta Sessão, a bem da verdade, deveria, como disse o deputado Irineu Colombo, ser encerrada agora, porque ela não está atendendo aos preceitos regimentais.

Esta é a questão de ordem que faço.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Antonio Anibelli, a leitura da Ata da Sessão da quinta-feira.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Vossa Excelência pede ao 2º secretário a leitura da Ata da Sessão de quinta-feira, que não houve!

Ao que parece não houve Sessão!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. aguarde a leitura.

O SR. ALGACI TULIO

Mas se não houve Sessão, não tem Ata, senhor presidente! Não tem que fazer leitura!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas teve encerramento!

Solicito a leitura, do 2º secretário Antonio Anibelli.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, exatamente essa é a questão! A que horas abriu a Sessão, a que horas encerrou a Sessão, e aonde?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi a questão de ordem respondida e deferida pelo presidente.

Vossa Excelência teve oportunidade de ouvir diversas vezes e de manifestar-se sobre esse assunto.

Está encerrado o assunto.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Antonio Anibelli**)  
(**Leitura da Ata**)

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, estou na questão de ordem! O senhor está lendo uma Ata de uma Sessão que não teve! Tem uma coisa que diz assim, senhor presidente: “a volta dos que não foram”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. deveria conhecer o Regimento da Casa, que no artigo 114, § 2º, fala: “esta Ata será lavrada e não haverá exceção por falta de número”.

O SR. ALGACI TULIO

V. Exa. falou que não foi por falta de número!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi por falta de número, também!

O SR. ALGACI TULIO

Nós estávamos lá fora, presos pela Polícia Militar, que não nos deixou entrar na Assembléia.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Apenas queria observar o seguinte: a Sessão foi iniciada às 14h30min, já são 17h07min e nós estamos com os mesmos parlamentares praticamente discutindo a mesma coisa. Eu apenas levanto a questão de ordem para pedir que V. Exa passe a observar o artigo 104, § 5º: “sobre a mesma questão de ordem cada deputado poderá falar somente uma vez”.

Apenas isso.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, quero conclamar aos meus colegas deputados estaduais, não só aqueles que votam contra a privatização da Copel, mas também aqueles que ainda votam favoravelmente à privatização da Copel, que votemos contrário à aprovação desta Ata, porque como bem disse o deputado Algaci Tulio, é uma Ata que não podia existir, porque a Sessão não houve. Não por falta de quórum, evidentemente, porque existiam deputados lá, de sobra, no plenarinho e na entrada do plenarinho para dar a instalação da Sessão, com 18 deputados. A sessão não se instalou. V. Exa. bem afirmou, porque entendeu que tinha falta de segurança.

Então, eu conclamo aos deputados estaduais aqui presentes, que votemos contrário a esta Ata, porque, a exemplo do que já disse duas ou três vezes, mas vou continuar dizendo, senhor presidente, nós não poderíamos estar neste momento discutindo e encaminhando a votação desta Ata, porque estes trabalhos que estão sendo desenvolvidos - não vou nem dizer Sessão Plenária - os trabalhos que estão sendo desenvolvidos, aqui, no Plenário, deputado, vou confirmar o nome do plenário. Para mim é Adalberto Daros, e aqui constava como Valdemar Barros, nesse dia 20 de agosto, esses trabalhos todos, que, segundo o deputado Basílio Zanusso, já consta aí com duas horas e quarenta minutos sendo desenvolvidos, e o foram sem o amparo regimental necessário.

Estamos, segundo V. Exa. e alguns parlamentares, realizando uma nova Sessão, coisa que no nosso entendimento não procede, porque nós deveríamos estar aqui prosseguindo uma Sessão que foi suspensa no dia 15! Estamos discutindo e aprovando a Ata que não reflete aquilo que foi!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a V. Exa. ...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Estou fazendo uma afirmação, senhor presidente, não estou nem mais questionando. Não vou mais questioná-lo sobre isso. Estou discorrendo o pensamento que tenho a respeito do assunto.

Então, por isso, no momento anterior, quando a primeira Ata foi discutida, votaram contrariamente a ela, os deputados: Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Ademir Bier, Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Edson Strapason, Orlando Pessuti, Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni,

Eli Ghellere, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Zuk, Pastor Edson, Algaci Tulio, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Serafina Carrilho, Tiago Amorim, Tony Garcia, José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho e Sérgio Spada.

Todos, naquele momento, votamos contrário àquela Ata. E tenho certeza que todos nós votaremos contrário a esta Ata, e espero ser acompanhado por colegas que até o presente momento, eu insisto, permanecem querendo votar a favor da privatização da Copel, contrariamente àquilo que pede o povo do Paraná.

Então, espero que não votemos esta Ata, porque entendo que esta Ata, a Ata anterior e todos estes trabalhos que estamos realizando há duas horas e quarenta e cinco minutos, não possuem o devido amparo regimental, como também não tem, na minha avaliação me perdoe o companheiro Nelson Justus, não tem como nós colhermos o voto do deputado Nelson Justus nestes trabalhos, porque eles estão sendo, na minha avaliação o prosseguimento de uma Sessão que estava em procedimento de votação e de cujos trabalhos ele não participava; não poderia estar participando.

Portanto o voto dele não poderia também ser recebido pela Mesa, em que pese ele ter comunicado à Presidência, quer dizer o procedimento de retorno do deputado Nelson Justus é questionável do ponto de vista regimental, porque a própria denúncia do deputado é dita e tem que ser lida no Expediente, coisa que não aconteceu com o seu retorno, então são muitas as questões que estão sendo encaminhadas e por isso eu entendo que não tem validade o que nós estamos. Eu não posso votar favoravelmente à Ata de uma Sessão que eu entendo, não existiu!

#### O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Basílio, com toda a certeza o mais experiente desta Casa de Leis, já levantou a questão de ordem que nós estamos vendo repetidas vezes deputados que nem alteram, simplesmente levantam as mesmas questões de ordem, e nós estamos aqui desde às 14h30min e não conseguimos votar a Ata, senhor presidente!

Acho que é indispensável cumprirmos o Regimento, votar esta Ata, porque do contrário não vamos sair do lugar e efetivamente não é isto que deseja a sociedade paranaense, nem tampouco os deputados que estão aqui e querem votar, senhor presidente.

#### O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados, pela primeira vez na história do Paraná, desta Assembleia Legislativa, e segundo informações, nas Assembleias Legislativas do Brasil, um projeto de iniciativa popular é votado. Portanto, não é brincadeira o que estamos fazendo aqui, mas é também a primeira vez que um fato inusitado acontece aqui, é a primeira vez, senhor presi-

dente, que esta Assembleia abre a Sessão e vota duas Atas.

É a primeira vez! Alguém vai ter que me contradizer!

Eu estou fazendo os artigos 88 e 89, senhor presidente. Então, veja bem, está consumado, na medida em que a Sessão anterior teve uma delas que não se concluiu, tanto é que nós estamos votando duas Atas agora. Está consumada a irregularidade, na medida em que nós estamos votando duas Atas, quando pelo certo deveríamos estar votando uma Ata só, porque se a Sessão foi encerrada, deveria ter sido lida a Ata e colocada em votação. E isso também não foi feito. É a primeira vez na história!

Então, alguma coisa está errada, senhor presidente!

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Regimento determina quando a Sessão for encerrada por algum motivo, você fará o registro em Ata e lerá na Sessão posterior. É o que nós estamos fazendo.

Se V. Exa. tem dúvidas das posições que são tomadas pelo Regimento, V. Exa.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

A relação nossa com a sociedade paranaense, quando ela forma um projeto de iniciativa popular, não é uma relação política, é uma relação político democrática, portanto é neste sentido e volto a questionar, ao questionamento que eu fiz pela ordem, ao secretário, pelo artigo 89, ou melhor artigo 88, parágrafo segundo deveria prestar esclarecimentos.

Se pode prestar esclarecimento com relação à suspensão da Ata, muito mais as minhas questões de ordem da semana passada, que pedi o encerramento da sessão, que se tivesse me ouvido, não teria ocorrido a ocupação desta Assembleia!

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Essa questão de ordem já foi respondida a V. Exa., deputado Irineu Colombo!

#### O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Deputado Hermas Brandão, estou profundamente decepcionado com o que está ocorrendo com a nossa Assembleia Legislativa do Paraná, as coisas que estão acontecendo, a não observância do Regimento Interno!

Quero dizer a V. Exa., que na quinta-feira, às 9h30min da manhã, eu estava no plenarinho da Casa, eu e mais uma série de outros deputados, atendendo convocação que V. Exa. fez chegar às mãos de nosso líder, deputado Waldyr Pugliesi.

A Assembleia estava tomada por policiais. Policiais por todos os lados, com cachorros, com cães. Não conseguimos passar do anexo dos gabinetes para cá, porque estava fechado, e além de estar fechado, uma série de policiais se colocavam perfilados, ali, com cachorros, impedindo que os senhores parlamentares pudessem vir para cá. Só restava uma alternativa aos deputados: ir pela

garagem da Assembléia, subir no primeiro andar, para poder chegar ao gabinete da Liderança das Oposições.

Todavia, senhor presidente, aqui dentro da Assembléia, os parlamentares, para se locomover, tinham que ser acompanhados por policiais.

Chegando eu, os deputados Irineu Colombo, Ademir Bier, Luciana Rafagnin, fomos acompanhados,...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado, V. Exa. tem limite para concluir. Está fugindo totalmente à discussão da Ata!

O SR. NEREU MOURA

Não, deputado Hermas Brandão!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fugiu totalmente à discussão da Ata!

V. Exa. tem um minuto para concluir!

O SR. NEREU MOURA

Estou encaminhando aos senhores deputados, senhor Hermas Brandão! Tenho dez minutos! Estou encaminhando a Ata!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dentro desses dez minutos, entre na discussão da Ata!

O SR. NEREU MOURA

Estou falando, senhor presidente! Sei que a verdade às vezes dói, mas, estou encaminhando a Ata! V. Exa. tem que respeitar o deputado que está falando!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou respeitando V. Exa.!

O SR. NEREU MOURA

Já não está respeitando!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Desde que V. Exa não vá ferir o Regimento Interno...

O SR. NEREU MOURA

Não, senhor! Estou falando o que ocorreu! É o meu discurso! A verdade dói, mas o que fazer? O senhor vai ter que respeitar o que estou falando! Afinal de contas, aqui nesta Casa não tem padrão, não tem peão, todos os deputados são iguais!

V. Exa. foi eleito por nós como presidente desta Casa, mas não me sinto inferior a nenhum parlamentar nesta Casa!

Senhor presidente, estávamos lá no plenarinho desta Casa para votar, em que pese todo aparato policial envergonhando este Poder! Maculando este Poder! A Polícia Militar tomando conta de todos os corredores e de todas as salas desta Casa!

V. Exa. encerrou aquela Sessão dizendo que não tinha segurança para fazê-la! Ora, senhor presidente, tinha sim! Tinha demais! Os deputados estaduais foram ultrajados no dever mais legítimo e sagrado de cumprir com o seu mandato, aqui nesta Casa!

Por isso, senhor presidente, a Sessão deveria ter ocorrido, nós estávamos aqui cumprindo nosso dever, e V. Exa. não fez porque não quis fazer a prorrogação da Sessão que V. Exa. havia suspenso!

Por isso, nós iremos votar contra essa Ata, porque ela não existiu e nós deveríamos ter dado prosseguimento, porque a segurança foi demasiada, foi excessiva, foi um golpe que o Poder Legislativo do Paraná sofreu, com aquela Sessão na quinta-feira pela manhã!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às galerias que não se manifestem, porque a Presidência não quer tomar providências, novamente.

O SR. MARCOS ISFER (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

É uma vergonha o que estamos fazendo com um projeto de iniciativa popular! Um projeto que vem a esta Casa embasado no mais legítimo direito do cidadão que é a sua representação direta, previsto numa Constituição Federal, previsto numa Constituição Estadual, previsto em nosso Regimento Interno.

E eu dizia na Sessão passada, tudo isso sendo rasgado e há pouco ainda, o Líder do Governo, questionava sobre a necessidade de se discutir.

Ora, se não estamos aqui para discutir, para darmos resposta para os votos populares, para darmos resposta à população do Paraná, o que fazemos nesta Casa? Obedecemos o governo, que quer ver rapidamente aprovada uma solução?

Ora, senhores! Basta de isolamento! Basta disto que hoje está ocorrendo nesta Casa, aonde as senhas que teriam que ser distribuídas, não foram.

Estamos aqui, com companheiros da Associação Comercial do Paraná. Estamos aqui, com companheiros de diversos partidos políticos. Estamos aqui com toda a representação deste Estado, no Senado.

E o que é que podemos ver? Podemos ver seguranças agindo de forma ilegítima. Seguranças tocando por cima dos estudantes, pressionando, fazendo com que haja o desrespeito à nossa Constituição.

Não se pode aprovar estas Atas, senhor presidente. Não se pode aprovar o que não ocorreu.

O SR. HERMES FONSECA

Com licença, deputado Marcos Isfer, mas a informação, lá de fora, é que a cavalaria está em cima dos estudantes.

A segurança que foi pedida nesta Casa, não foi para espancar cidadãos paranaenses, foi para garantir o nosso direito aqui.

**O SR. VALDIR PUGLIESI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, seria inteligente, racional, se V. Exa. suspendesse essa Sessão por alguns momentos, para ver na realidade o que é que está acontecendo. Olha, nós estamos vivendo um dos piores momentos da história do Paraná.

Quando o povo todo, senhor presidente, se levanta e se transforma em autor de um projeto de iniciativa popular, nós, do Poder Legislativo, devemos preservar a democracia, trabalhar no sentido de que ela possa se firmar cada vez mais.

Não podemos a todo momento, ver esse policiamento, que está sob ordens não se sabe de quem, praticando a maior ordem de violência que este Paraná já sofreu.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

A segurança da Casa, é de responsabilidade do presidente, externa é da Segurança Pública.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, como de fato as notícias são fidedignas, está havendo um confronto muito grande lá fora, entre estudantes e policiais. Nós estamos, evidentemente, aqui dentro, protegidos.

Vossa Excelência estabeleceu todo um sistema de segurança para os senhores deputados.

No entanto, senhor presidente, estamos tratando exatamente de um projeto de iniciativa popular, e há uma pressão muito grande da população lá fora. Pode estar havendo um confronto, que não desejamos. Por isso, requeiro a V. Exa. para que suspenda por alguns instantes a Sessão.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, estou há vários minutos aqui, levantando questão de ordem, e efetivamente....

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito a retirada do setor, qualquer parlamentar aqui não poderá ser atendido.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Presidente, o senador Roberto Requião, o senador Osmar Dias, senadores que saíram e foram até dentro do Palácio. Solicitaria a V. Exa, com a ausência dos ilustres visitantes, que fosse suspensa a Sessão por 5 minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

A Sessão continua!

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, eu estou com a palavra, pela ordem.

O Artigo 90, do Regimento Interno, está sendo claramente violado. Nós estamos há mais de 3h aqui, levan-

tando questões de ordem, protelatórias, não conseguimos, sequer votar a Ata da Sessão.

**O SR. MARCOS ISFER**

Porque ela não é legítima.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Nós não conseguimos votar a Ata da Sessão.

Legítima ou não, é uma decisão que caberá ao Plenário da Casa decidir, porque vivemos ainda em uma democracia. E quem, efetivamente, não estiver satisfeito com a decisão soberana da Assembléia Legislativa do Paraná, poderá se socorrer ao Poder Judiciário.

Agora, senhor presidente, o bom senso determina que votemos logo esta matéria, que votemos esta Ata, para que possamos dar continuidade à Sessão Legislativa, senhor presidente.

Não é possível! Temos que ter condições de votar, para seguirmos em frente nas demais matérias do Expediente, Senhor presidente.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Pela ordem, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem, deputado Augustinho Zucchi.

Informo que faltam três minutos para concluirmos o Horário da Discussão.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor presidente, quando...

**O SR. MARCOS ISFER**

Senhor presidente, eu pediria interrupção do tempo, porque houve várias...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra, deputado Marcos Isfer.

**O SR. MARCOS ISFER**

Senhor presidente, peço que seja descontado do tempo de discussão da Ata que está procedendo, o tempo das interrupções, até porque elas ocorreram por fatos externos e pelo próprio líder do Governo, que não admite ver discussão democrática dentro desta Casa.

Senhor presidente, o que eu gostaria de dizer e voltar a insistir, nós não podemos, neste projeto importante, neste projeto de fundamental importância para o Estado do Paraná, para a população do Paraná, agirmos ao arrepio da lei.

Quero requerer a V. Exa. as fitas da reunião dos dias 14 e 15, para que possamos, senhor presidente, como disse bem o deputado líder da Situação, tomar as medidas cabíveis, porque é um absurdo o que o governo pretende...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Defiro o pedido de V. Exa.

**O SR. MARCOS ISFER**

Agradeço e sei do seu lado democrático e tinha certeza que V. Exa. faria isso, porque é um absurdo o que se pretende, é um absurdo se isolar esta Casa, é um absurdo se colocar cães, cavalos para atropelarem estudantes, a população! É um desvario de um secretário de Segurança que não atende à segurança, mas agride o povo do Paraná! É o desvario de um governo que se isola do povo, fica contra 91% do povo, para ficar aqui dentro dizendo: eu tenho mais um cobalido! O que é isso, deputado?

Nós queremos é o respeito ao povo do Paraná, que está faltando neste momento, e ninguém pode admitir isso, nem esta Assembléia pode admitir, sob o peso de se curvar amanhã ao apupo popular, quando disser que esta Casa não merece o respeito da população do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem, deputado Augustinho Zucchi, por um minuto e vinte e seis segundos.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor presidente, quando daquela manhã que os estudantes adentraram aqui, eu fui lá fora, voltei aqui e fiz uma questão de ordem para V. Exa.: olha, coloque alguém para intermediar, para negociar, porque as coisas estão tensas. Nós estamos aqui discutindo, não estamos nos apercebendo do que está acontecendo lá fora! É Assembléia Legislativa do Paraná que está discutindo um projeto aqui, deputado Durval Amaral, o que está acontecendo lá fora, senhor presidente, vai acabar sendo de responsabilidade nossa! Não é possível! Tantas coisas que estão acontecendo lá, com informações que o seguinte: parece-me, a informação que tivemos, que há pessoas que correm o risco de ter ido a óbito em confronto com a polícia. E estamos, aqui, discutindo feito avestruzes, como se não tivéssemos nada a ver com o que acontece lá fora!

Então, solicito a V. Exa. que providencie alguém que vá lá intermediar isto, antes que o pior aconteça e o Paraná ficará marcado na sua história por um confronto que não queremos que aconteça.

Muito obrigado!

**O SR. CEZAR SILVESTRI**

Pela ordem, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem terá... para encaminhar a Ata, mais seis segundos. E estaria a deputada Luciana inscrita na sua frente.

**O SR. CEZAR SILVESTRI**

Senhor presidente, exatamente no mesmo raciocínio do deputado Augustinho Zucchi. V. Exa. disse que a questão de segurança externa da Casa é de responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública ou seja, do governador Jaime Lerner, mas se ele mostra insensibili-

dade com o povo do Paraná, acho que esta Casa, esse apelo que faço a V. Exa., deveria tomar uma atitude.

Por isso, pediria a V. Exa. que interrompesse a Sessão, para que pudéssemos, em conjunto, todas as lideranças, ver qual atitude que o Poder Legislativo fará sobre estas questões.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, para comunicar à Casa, que recebo pela imprensa que está aqui, a informação de que, neste instante, é retirado pelo SIATE, senhor Sérgio Inácio Gomes, que é Presidente do Sindicato dos Engenheiros de Maringá. E mais ainda, policial ferido também no incidente, Douglas Jardel da Silva, que é aluno da Escola de Polícia.

Quer dizer, a irresponsabilidade de um governo que coloca policiais sem experiência para cuidar de uma situação grave, como se verifica neste momento, senhor presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a discussão e votação. Os senhores deputados que aprovam a Ata, permaneçam como estão.

**O SR. NEREU MOURA**

Solicito a verificação de votação, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Será feita a verificação de votação.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Solicito chamada nominal dos senhores deputados, senhor presidente.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, não há necessidade alguma de se fazer chamada nominal, porque estão todos os 53 deputados presentes neste plenário.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)**

**(Procede à chamada nominal dos deputados)**

Estão presentes 53 senhores deputados.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu gostaria que fosse declinado o nome do deputado que não respondeu à chamada nominal.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)**

Luiz Fernandes da Silva Litro.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito aos senhores deputados que se dirijam aos seus assentos, para que possamos fazer a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam a Ata, queiram levantar-se.

Vinte e seis senhores deputados aprovam a Ata.

Os senhores deputados que rejeitam a Ata, queiram levantar-se.

Vinte e seis senhores deputados rejeitam a Ata.

A Presidência decide.

Está aprovada a Ata.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, eu gostaria de registrar o nome dos deputados que votaram contrário...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. também.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, pela deferência, senhor presidente: Ademir Bier, José Maria Ferreira, Nereu Moura, Algaci Tulio, Luciana Rafagnin, Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni, Pastor Edson Praczyk, Antonio Anibelli, Eli Ghellere, Renato Gaúcho, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, Caíto Quintana, Marcos Isfer, Serafina Carrilho, Tiago Amorin, Sérgio Spada, Cesar Silvestri, Hermes Fonseca, Neivo Beraldin, Tony Garcia, Chico Noroeste, Irineu Colombo e Waldyr Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli, no Pequeno Expediente.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, há um requerimento, de minha autoria, sobre a Mesa. Gostaria que fosse lido e votado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, requeiro a minha inscrição no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Pequeno Expediente está preenchido.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Se houver alguma desistência, inscrevo-me para falar no Pequeno Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

**(Procede à leitura do requerimento do deputado Durval Amaral)**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se na forma regimental.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

O horário previsto para o encerramento da Sessão é 19h00. Quero saber qual é que vai ser o entendimento de V. Exa., haja vista que estou levantando uma questão de ordem, que tem que ser respondida e, ainda, facultando, obviamente, ao Plenário, para que ele soberanamente decida.

Não cabe o adiamento de discussão, nessa matéria, senhor presidente, porque, caso contrário, teremos claramente violado o Regimento Interno desta Casa.

A matéria está na Ordem do Dia, portanto este requerimento não pode ser, simplesmente, adiado. Tem que ser cumprido o Regimento Interno. Rogo a V. Exa. para que submeta a voto e que seja decidido.

O SR. IRINEU COLOMBO

Para a contradição, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, é do meu entendimento que, quando há uma questão de ordem e que o Plenário possa ajudar a Presidência a decidir, vou me posicionar dessa maneira: contradizendo as questões de ordem levantadas, para o juízo final e o arbítrio de V. Exa.

Pelo juízo parece inadequado, mas pelo menos para o juízo da Presidência...

Senhor presidente, há poucos minutos atrás, o deputado que apresentou o requerimento, fez inúmeras questões de ordem e manifestou a sua opinião de que os horários aqui não poderiam ser prorrogados com discussões e tudo o mais.

Neste momento, ele vem contradizer a sua afirmação, em tese, anterior. O deputado Durval Amaral acabou de dizer que a Sessão encerra-se às 19h00. Portanto, está a Sessão encaminhando-se para o seu encerramento!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se for apresentado algum requerimento de prorrogação, irá à votação.

O SR. IRINEU COLOMBO

Mas não é o caso deste requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o requerimento que apresento trata exclusivamente sobre a matéria constante da Ordem do Dia e sobre esta Sessão, não é possível se dar um tratamento diferente nesta matéria, senhor presidente, como requerimento, o Expediente está encerrado, até pelo prazo que está totalmente estourado. Por isso, procede o



meu requerimento, por isso é que tem que ser submetido a voto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a V. Exa. um minuto para a Presidência decidir.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Questão de Ordem**)

V. Exa. tomou uma decisão. Espero que as decisões sejam consertantes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Serão, com certeza.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Mesmo peso e a mesma medida, inclusive.

Quero dizer o seguinte: que após uma pegadinha que fizeram aqui, no passado, nós, juntamente com V. Exa., estabelecemos um princípio que todos os requerimentos, todos os pedidos enviados à Mesa fossem do conhecimento do líder do Governo e líder da Oposição. Esse requerimento, até o momento que estou falando, não chegou aqui, então nós não temos conhecimento!

O SR. DURVAL AMARAL

Já está na Mesa.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Como que V. Exa. já queria submetê-lo ao Plenário, passando por cima inclusive...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou pedindo um minuto aos senhores parlamentares para tomar uma posição.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Vossa Excelência já decidiu.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

(**Lê Expediente**):

### **Questões de Ordem:**

#### **QUESTÃO DE ORDEM Nº 2488-A**

Senhor Presidente:

Os deputados que esta subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 104 do Regimento Interno desta Casa de Leis, submetem à apreciação da douta Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado a seguinte Questão de Ordem: pelo não cumprimento das condições legais impostas pelo artigo 244 do Regimento Interno, à tramitação de projeto de lei de iniciativa popular.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(aa) IRINEU COLOMBO, CEZAR SILVESTRI, ALGACI TULIO, MARCOS ISFER e LUIZ CARLOS ZUK.

### **JUSTIFICATIVA:**

O artigo 244 do Regimento Interno disciplina a tramitação de projeto de lei de iniciativa popular através de seus incisos, dispondo nos incisos seguintes que;

“IV - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais...”

VII - Nas comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de 20 minutos, o primeiro signatário, ou quem estiver indicado quando da apresentação;

X - A Mesa designará deputado para exercer, em relação ao projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este regimento ao autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com esta finalidade, pelo primeiro signatário do projeto”.

Por sua vez, o artigo 107 do Regimento Interno, tratando da Comissão geral, no inciso III, dispõe que:

“I - ...

II - ...

III - discussão do projeto de lei de iniciativa popular desde que presente, o orador irá defendê-lo”.

O Regimento Interno trata “das discussões”, dispondo no artigo 149 que:

“Os deputados que desejarem falar numa discussão, inscrever-se-ão, após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º - ...

§ 2º - Respeitada a alternatividade, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

1 - Ao autor da proposição;”

DIANTE DO EXPOSTO, analisando-se o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 248/2001, verifica-se ter incorrido a tramitação do projeto em questão em flagrante ilegalidade, pelas razões a seguir expostas:

01 - O parecer da CCJ enumera as condições impostas pelo artigo 244 para apresentação de projeto de iniciativa popular, através dos incisos de I a X e no tópico “Do Atendimento aos Requisitos Legais”, deixando de analisar e sequer mencionar o contido nos incisos VI e X. O primeiro inciso (inciso VI) remete o projeto para a tramitação geral das proposições e o segundo (inciso X), dispõe de forma impositiva, que “a Mesa designará deputado para exercer os poderes ou atribuições conferidos pelo Regimento ao autor da proposição”.

De forma sábia o legislador, entendendo que um projeto de iniciativa popular é indeterminável quanto à sua autoria, determinou duas formas do pleno exercício da defesa da proposição legislativa:

a) que o próprio indicado pelo projeto de lei de iniciativa popular - cf. inc. VII do art. 244 do Regimento Interno - como autor, ou o primeiro signatário, exerça diretamente o direito à defesa da proposição;

b) que a um deputado pudesse exercer o direito à defesa, no exercício dos poderes ou atribuições pelo

Regimento conferidos ao autor da proposição; entretanto, para tal exercício extraordinário da defesa da iniciativa, dispõe o Regimento que esse deputado deveria anuir a tal designação desde que previamente indicado com esta finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

Ora, o Regimento, repetimos, é incisivo ao dispor que “a Mesa designará deputado, cabendo a essa, uma vez que não cabe ao primeiro signatário conhecer as disposições regimentais desta Casa, mas ao seu presidente, fazer cumprir o Regimento, notificar aquele para que possa, dessa forma, se fazer cumprir as condições impostas para o trâmite de tal matéria. Ato que, a toda evidência, não se materializou no processo de tramitação do Projeto de Lei de Iniciativa nº 248/2001, em exame.

02 - O parecer da CCJ, não obstante ignorar o cumprimento de dispositivo que, uma vez não atendido, propiciou que o Projeto de Iniciativa Popular nº 248/2001 tramitasse por esta Casa sem um autor, contrariando os dispositivos já citados (artigo 149 e outros do Regimento Interno) que conferem poderes e atribuições ao autor de proposição. Neste aspecto, a votação do projeto em exame sem o devido esclarecimento substanciará evidente ilegalidade, eis que violado princípio basilar do processo de tramitação legislativa, qual seja, o que garante a ampla defesa do projeto ao autor/proponente (procedimentalmente assegurada, por exemplo, na forma do inc. III do art. 107 do Regimento Interno).

Diante do exposto, considerando que a Comissão de Constituição e Justiça absteve-se de observar os dispositivos legais acima citados, e que, desta forma a tramitação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular nº 248/2001, incorre em flagrante ilegalidade, capaz de tornar nula a sua apreciação por esta Casa, encaminha-se à decisão da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado, na forma do Artigo 104 do Regimento Interno a presente questão de ordem, para que esclareça o referido processo de tramitação, preferencialmente com a suspensão da apreciação do projeto de lei ora referido para fins de saneamento da nulidade procedimental supra constatada.

Vale ressaltar que justamente pelo fato da votação do projeto de lei ora em exame, estar sendo desenvolvida pelo procedimento de Comissão Geral é que a nulidade ora constatada, decorrente do próprio parecer da CCJ - ausência de intimação/notificação do proponente do projeto de iniciativa popular para indicação do deputado responsável pela defesa do projeto - não pode ser saneada com a mera concessão da palavra para o primeiro signatário e representante dos proponentes do projeto de iniciativa popular em exame, exigência inderrogável na forma do inc. VII do artigo 244 do Regimento, já citado.

#### QUESTÃO DE ORDEM

Apreciando a questão de ordem levantada pelo deputado Algaci Tulio, quero esclarecer inicialmente que o art.104, parágrafo 1º, do Regimento Interno, dispõe que todas as questões de ordem, serão resolvidas definitiva-

mente pelo presidente da Assembléia razão pela qual passo a decidir de forma definitiva:

1) é princípio geral de direito que não se anulam os atos praticados, quando não existem prejuízos. O projeto de lei de iniciativa popular, recebeu pareceres favoráveis nas comissões pertinentes, não havendo, por isso, prejuízo no trâmite do projeto.

2) deixo de colocar em votação o requerimento subscrito pelo deputado Durval Amaral, devidamente apoiado por diversos deputados na forma regimental, no qual se pede a transformação da Sessão Plenária, em Comissão Geral, uma vez que é possível, com fundamento no art. 244, inciso VI, do Regimento Interno, que o projeto de lei de iniciativa popular, tenha a mesma tramitação dos demais projetos.

No caso, o presente projeto de lei tramitou normalmente pelas comissões, tal como qualquer outra proposição.

3) assim sendo, indefiro a questão de ordem levantada, e com fundamento no art. 244 do Regimento Interno, a Mesa designa o deputado para exercer os poderes ou atribuições conferidos pelo Regimento ao autor da proposição.

Esclareço, que a designação é feita pela Mesa, uma vez que o projeto de lei não veio acompanhado da indicação de nenhum deputado para fazer as vezes de autor do mesmo.

Sala das Sessões, em 15.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### QUESTÃO DE ORDEM 2496

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma do Artigo 104, do Regimento Interno, submetem à decisão do presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, pelas razões legais a seguir expostas, a seguinte questão de ordem:

“Impedimento legal, para deputado que, em licença ou como suplente, retorna ao exercício do mandato, participar da votação de projetos, constantes da Ordem do Dia da Sessão em andamento e já em fase de discussão e votação”.

Sala das Sessões, em 14.08.2001.

(aa) ALGACI TULIO, LUIZ CARLOS ZUK, WALDYR PUGLIESI e ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei de iniciativa popular, encontra-se em fase de discussão e votação na Ordem do Dia da presente Sessão, a qual teve seu início no último dia 13. Considerando informações divulgadas pela imprensa, quanto à possibilidade da substituição, na votação, de deputados que se encontram presentes na Ordem do Dia, por outros que, ou licenciado para, por força do artigo 61, I, da Constituição Estadual, ou necessitando ausentar-se por motivo de doença, submete-se à apreciação dessa Presidência questão de ordem, com base nos dispositivos seguintes:

1- O Regimento Interno da Casa, no artigo 4º, § 7º dispõe que:

“Tendo prestado o compromisso uma vez, é o suplente de deputado dispensado de fazê-lo em convocação subseqüentes, bem como o deputado, ao reassumir o lugar, sendo a sua volta ao exercício do mandato comunicado à Casa pelo presidente.”

2 - Tratando “Da Convocação do Suplente”, artigo 76 dispõe:

“A Mesa convocará, imediatamente, o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias, ou de investidura nas funções de Ministro, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo Único - O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar motivo de doença.”

3 - O artigo 20 do Regimento, dispõe sobre as atribuições do presidente e, entre essas a prevista no inciso III:

“-fazer ler, quando necessário, o Expediente, pelo 1º secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário.”

4 - O artigo 90 do Regimento Interno da Casa dispõe, no inciso I que nos primeiros trinta minutos da Sessão será feita a leitura do Expediente encaminhado à Mesa.

5 - No artigo 71 o Regimento Interno é claro que preceituar “O comportamento efetivo do deputado à Sessão será verificado no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.”

6 - Complementado, o artigo 91, tratando da Ordem do Dia, dispõe:

“Art. 91 - Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ - Presente a maioria absoluta dos deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão a ordem estabelecida no § 1º do artigo 101,

#### DA QUESTÃO DE ORDEM

Como demonstrado acima, pela legislação regimental, transcrita e citada, no caso de um deputado legalmente licenciado - no caso para ocupar o cargo de secretário de Estado - voltar ao exercício de seu mandato se faz necessário o cumprimento de requisitos, como:

1 - Desencompatibilizar-se de suas funções de secretário de Estado, sob pena de responder por crime de responsabilidade.

2 - Comunicar ao presidente a sua volta, e este comunicar à Casa.

No caso de licença de deputado, para tratamento de saúde, a convocação do suplente se fará na forma do estabelecido pelo Regimento nos dispositivos acima citados e, em qualquer dos casos, a convocação deverá ser comunicada à Casa.

#### DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA VOTAÇÃO

1 - Durante o expediente da presente Sessão o senhor secretário não procedeu à leitura de comunicado de volta ao exercício do mandato de deputado licenciado, ou de licença para tratamento de saúde de deputado no exercício de seu mandato.

2 - No decurso da presente Sessão, por várias vezes foi pedida a verificação dos deputados presentes à Ordem do Dia, conforme consta do formulário próprio determinado pelo Regimento.

Diante do exposto e pelas razões legais aduzidas, submete-se à DECISÃO do Senhor Presidente da Assembleia a presente questão de ordem: o Regimento Interno da Casa é impositivo à impossibilidade legal de deputado, licenciado ou convocado, participar da discussão e votação de projetos da Ordem desde que iniciada a Ordem do Dia da Sessão, e, especificamente no caso em exame, participar da votação do projeto de lei de iniciativa popular ora em fase de discussão e votação.

#### REQUERIMENTO DE QUESTÃO DE ORDEM Nº 2497

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 104 do Regimento Interno desta Casa de Leis, submetem à apreciação de V. Exa. a seguinte QUESTÃO DE ORDEM, com específico requerimento de providências, tendo em vista, que atendendo ao requerimento de verificação de quórum, o deputado Luiz Fernandes Litro, do PSDB, foi conduzido a este plenário amparado por 2 (dois) deputados e, com evidentes dificuldades de locomoção e aparentando estar sob forte medicação psicotrópica, sentou-se para responder à chamada e de imediato retirou-se do plenário, ainda apoiado em outros deputados e apresentando dificuldades de orientação espacial, demonstrando a todos os presentes a sua incapacidade física, mental e volitiva para o exercício do mandato popular.

Não obstante as diversas notícias veiculadas que dão conta da internação, por vários dias, do referido ilustre deputado, que foi submetido a diversos procedimentos médicos que, como consabido, tem como efeito colateral a perda de consciência e da própria capacidade volitiva do paciente.

Diante do exposto, e em face do princípio normativo que só possibilita ao cidadão o exercício dos atos da vida civil - e o mandato, em consequência - requer a constituição imediata de junta médica especializada, junto com uma Comissão de deputado (nos termos do Regimento Interno) para examinar, sob o critério médico-legal, as condições do deputado Luiz Fernandes Litro (PSDB), para exercer seu mandato, em face do aparente comprometimento de suas faculdades mentais, eis que qualquer deliberação tomada pelo referido deputado, sob essa inequívoca suspeição, poderá acarretar em nulidade irrecuperável da deliberação tomada, sem prejuízo da

exposição pública desta Assembléia Legislativa e para o povo do Paraná, eis que em exame a decisão do primeiro projeto de lei de iniciativa popular.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON, CAÍTO QUINTANA, MARCOS ISFER, ALGACI TULIO, NEREU MOURA, WALDYR PUGLIESI e ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO DE QUESTÃO DE ORDEM Nº 2502

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, especificamente nos termos do artigo 104 do Regimento Interno, e com fundamento no § 2º do artigo 160 do mesmo diploma, a seguinte QUESTÃO DE ORDEM, nos termos a seguir enunciados:

O ilustre deputado Luiz Fernandes Litro, após responder presença na chamada nominal determinada por V. Exa., às 20h27min, se ausentou claramente do plenário, o que vem fazendo constantemente.

Nesse sentido, tendo em vista a expressa disposição do parágrafo 2º, do artigo 160 do Regimento Interno - 183 estabelece que nenhum deputado poderá deixar o recinto das Sessões durante o encaminhamento da votação - requer a V. Exa. em sede de questão de ordem, que advirta o citado ilustre deputado a permanecer no recinto das Sessões, sob pena de ser considerado inapto para votação, na forma regimental.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO DE QUESTÃO DE ORDEM Nº 2503

SÚMULA: "Encaminha-se questão de ordem à presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pelo descumprimento do artigo 244, inciso VI, VII e X combinados com o artigo 107, inciso II."

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 104 do Regimento Interno desta Casa de Leis, submetem à apreciação de V. Exa. a seguinte QUESTÃO DE ORDEM tendo em vista que na Sessão de número 69ª a Mesa reconheceu o não cumprimento do inciso X, do artigo 244, que teve como consequência a não designação de um deputado como autor da defesa do projeto de lei de iniciativa popular, e bem assim a ausência do primeiro signatário desse projeto, conforme os artigos e incisos acima citados, apresenta-se a seguinte questão de ordem:

Tendo em vista que a Mesa teve tempo hábil para sanar as ilegalidades por ela mesma reconhecida, não convocando o primeiro signatário, no período compreendido entre o dia 15/08/2001 e esta data de 20/08/2001, quais as providências tomadas pela Mesa após o

ocorrido, referente ao não atendimento do artigo 244, especificamente na convocação do primeiro signatário para a presente Sessão quando o mesmo fará o encaminhamento do Projeto de Lei nº 248/2001 de Iniciativa Popular.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(aa) SERAFINA CARRILHO, RENATO GAÚCHO, ADEMIR BIER, JOSÉ MARIA FERREIRA, NEIVO BERALDIN, ÂNGELO VANHONI, LUIZ CARLOS ZUK, CHICO NOROESTE e PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO DE QUESTÃO DE ORDEM Nº 2504

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 104 e com fundamento no § 3º do artigo 160 do Regimento Interno desta Casa de Leis, submetem à apreciação de V. Exa. a seguinte QUESTÃO DE ORDEM:

Tendo em vista que o deputado Moysés Leônidas, em declarações à imprensa estadual, declarou que barganhou seu voto com o Governo do Estado e, o jornal a Folha do Paraná, de 15 do corrente, página 06, em matéria intitulada "PSB pede a saída de Leônidas", afirma textualmente: "O presidente estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Severino Nunes de Araújo, mandou ofício ao deputado Moysés Leônidas, convidando-o a deixar o partido. A decisão foi tomada com base em declarações de Leônidas aos jornais do Estado, em que ele deixava claro que estava barganhando seu voto com o governo estadual. À Folha, o parlamentar afirmou que queria viabilizar obras em seu reduto eleitoral (a região de Londrina), cargos na administração estadual e apoio para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as Universidades Estaduais" (cópia em anexo).

Nesse sentido, é de inequívoca aplicação ao caso em exame o disposto no parágrafo 3º do - artigo 160 do Regimento Interno, que assim dispõe:

"Art. 160 - A votação complementa o turno regimental à discussão.

(...)

§ 3º - Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco."

Ora, é evidente, que pelas públicas declarações prestadas publicamente pelo deputado Moysés Leônidas - e que, inclusive, provocaram sua expulsão do seu partido, PSB - tem interesse individual inequívoco na votação do Projeto de Lei nº 248/2001. Ressalte-se que em nenhum momento revelou o já não tão ilustre deputado qualquer argumento ou fundamento político, histórico ou legal para tal posição, mas sim, tão somente mero atendimento de seus interesses pessoais e individuais, inclusive com nomeação de apaniguados para cargos públicos e

outras barbaridades, todas elas às custas do Erário Público do Estado do Paraná.

Neste aspecto, evidenciada a insuperável suspeição do deputado Moysés Leônidas, agravada pelo cometimento - ainda que em tese - do delito tipificado pelo artigo 333 do Código Penal, requer-se, na forma regimental, declare essa Mesa Executiva o impedimento do deputado Moysés Leônidas para o exercício do voto na presente Sessão, sobretudo em face de estar-se examinando projeto de iniciativa popular. Sem prejuízo do envio da questão em exame para a Corregedoria desta Casa de Leis, para averiguar hipotética violação do decoro parlamentar, na forma do inciso II do parágrafo 2º do artigo 239 do Regimento Interno desta Casa de Leis, o que pode implicar na perda do mandato, na forma do parágrafo 1º do artigo 59 da Constituição Estadual e do parágrafo 1º do artigo 73 do Regimento Interno, bem como ato de improbidade administrativa, na forma da Lei nº 8.429/92.

É a questão de ordem.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(aa) ORLANDO PESSUTI  
IRINEU COLOMBO

“PSB pede a saída de Leônidas

Antes mesmo de iniciada a votação do projeto que impede a venda da Copel, o presidente estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Severino Nunes de Araújo, mandou um ofício ao deputado Moysés Leônidas convidando-o a deixar o partido. A decisão foi tomada com base em declarações de Leônidas a jornais do Estado, em que ele deixava claro que estava barganhando seu voto com o governo estadual.

À Folha, o parlamentar afirmou que queria viabilizar obras em seu reduto eleitoral (a região de Londrina), cargos na administração estadual e apoio para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as universidades estaduais.

“Mesmo que ele vote contra a privatização, não serve para o nosso partido”, declarou Severino Nunes de Araújo às 19h00, antes do início da votação. No ofício, encaminhado por fax e telegrama no início da tarde de ontem ao gabinete de Leônidas, o presidente estadual do PSB se declara “surpreendido” com as declarações do parlamentar e acrescenta que elas colocaram em “situação vexatória” a imagem do PSB no Paraná.

Anteontem, a Executiva estadual emitiu nota em que reforça que o partido é contra a privatização da Copel e determina a seus deputados seguir “as diretrizes pragmáticas e ideológicas estabelecidas pelo Diretório Nacional, em julho.”

Além da de Leônidas, o PSB tem outras duas cadeiras na Assembleia paranaense: Hidekazu Takayama e Ricardo Maia. Takayama ainda não está filiado oficialmente ao partido, mas já teve ficha de ingresso abonada

pelo presidente nacional, o governador do Rio de Janeiro. Anthony Garotinho. Ontem, o voto de ambos eram contados como favoráveis ao governo.

Severino Araújo disse acreditar que sua decisão será referendada pela Executiva do partido. Se Leônidas decidir recorrer, o pedido será examinado pelo Conselho de Ética. A Folha tentou ouvir o deputado, mas ele se ausentou do plenário da Assembleia no final da tarde, não estava em seu gabinete, e seu telefone celular estava na caixa postal.

(Colaborou Israel Reinstein, de Curitiba)”

#### REQUERIMENTO DE QUESTÃO DE ORDEM Nº 2506

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 104 e com fundamento no parágrafo 3º do artigo 160 do Regimento Interno desta Casa de Leis, submetem à apreciação de V. Exa. a seguinte QUESTÃO DE ORDEM:

Tendo em vista que o deputado Nelson Tureck, em aparição pública feita em programa televisivo conforme fita de vídeo com a gravação do referido programa em anexo, declarou que definiu seu voto em favor do Governo do Estado - e contra o Projeto de Lei nº 248/2001 - afirmando mais ou menos o seguinte: “(...) já consegui para minha região verbas de um milhão e meio de reais do governo para votar pela privatização da Copel (...)” e que “(...) após a venda conseguiremos mais sete ou oito milhões de verbas para a região(...)”. (conforme fita de vídeo em anexo).

Nesse sentido, é de inequívoca aplicação ao caso em exame o disposto no parágrafo 3º do artigo 160 do Regimento Interno, que assim dispõe:

“Art. 160 - A votação complementa o turno regimental à discussão.

§ 3º - Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco.”

Ora, é evidente que pelas públicas declarações prestadas publicamente pelo deputado Nelson Tureck, que o mesmo, a toda evidência, tem interesse individual na votação do Projeto de Lei nº 248/2001. Ressalte-se em nenhum momento relevou o já não tão Ilustre deputado qualquer argumento ou fundamento político, histórico ou legal para tal posição, mas sim, tão somente mero atendimento de seus interesses pessoais e individuais.

Neste aspecto, evidenciada a insuperável Suspeição do deputado Nelson Tureck, conforme declarações na fita de videocassete em anexo, requer-se, na forma regimental.

A) Seja suspensa a Sessão para a averiguação das declarações do referido deputado, a ser procedida pela Mesa Executiva em conjunto o nobre deputado Corregedor desta Casa de Leis;

B) Averiguada as declarações e comprovadas as mesmas, requer-se a essa Mesa Executiva o impedimento

do deputado Nelson Tureck para o exercício do voto na presente Sessão, sobretudo em face de estar-se examinando projeto de iniciativa popular. Sem prejuízo do envio da questão em exame para a Corregedoria desta Casa de Leis, para averiguar hipotética violação ao Decoro Parlamentar, na forma do inciso II do parágrafo 2º do artigo 239, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

É a questão de ordem.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI, LUIZ CARLOS ZUK, CAÍTO QUINTANA, ORLANDO PESSUTI e ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO DE QUESTÃO DE ORDEM Nº 2508

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, com fundamento no contido no artigo 104 do Regimento Interno, vem apresentar a seguinte QUESTÃO DE ORDEM.

O Projeto de Lei nº 174/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que prevê a Revogação do artigo 3º da Lei 12.355, de 08 de dezembro de 1998, matéria que acaba de ser votada e **Rejeitada**, conforme o Projeto de Lei nº 248/2001, no qual está contida.

Portanto, com base no artigo 127 do Regimento Interno, peço a V. Exa. que determine o seu arquivamento, evitando nova discussão de projeto de lei de idêntica matéria, o que importaria em subverter o processo legislativo consagrado no Regimento desta Casa.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### DECISÃO DA QUESTÃO DE ORDEM:

Com base na questão de ordem levantada pelo deputado Durval Amaral, e fundamentado no que dispõe o artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, passo a decidir:

O Projeto de Lei nº 248/2001, que acabou de ser rejeitado, pretendia revogar a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998.

Agora o projeto de lei 174/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, pretende revogar o artigo 3º da Lei 12.355, de 08 de dezembro de 1998, contendo, portanto matéria idêntica àquela objeto da proposição já **Rejeitada**.

Determina o Regimento Interno desta Casa, que matérias constantes de projetos de lei rejeitados ou não sancionados, só podem ser objeto de nova Proposição, quando subscrito pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, salvo as proposições de iniciativa do governador, neste sentido é a redação do artigo 127, que diz:

“Art. 127 - As matérias de projetos de lei rejeitados, ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à constituição, rejeitada ou havida por

prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do governador”.

Esse dispositivo compreende qualquer proposição levada à votação após a **Rejeição** do Projeto que trata da mesma matéria e tem por objetivo evitar a deturpação do processo legislativo mediante sucessivas votações de matéria idênticas já **Rejeitadas**.

Essa é a conclusão que nos oferece a interpretação sistemática do Regimento Interno, que ganha corpo ao ser cotejada com disposição semelhante no artigo 121, que diz:

“Art. 121 - Poderá a Assembléia decidir, a requerimento que qualquer deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das comissões permanentes competentes, sejam pela sua analogia ou similitudes, transformadas em uma só.”

Portanto, considerando que a matéria objeto do projeto de lei do deputado Tony Garcia está contida no projeto que acaba de ser **Rejeitado**, e usando da prerrogativa a mim conferida no Parágrafo 1º do Artigo 104 deste Regimento Interno, e com fundamento no artigo 127 do mesmo estatuto, **decido pelo arquivamento** da Proposição nº 174/2001.

#### REQUERIMENTO DE QUESTÃO DE ORDEM Nº 2508A

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 104 do Regimento Interno desta Casa de Leis, submetem à apreciação de V. Exa. a seguinte QUESTÃO DE ORDEM:

Tendo em vista o disposto no artigo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a seguir exposta, que autoriza, por deliberação da Mesa, *ad referendum* da maioria absoluta dos deputados, reunir-se em local diferenciado do normal, ou seja, esta sala de deliberações denominada Plenário, desta forma:

“Art. 1º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Palácio XIX de Dezembro.

Parágrafo Único - Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa *ad referendum* da maioria absoluta dos deputados, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território estadual”.

Iniciado o encaminhamento de votação do primeiro projeto de iniciativa popular na história brasileira, nº 248/2001, aos 16 de agosto corrente, por volta das 11h30min, houve, conforme documentos anexos, a suspensão da 69ª Sessão Ordinária, atendendo sugestão apresentada “pela ordem” pelos deputados Neivo Beraldin e Serafina Carrilho em razão da falta de segurança

para prosseguimento da Sessão, atendidas pelo senhor presidente com a seguinte expressão: **Está suspensa a Sessão**”.

Não poderia então a douta Presidência, em local diferente levantar esta 69ª Sessão. Entretanto, ao analisarmos as ordens do Dia subsequentes constatou-se que a Presidência, por decisão própria, considerou encerrada a 69ª Sessão, bem como a 70ª Sessão que, de acordo com o termo de Ata 073 (em anexo) não se realizou por falta de segurança, sendo convocada para esta data uma nova Sessão, denominada de 71ª Sessão.

Portanto, foi afrontado este artigo 1º e seu parágrafo único, pois não houve deliberação regimental da mesa *ad referendum* da maioria absoluta dos deputados, para reunirem-se e deliberarem fora do plenário.

Não houve o devido cumprimento regimental, agredindo-se de forma arbitrária o Regimento Interno desta Casa de Leis, pois como prescreve o artigo 20, em seu inciso II, o Presidente é competente para “abrir e encerrar as sessões”, sempre com observação do Regimento Interno.

Sem a devida publicidade dos atos da Presidência não se poderão encaminhar os projetos de lei, quaisquer que sejam, por não se ter dado ciência aos maiores interessados: os senhores deputados.

**QUESTÃO DE ORDEM:** Tendo em vista a agressão ao artigo 1º, por não ter sido aquela 69ª sessão levantada ou encerrada, no devido local, no plenário, prescrita de forma clara no Regimento Interno, ou seja, por deliberação da Mesa *ad referendum* da maioria absoluta dos deputados, para reunir-se em outro edifício.

É a questão de ordem que se submete à apreciação dessa Presidência, como forma preventiva de evitar quaisquer procedimentos que visem obstar inclusive judicialmente, o curso da tramitação do projeto de lei de iniciativa popular, ora em exame por esta Casa.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(aa) ?

#### REQUERIMENTO DE QUESTÃO DE ORDEM Nº 2508B

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, especialmente nos termos do artigo 104, do Regimento e com fundamento no parágrafo 9º, do artigo 244 do mesmo diploma, a seguinte **QUESTÃO DE ORDEM**, nos termos a seguir enunciados:

Tendo em vista o pronunciamento do ilustre deputado Durval Amaral, arguindo diversos vícios de inconstitucionalidade no Projeto de Lei nº 248/2001, requer seja esclarecida a motivação da Comissão de Constituição e Justiça, não ter agido segundo a determinação expressa do parágrafo 9º do artigo 244, que assim dispõe:

“Art. 244 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de

projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

(...)

IX - Não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça, escoimá-lo dos vícios formais para sua tramitação”.

Pelo que requer seja procedida ao esclarecimento das arguições do deputado Durval Amaral, visto que a ausência de ato saneador por parte da CCJ pode, inclusive, caracterizar crime de peculato por parte de seu presidente, que foi o relator da matéria na referida Comissão.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO, TIAGO DE AMORIM NOVAES, MARCOS ISFER, ADEMIR BIER, TONY GARCIA, SÉRGIO SPADA, CAÍTO QUINTANA, ALGACI TULIO, CEZAR SILVESTRI, NEIVO BERALDIN, SERAFINA CARRILHO, ELI GHELLERE, ORLANDO PESSUTI e PASTOR EDSON PRACZYK.

#### REQUERIMENTO DE QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, submetem à Presidência da Casa a seguinte **QUESTÃO DE ORDEM**, nos seguintes termos:

O dispositivo expresso no parágrafo 9º, do artigo 4º, do Regimento Interno é inequívoco ao exigir a publicação no Diário da Assembléia do dia seguinte, o retorno do deputado que retorna às funções em lugar do suplente, como condição preliminar e pressuposto efetivo de exercício do mandato do parlamentar que retorna sua cadeira na Assembléia Legislativa.

Tendo em vista que o deputado Nelson Justus só comunicou seu retorno à Casa de Leis na manhã de hoje, segundo afirmou a própria Presidência da Casa, não tendo havido ainda, portanto a publicação do nome do deputado referido na forma do dispositivo do Regimento Interno citado (parágrafo nono do artigo 4º) apresenta-se questão de ordem no sentido da impossibilidade de participação nessa sessão do deputado Nelson Justus. Especialmente votando matéria que já foi exaustivamente debatida nesta Casa de Leis na incontestável ausência de referido parlamentar fato que por si só compromete o legítimo exercício do voto do referido ilustre Parlamentar.

Novamente alerta-se essa Presidência que a manutenção do referido deputado exercendo ilegalmente o mandato - pois que descumprida expressa

norma regimental concernente à matéria (lembramos novamente - o parágrafo 9º do artigo 4º, do Regimento Interno) - expõe a deliberação ora em debate à insanável nulidade. Sem olvidar o evidente ridículo político de modificar-se, no meio de um processo de votação já iniciado, um deputado especialmente diante de uma votação tão disputada e do primeiro projeto de iniciativa popular que tramita perante os Legislativos Estaduais do Brasil.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2507

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

### REQUERIMENTO Nº 2500

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação do horário regimental para término da presente Sessão Ordinária, pelo período de 2h00.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO Nº 2501

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação do horário regimental para término da presente Sessão Ordinária, pelo período de 6h00.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

### REQUERIMENTO Nº 2484

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, processo de votação nominal para o Projeto de Lei nº 248/2001, de iniciativa popular, que dispõe sobre a revogação da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autoriza a alienação de ações da Copel e adota outras providências.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 167, § 5º, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(aa) TONY GARCIA, AUGUSTINHO ZUCCHI, LUIZ CARLOS ZUK, NEREU MOURA, ÂNGELO VANHONI, CAÍTO QUINTANA, TIAGO AMORIM, EDSON STRAPASSON, ALGACI TULIO, NEIVO BERALDIN, CEZAR SILVESTRI, WALDYR PUGLIESI, ADEMIR BIER, MARCOS ISFER, SERAFINA CARRILHO, RENATO GAÚCHO, ELI GHELLERE, IRINEU COLOMBO, LUCIANA RAFAGNIN, ORLANDO PESSUTI, ANTONIO ANIBELLI, HERMES FONSECA, JOSÉ MARIA FERREIRA e PASTOR EDSON PRACZYK.

### REQUERIMENTO Nº 2506

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação nominal para o Projeto de Lei nº 248/2001, de autoria do Fórum Popular contra a venda da Copel.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 2492

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho REQUERER a V. Exa., espaço para uso da tribuna deste plenário, no Grande Expediente da Sessão Plenária de hoje.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO Nº 2485

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUEREM, nos termos do artigo 161 do Regimento Interno desta Casa, que seja registrada a declaração de voto favorável ao Projeto de Lei nº 248/2001, de iniciativa popular, que dispõe sobre a revogação da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autoriza a alienação de ações da Copel e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 20.08.2001.

(aa) TONY GARCIA, LUIZ CARLOS ZUK, ÂNGELO VANHONI, NEREU MOURA, CAÍTO QUINTANA, ALGACI TULIO, RENATO GAÚCHO, EDSON STRAPASSON, SERAFINA CARRILHO, MARCOS ISFER, AUGUSTINHO ZUCCHI, WALDYR PUGLIESI, ELI GHELLERE, ANTONIO ANIBELLI, ADEMIR BIER, HERMES FONSECA, LUCIANA RAFAGNIN, NEIVO BERALDIN, JOSÉ MARIA FERREIRA, TIAGO AMORIM, IRINEU COLOMBO, ORLANDO PESSUTI, PASTOR EDSON PRACZYK, CHICO NOROESTE e CEZAR SILVESTRI.



**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Esta Presidência, como tinha decidido anteriormente, mantém a decisão.

Passamos ao horário do Pequeno Expediente.

Deputado Ribas Carli.

**O SR. RIBAR CARLI**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Na tarde de hoje estamos tendo a oportunidade de assistir diversas artimanhas regimentais, e isso é fruto da discussão política, é fruto do fortalecimento da democracia, em momento, os deputados da Base ou os deputados da Oposição promovem artimanhas regimentais no intuito único e exclusivo de protelar a votação, tendo em vista que os mesmos já fizeram as suas análises, já procederem às suas contagens, fizeram recontagens, e têm certo que irão perder a votação.

Agora, eu queria dizer aos meus companheiros nobres e ilustres deputados da Oposição, isso é da democracia, o perder e o ganhar, o discutir, o discordar. Agora, o que nós não podemos, em hipótese nenhuma, é sermos impedidos de votar. Nós estamos assistindo agora manobra para que nós, de um momento para outro, sejamos impedidos de votar.

Quando se alega da questão de segurança, todos os senhores lembram, na semana passada quando nós aqui estivemos por 23 horas, é importante que o Paraná todo saiba, 23 horas nós estivemos aqui dispostos a votar, e no momento, por uma coincidência, por um ato assim muito estranho, no momento em que se iniciava, esta Casa foi invadida, e quero aqui reafirmar, um dos oradores que usou da tribuna, disse que a nossa Casa corre o risco de ficar vexada perante o mundo.

Já sofremos esse vexame; aquelas imagens da invasão que aqui ocorreu, o mundo todo viu, através da imprensa, pela CNN Internacional.

Senhor presidente, vi tudo aqui hoje, e fico feliz em ver essa discussão. Agora, uma coisa que não posso concordar e, desculpe-me o ilustre, nobre e combativo deputado Algaci Tulio, de tantas jornadas, de tantas lutas, reconheço no senhor um deputado brilhante, um radialista respeitado, um homem público exemplar, mas não posso reconhecer em V. Exa. conhecimentos de medicina e fiquei estarecido no momento em que V. Exa. fez uma análise da situação da saúde do deputado Luiz Fernandes Litro.

Pelo que disse o senhor ali, quero crer que o senhor tenha estado, quando o deputado Litro estava hospitalizado, procedido uma anamnese e feito uma avaliação. Só falta agora, o deputado Algaci Tulio fazer o receituário e indicar um medicamento para o deputado Litro.

Queria lhe dizer...

**(Tumulto)**

Senhor presidente, peço que o senhor garanta-me a palavra e exijo o respeito da galeria para conosco, porque em nenhum momento nós agredimos a galeria.

Quero dizer-lhe, senhor presidente, não vou admitir ser agredido por quem quer que seja da galeria!

Quero crer que o deputado Algaci Tulio não cursou medicina; então merecia ele pedir desculpas ao deputado Luiz Fernandes Litro, quando fez conotações, dizendo do estado de saúde do deputado Litro.

**(Tumulto)**

Senhor presidente, quero, ao encerrar as minhas palavras, fazer esta observação: não pode um deputado desta Casa sofrer avaliação médica, porque ele não tem essa competência!

**(Tumulto)**

**O SR. IRINEU COLOMBO**

**(Tumulto)**

... foi agredida e pisoteada pelos cavalos da Polícia Militar! Jéssica Helen é repórter da Gazeta do Povo!

Segundo comunicado, senhor presidente: quero entregar ao deputado Ribas Carli, que acabou de fazer o pronunciamento, a mando de pessoas de Guarapuava, que estão aqui mais de 15 mil assinaturas endereçadas a ele pedindo que vote em favor do povo do Paraná.

**(Tumulto)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito ao deputado Irineu Colombo que volte ao seu lugar.

Com a palavra no Pequeno Expediente, o deputado Valdir Rossoni.

Senhor presidente, fui citado pelo deputado Fernando Ribas Carli.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não há condições.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, artigo 104.

Senhor Luiz Fernando Ribas Carli, posso não entender de medicina, nas tenho vergonha na cara!

Traz o deputado Litro aqui...

**(Tumulto)**

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)**

A vergonha não é privilégio seu.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito a retirada do som.

Com a palavra, o deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente apenas para colocar aqui a minha posição clara. Já coloquei na madrugada daquela Sessão longa que tivemos, e estou convencido e convicto. Tenho percorrido o Paraná, defendido a minha posição: sou favorável à priva-

tização da Copel, porque vamos sanar um problema que o Paraná precisa sanear, que é a questão da Previdência. É esta a minha posição. Continuo com esta posição, e espero, senhor presidente, que todos os parlamentares aqui mantenham o comportamento. E cada um respeite o seu companheiro e que cada um defenda o direito do outro de poder se pronunciar, optar e votar conforme a sua consciência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Terceiro orador inscrito, deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhores deputados.

Uso a tribuna para dizer ao Paraná que esta Casa, na verdade, vive um momento histórico. Histórico quando se discute um projeto popular que a sociedade paranaense como um todo conclamou. E nós com toda a tranquilidade, respeitamos as manifestações daqueles que propuseram esse projeto popular. E a democracia, na verdade, faz com que nós, este parlamento, saiba estabelecer aquilo que é elementar na vida democrática, ouvir o contraditório e colocar aqui a manifestação expressa daqueles que na verdade, defendem a privatização da Copel. Esse respeito com certeza é fruto da vida democrática.

E quero nesta tarde pedir, concluir, solicitar a todos os parlamentares que aqui, nesta tarde estão. Vivemos durante esta semana momentos tristes, momentos que enxovalharam a vida dos paranaenses, a vida dos parlamentares.

Aqui tínhamos 500, 700, mil pessoas, no máximo; não representaram a vontade da maioria dos paranaenses, no dia que aqui estiveram. E esses poucos não podem, de forma alguma, senhores deputados, entristecer, enlamear a nossa Casa.

Olha, admitimos tudo: a manifestação do Plenário, que cada um use dos expedientes necessários, que façam os protestos, percorram os caminhos do Paraná, acendam velas, como fizeram, perfeitamente natural e normal.

Agora não posso, como parlamentar, admitir que desrespeitem aquilo que considero como mais sagrado, que é a nossa Casa, que desrespeitem a mesa do presidente, como fizeram, usando de instrumentos vergonhosos, lá pisando.

Ora, senhores parlamentares temos sim, que levantar a nossa voz em defesa do nosso Parlamento. Lá, no Congresso Nacional, os Parlamentares que aqui estão são testemunhas de que lá existe um divisor entre o Plenário e a tribuna. Lá não há a menor possibilidade da galera, daqueles que vêm para uma Sessão agirem da forma como muitos, aqui, agiram. Respeito a cada um daqueles que aqui estão. Agora, não posso admitir que qualquer cidadão ofenda tanto o deputado de Situação, quanto os deputados de Oposição, porque eles se submeteram às urnas, eles foram descarreadores do Paraná, eles aperta-

ram a mão, abraçaram a nossa gente, pediram o voto, e aqueles que entendem que não devemos ser respeitados, por favor corram o Paraná, se submetam à apreciação popular, peçam o voto, e aqui venham para representar o povo paranaense. Este é o meu pedido.

Quero, para encerrar as minhas palavras, senhores parlamentares, dizer que não consigo entender, não consigo admitir que num momento tão importante da vida dos paranaenses, num momento em que se discute aqui um projeto popular, esta Casa tenha sido palco de uma discussão longa; palco de uma discussão que lamentavelmente entristeceu a todos nós.

Por quê? 130 mil assinaturas, sim, no projeto popular reconhecidamente respeitadas por todos nós. E é inadmissível, senhor presidente, que aquele que é o proponente número um, colocou a sua assinatura como primeiro homem a encaminhar o projeto popular, ex-deputado respeitado, querido, que na verdade fez história no Paraná, e não estava para defender o projeto!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Temos inscrito ainda no Pequeno Expediente, o deputado Moysés Leônidas.

Antes, pela ordem, o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Não podemos admitir a palavra do deputado Ademar Traiano. S. Exa. está se posicionando numa trincheira que não é a democrática, muito menos a verdadeira. O ex-deputado Nelton Friedrich não foi citado através da Presidência, a não ser...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Luiz Carlos Zuk, a sua questão de ordem não procede.

Está com a palavra o deputado Moysés Leônidas. Questão de ordem, artigo 244.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Posso falar, senhor presidente?

A questão de ordem que levantei, na madrugada de quarta-feira e que a Mesa ainda não me encaminhou uma resposta convincente, pelo fato de que o primeiro signatário do projeto de iniciativa popular, ex-deputado Nelton Friedrich, não foi notificado oficialmente, não sendo ele oficiado oficialmente, não temos um deputado indicado para ser o patrono deste projeto.

A minha questão de ordem ainda está pendente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Presidência já decidiu sobre esta questão.

O SR. ALGACI TULIO

O deputado Traiano acabou de dizer que o primeiro signatário não veio aqui. Não veio, porque não foi notificado! Não sendo notificado, não indicou o deputado que seria o patrono deste projeto de lei.

Então, não pode falar do que não sabe!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, o deputado Moysés Leônidas.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, se me permite, deputado Moysés Leônidas, sobretudo porque o vice-presidente está ocupando a presidência neste momento e é exatamente a questão de ordem que vou abordar: estava encaminhada na semana passada e no dia 15, quando perguntei ao presidente da Assembléia, o Sr. Hermas Brandão, sobre a questão de informação de, para quem foram vendidos os 111 bilhões de títulos de ações da Copel, então...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Neivo Beraldin, esta questão já foi decidida, a Presidência já lhe informou. Se o senhor quiser esta documentação, poderá se dirigir diretamente à Presidência da Assembléia.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, no dia 15 o presidente me garantiu que a minha questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está com a palavra o deputado Moysés Leônidas, no Pequeno Expediente.

Não procede a questão de ordem.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Eu pediria a V. Exa. que fossem retiradas das notas taquigráficas as palavras do deputado Ademar Traiano, quando diz que o ex-deputado Nelton Friedrich não teve coragem de vir defender o projeto do povo!

Quem não teve coragem, senhor presidente, foram todos os deputados da base de sustentação, com exceção do deputado Valdir Rossoni. Durante 23 horas nós debatemos o projeto e nenhum deles teve coragem de vir à tribuna! O deputado Nelton Friedrich viria aqui orgulhar e honrar os paranaenses, por isso eu lhe peço que tire das notas taquigráficas as palavras do deputado Ademar Traiano!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pequeno Expediente, deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Queria hoje aqui, trazer os problemas lá da minha cidade, especificamente da minha região, mas estou vendo, que no debate hoje não tem como fugir dessa questão da Copel.

E digo o que os antigos já diziam, que para conhecer uma pessoa era preciso comer junto com ela um saco de sal. E hoje e durante todos esses dias, estamos com

pouco tempo, não daria aí para consumir um saco de sal, conhecendo algumas das pessoas que convivem conosco, diariamente. É bem verdade, que não cabe a nenhum de nós julgar ou sequer pré-julgar, porque aqui o debate teria que ser das idéias e jamais do campo pessoal.

Mas, como essa Sessão está sendo transmitida para o Paraná inteiro, por diversas emissoras de rádio, quero dizer aqui que a maioria absoluta da população que deve estar acompanhando esta Sessão, não deve estar entendendo o que se passa no Legislativo.

Não vi aqui, até agora, nenhum debate de quem é a favor ou de quem é contra, para explicar à população a questão específica da Copel. E lamentavelmente, as discussões quase que sempre pairam entre quem está a favor ou quem está contra e a população não fica sabendo da sua realidade.

Acho que participar da vida sempre é importante, mas principalmente, quando se perde, não deve ser ridículo. E quem ganha, tem que ter a humildade da vitória.

Queria aqui cumprimentar esse trabalho feito pela Oposição, daqueles que defendem a idéia da não venda da Copel. Mas, acho até de bom alvitre, estamos recebendo aqui, senadores da República, diversos outros deputados que vêm de fora; a população que está sofrendo, vindo aqui; os estudantes e tudo; que tivéssemos aqui, um debate dentro do campo das idéias, pois o que estou assistindo aqui, como deputado de primeira gestão, é um concurso de gritaria! Já vi tapa, já vi uns mais exaltados, já vi uns levando “sopapo” da própria polícia...

Agora, entendo que precisaríamos levar para a população do Paraná, principalmente nesta Sessão, a real necessidade que tem o Governo, daqueles que defendem ou não a venda da Copel.

Ou pensamos nós aqui, que a população quer saber da discussão da Ata de quinta-feira, que não tinha ninguém, porque não teve Sessão, porque não tinha segurança, porque não tinha deputado? Ora, a comunidade toda está esperando uma decisão, mas que seja uma decisão no campo das idéias, que valem, realmente: porque não deve ou porque é que se deve vender.

Então, queria neste expediente, dizer que estamos todos nós, os deputados, aprendendo a nos conhecer uns aos outros. E acho até que, da minha parte, vou ajudar a divulgar como é que esse projeto foi votado, que nós estamos hoje aqui, tentando revogar um projeto, que já fora aprovado no passado, e que contou com a participação de muitos, que acharam que não deve mais o projeto existir. Há que se respeitar, porque o cidadão pode também, mudar o seu ponto de vista.

Agora, a agressão não é possível! A provocação não é possível! Ninguém aqui, tem sangue de barata! Ninguém aqui, está querendo ser vaiado, ou ser gozado! Da minha parte, quero dizer a todos os senhores, inclusive à Imprensa, em especial às emissoras de rádio, que estão transmitindo para todo o Paraná: estou envergonhado dessa posição que estamos vendo aqui.

Há uma forma subterfúgia de não haver a votação. Há uma maneira clara e evidente de não se perseguir a intenção da própria Sessão, e isso podem crer os senhores, corre muito risco, aquele que está na opinião pública, do lado, a favor ou contra. Mas, muito pior é o que a população do Paraná está hoje assistindo aqui. Parece até coisa de colegial! Eu não sou, nem quero ser professor, mas tenho responsabilidade com aquelas pessoas que confiam em mim e que não gostam, como já recebi telefonemas lá da minha cidade, de Londrina, que está sendo transmitida esta Sessão, pela Rádio Paiquerê, dizendo o seguinte: “Estou com vergonha do que estou vendo aí, porque não vi uma nota sequer, que esteja falando da necessidade real de se vender ou não a Copel.”

Então senhor presidente, queria deixar aqui a minha colocação, cumprimentando inclusive aos deputados da Oposição, que têm feito um papel, desempenhando o seu papel.

E aqui, esse papel tem que ser feito.

Mas gostaria muito, de quem maior conhecimento técnico tem da questão da venda ou não da Copel, que falasse isso para que o povo do Paraná entendesse e não ficassemos aqui com esta molecagem que estou assistindo.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, a fala do deputado Moysés Leônidas é uma agressão à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque se ele acredita que o povo que está ouvindo de Londrina, não sabe o que está acontecendo aqui, sabe muito bem! O senhor, deputado, é que talvez não saiba!

(**Tumulto no plenário**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Algaci Tulio.

Eu gostaria que os deputados que pedem pela ordem, que por favor se referissem ao artigo que estaria sendo infringido.

(**Tumulto em plenário**)

Não procede.

Estamos no Pequeno Expediente.

Fica registrado, deputados Algaci Tulio e Ângelo Vanhoni, a sua manifestação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O senhor vai manter a expressão do deputado Moysés Leônidas? Nós estamos discutindo aqui há mais de 6 meses, se a Copel deve ser privatizada, o povo do Paraná já tem discutido isso! Tem manifestado a sua opinião contrária, e agora o deputado vem aqui, dizendo que estamos fazendo molecagem?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O Sr. Geraldo Cartário, no Pequeno Expediente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa Excelência já usou pela ordem. Cite o artigo infringido.

Gostaria que fosse liberado o microfone.

No Pequeno Expediente, Geraldo Cartário.

(**Tumulto no plenário**)

A Casa é de todos os parlamentares, deputado Neivo Beraldin.

Não procede deputado! Estamos no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TULIO

Houve ofensa, presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não houve ofensa.

Vossa Excelência pode encaminhar depois o projeto, que tem o direito.

A palavra está com o deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, primeiramente, é com muita honra que cumprimento o senador Osmar Dias, e assim o fazendo, quero cumprimentar a todas as autoridades constituídas e que representam o Paraná no Senado e na Câmara dos Deputados.

Aproveito ainda, senador Osmar Dias, para lhe dizer que o aumento de produção de grãos do nosso Estado do Paraná e do Brasil, certamente deve muito a V. Exa., pelo seu trabalho dinâmico, competente, inteligente, como lidou com a terra e o solo do Paraná.

Senhor presidente e senhores deputados. Cumprimento a volta do nosso ex-presidente da Assembléia, nosso colega e amigo Nelson Justus.

Mas eu lembrava, aqui, senhor presidente, em 1990, quando aqui chegava, uma Sessão muito parecida com esta, meu caro deputado Anibelli, quando em 1990 o então governador e hoje senador, grande senador desse Paraná e do Brasil, Roberto Requião, pedia a este deputado que votasse para presidente da Assembléia no deputado Caíto Quintana. Ninguém precisou me pressionar, ninguém precisou me conversar mais do que uma vez, para que no dia da votação, e V. Exa. sabe, aqui estava e aqui votei livremente, soberanamente votei no grande deputado Caíto Quintana.

Em 1998, quando saí candidato juntamente com o governador Jaime Lerner, no mesmo Partido da Frente Liberal, em 1998, após ouvir as pessoas que me apoiavam, os trinta e dois mil votos que me deram, eu aqui me coloquei e votei favorável à privatização da Copel, em

1998. De lá para cá, as coisas realmente mudaram, ouvi de novo todos os segmentos que represento, os dezesseis prefeitos que represento junto ao Governo do Estado, assinaram inclusive, o documento para que me colocasse favoravelmente à disposição de outros companheiros voltados para solucionarmos um problema de momento, um problema sério, que é o problema que o Paraná está atravessando.

Quero, aqui colocar, senhor presidente e senhores deputados, que ninguém precisa pressionar este deputado, e hoje eu até brincava com o senador Requião e dizia: “Senador, quando você me pediu, eu cumpri fielmente”. E a minha palavra dei aos prefeitos e aos municípios que represento, que ficaria nessa votação, do lado, da mesma posição que tive em 1998.

Por isso estou votando aqui com meus companheiros.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, deputado Durval Amaral.  
(**Tumulto nas galerias**)

Solicito que a segurança da Casa identifique as pessoas que estão ofendendo os deputado e os retirem.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, senhores deputados; senhores senadores da República, que comparecem a esta Sessão, nesta tarde.

O Parlamento é o contraditório, é o combate das idéias, do respeito às opiniões dos demais parlamentares. Um tema por demais empolgante e com certeza alterará a economia do Estado do Paraná. Um tema que empolga e apaixonou. A discussão é em ser a favor da desestatização ou de ser contra. De ser a favor da privatização da Copel ou de ser contra a privatização da Copel.

A verdade, um tema que foge às raias da decisão exclusiva do Governo do Estado. Um tema tratado pelo Congresso Nacional. Um tema discutido, votado e aprovado na Câmara Federal, aprovado no Senado Federal, a desregulamentação do setor energético. Um tema onde há decisões do Conselho Monetário Nacional, decisões e resoluções do Banco Central, desestatizando o setor energético. Por isso, não quero aqui fazer um pronunciamento com paixão ou com emoção. Quero usar a razão que sempre me direciona nos momentos mais difíceis da minha vida.

Senhores deputados, por que não fazer do Paraná uma reserva de mercado para a Copel? Que bom seria se tivéssemos no Paraná uma reserva de mercado exclusiva para a nossa empresa estatal Copel!

A resposta é muito simples: não é possível fazer do Paraná uma reserva de mercado, simplesmente porque a partir de 2003 não mais haverá reserva de mercado para empresas de energia elétrica. E quem decidiu isso, todos

sabem, não foi a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; foi o Congresso Nacional, através da Lei nº 9074 e tantas outras que se seguiram.

Teria o Governo do Estado razões para privatizar a Copel?

Deixemos de lado as paixões, as cores partidárias e as emoções que empolgam os nossos discursos e as nossas bandeiras, para fazermos uma reflexão pela técnica, sem nenhum entusiasmo eleitoral.

Vejam bem, senhores deputados, qual o poder, neste País, que de fato e de direito tem o comando da política energética?

Qual o poder, neste País, tem a prerrogativa de decidir sobre o setor energético brasileiro?

Senhores, a Constituição diz claramente que é de competência exclusiva do Governo Federal legislar, organizar e comandar o setor energético brasileiro.

Qual o poder que tem competência privativa para outorgar a permissão ou concessão de serviços no setor de energia elétrica?

Estariam ou não as estatais pelas leis federais regentes da licitação de privatização? Ou por normas de caráter financeiro, como as resoluções do Banco Central?

Estaria o Estado do Paraná desobrigado de aplicar a Lei Federal? Estaria o Estado do Paraná desobrigado de aplicar as resoluções do Banco Central?

Claro, senhores deputados, que por força do artigo 21, inciso XII, letra “B” e artigo 22, inciso 4º, da Constituição Federal, a competência legislativa sob diretrizes do setor quanto ao comando dos serviços e instalação de energia elétrica, são de competência da União. Tanto é assim que a União tem o Ministério das Minas e Energia que comanda as ações do setor; é vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel. E a União, com poderes jurídicos legítimos e incontestáveis, já decidiu, tanto pela desregulamentação, quanto pela mais ampla e livre concorrência no setor energético.

Quer seja privatizada ou não, a Copel, em futuro próximo, terá concorrentes no setor que atua. Terá, como concorrente, todas as empresas do Brasil e concorrerá com absoluta e tranqüila certeza em grande desvantagem. Quem serão os concorrentes, amanhã, da Copel? Com quem a Copel até agora tem disputado o mercado? Quem são os concorrentes da Copel, no dia de hoje? A resposta é muito simples: a Copel, empresa competente que é, tem sido e é um monopólio. Nunca viveu em regime de livre iniciativa ou de livre concorrência no mercado. A Copel não tem a cultura, a experiência e a tradição da livre concorrência.

Por isso, é perigoso afirmar que um velocista que compete sozinho possa ser considerado consagrado, como um grande campeão. Como podemos considerar a Copel sem concorrência, sem adversários, sem disputa, uma grande campeã de mercado? Com certeza, não existe campeão se não existe a concorrência.

Alguns poderiam me perguntar: A Copel terá condições de disputar o mercado? Ela enfrentará o mercado da livre iniciativa, da livre concorrência, em igualdade de condições? Não, senhores deputados, porque a Copel, enquanto órgão da administração indireta, que é uma empresa de economia mista, não poderá competir com as empresas da iniciativa privada.

**(Tumulto no plenário)**  
**(Vozes paralelas)**

A desregulamentação é uma tendência mundial, irreversível.

Ela já foi adotada na Inglaterra, na Austrália, na Alemanha, na Itália...

**O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

O artigo do Regimento que trata do Grande Expediente, diz que há a possibilidade de divisão do Grande Expediente entre dois oradores. Como foi monopolizado pelo deputado do governo, tendo em vista que não sabíamos que a Sessão seria nova, estamos prejudicados politicamente. Regimental mas politicamente, sobretudo. Eu gostaria de solicitar à Presidência que determinasse a divisão do Grande Expediente para esse humilde deputado da Oposição.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Ele se inscreveu em primeiro lugar. Se ele não usar todo o Grande Expediente, será cedido ao parlamentar que está inscrito pela ordem que é o deputado Neivo Beraldin.

**O SR. DURVAL AMARAL**

... na Dinamarca, na Suécia, na Espanha, em Portugal. E a desregulamentação, senhor presidente, no Brasil é um fato consumado e imposto pela União, via ampla legislação desregulamentadora do setor.

Portanto, quem tinha competência para decidir sobre a matéria, já decidiu, legítima e democraticamente por lei aprovada por uma maioria esmagadora de deputados federais, em grande maioria filiados ao PSDB, ao PMDB, ao PFL.

Refiro-me às Leis nº 9.648, de 27 de maio de 1.998; nº 9.074, de 07 de julho de 1.995, e respectivamente a regulamentação inclusive que criou a figura da livre concorrência e do livre consumidor, e ainda, senhor presidente, com o livre consumidor, ele que poderá comprar energia elétrica de qualquer empresa do Brasil, a partir de 2003, qualquer consumidor que consumir mais do que 50 quilowatts hora poderá comprar energia de qualquer empresa do setor energético brasileiro.

E aqui, senhores deputados, vejam só, nós temos...

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Nobre deputado Colombo, V. Exa. está como 3º presidente da Casa, 2º presidente da Casa. Peço que

V. Exa., não interrompa o orador que está usando a tribuna, por gentileza.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Na seqüência com maior prazer. Não há problema algum, ele vai conceder aparte.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Eu vou conceder o aparte sem problema algum. Só preciso não perder a minha linha de raciocínio. E eu dizia, todos nós brasileiros somos apaixonados pela bandeira, que o petróleo é nosso, todos nós brasileiros defendemos que o petróleo é nosso, e todos nós sabemos que no Brasil existem cinco grandes distribuidoras de petróleo e outras tantas distribuidoras pequenas, e apesar de o petróleo ser nosso, todos nós brasileiros quando vamos abastecer os nossos veículos, por que será que não abastecemos no posto da Petrobrás, que é nosso, que leva lucro para a BR Distribuidora, por que será? Porque existe a livre concorrência, porque todo consumidor quando vai abastecer o seu veículo procura um posto onde a gasolina é mais barata, e isto vai acontecer com a energia elétrica do Brasil! Todos os consumidores vão comprar energia elétrica de quem vende energia mais barata, e nem por isso somos antipatriotas, e nem por isso somos antiparanistas. Por quê? Porque há livre concorrência no mercado, é o melhor preço, é a melhor oferta e nós consumidores vamos sempre em busca dessa melhor oferta!

Por isso, senhores deputados, foi dito nesta Casa que mesmo com a privatização da Copel, não haveria a concorrência. O potencial energético dos rios paranaenses estaria praticamente esgotado.

Esta afirmação, senhor presidente, é equívoca, por não considerar que o sistema elétrico nacional é integrado, ou seja, toda energia produzida cai no sistema nacional. Para que se compreenda melhor, o sistema integrado de energia elétrica funciona como uma grande caixa d'água, onde várias empresas despejam seus produtos no interior, a água, energia, forma o volume único, um todo indistinto.

Em virtude desse sistema integrado, a partir de 2003 a Copel vai concorrer com todas as demais empresas brasileiras.

Em virtude do sistema integrado, um consumidor do Paraná, inclusive pessoa física, sem burocracia e sem qualquer ônus adicional poderá comprar energia de qualquer empresa brasileira independentemente de sua localização física, ou seja, todas as empresas serão concorrentes entre si, como hoje acontece na distribuição de combustíveis no Brasil.

Dentre as empresas brasileiras, 23 estatais já foram privatizadas e outras tantas estão em processo de privatização, e os partidos que compõem a base de sustentação política do Governo Federal, e os partidos, alguns deles, que aqui nesta Casa se posicionam contra a privatização do setor energético, mas por oportunidade eleitoral e com

competência que eu respeito, porque a lei que autorizava a venda das ações da Copel, foi aprovada, neste Parlamento, em 1993.

A lei que autorizou a privatização da Copel, foi aprovada em 1998, neste parlamento, após o processo eleitoral e, sem que houvesse toda essa mobilização e com competência a Oposição fez em toda a sociedade do Paraná.

Mas, é aquilo que eu sempre digo: por que será que se privatizaram 23 empresas energéticas no País? E o campeão de privatização é o estadista que por unanimidade todos nós reverenciamos, foi o grande estadista já falecido, Mário Covas.

Os governadores do PMDB que nesta Casa contestam, com veemência a privatização, em número de oito privatizaram empresas estatais em seus Estados.

Poderia ainda continuar na seqüência, afirmando que a desregulamentação beneficia o consumidor, a população do Estado como um todo e assim poderão escolher quem prestará o melhor serviço.

Tanto é assim, senhores deputados, que a Legislação Federal cria, como eu já disse aqui, a figura do consumidor livre, que poderá livremente escolher quem pretende comprar energia.

A Legislação a que me refiro são às Leis nº 9648, de 27 de maio de 1998; nº 9074, de 1995, e o Decreto nº 2655, de 02 de julho de 1998.

Quero aqui fazer uma ressalva, que na Câmara Federal, dos deputados federais do Paraná os que votaram contra foram os deputados da Bancada do PT, quando da aprovação dessa lei. Os deputados do PMDB, do PFL, e de outros tantos partidos, votaram favoravelmente à desregulamentação do setor energético.

Isso reforça o que estamos insistindo, no oportunismo eleitoral dessa bandeira contra a privatização da Copel. (Lê):

“No mundo moderno só sobreviveram empresas ágeis. A velocidade é a marca da modernidade e a força vital que mantém as empresa e as direcionam ao sucesso. As estatais, porque gestoras de dinheiro público regem-se por leis que lhes dêem transparência, e permitam amplo controle pela sociedade e pelo Estado, a exemplo da Lei Federal 8.666/93 e Lei Complementar 101/2000 (Leis da Licitação e da Responsabilidade Fiscal): normas estas que os legislativos estaduais não têm competência para alterá-las porque matéria da alçada exclusiva da União; tais regras, a par de outras, engessam as empresa estatais, submetendo-as a processo burocrático de licitação e inclusive ao controle inter e externo pelos Tribunais de Contas, que as impedem de realizar negócios de ocasião para aproveitamento, por exemplo, de preços mínimos ou de ofertas momentâneas especiais.

Enfim, por mais boa vontade que tenhamos, não é possível admitir que uma empresa estatal tenha a mesma agilidade de uma empresa desregulamentada.

Não bastasse isto, a legislação do Banco Central (Resolução 2515/98) impede as empresas estatais de bus-

carem recursos no exterior para novos investimentos, enquanto as empresas privadas estão livres para fazê-lo (os juros internacionais giram em torno de 3% ao ano, ao passo que no mercado interno estão em torno de 20% ao ano para as empresas do setor energético. É possível nessas condições, uma estatal concorrer com uma empresa privada?)”

Por isso, senhor presidente, nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei nº 101, a Lei nº 866, a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado. A empresa pública não tem a mesma sinergia, as mesmas condições, a mesma velocidade para competir com a empresa privada. Claro, havendo monopólio, ela impõe suas condições pelo poder que o monopólio lhe confere. Mas, com a livre concorrência, com a livre iniciativa, ela não tem essas condições.

A Lei de Licitações engessa as empresas estatais. E posso aqui sugerir a leitura dos artigos 118 e 119 desta Lei, no qual se estabelece com clareza, e não deixa dúvidas que as empresas estatais ficam sujeitas. O meu som está falhando.

Senhores, as empresas desregulamentadas podem aglutinar-se até o limite de 20% do mercado. As estatais estão alijadas do processo de compra de novos ativos. Também neste aspecto as não regulamentadas levam vantagens. Aos incrédulos, que examinem a Legislação que rege a matéria.

As estatais, senhores deputados, estão, por força da Legislação Federal, impedidas de ampliar a sua base de atuação, enquanto as empresas privadas estão livres para fazer.

Os jornais do Estado do Paraná vêm noticiando há 60, 70 dias, os motivos que levam o prefeito de Londrina a tentar privatizar a Sercomtel.

Afirma o Prefeito de Londrina, ao tentar privatizar a Sercomtel, que a empresa não poderá concorrer com as empresas privadas. E coincidentemente vão perder mercado com o fim do monopólio. Coincidentemente, Senhores Deputados, os argumentos centrais coincidem com aqueles levantados aqui, pelo presidente da Companhia de Energia Elétrica, senhor Ingo, para justificar a privatização da Copel.

Isso prova que o argumento técnico movido pela razão não tem partido, coincide com os argumentos técnicos do PT de Londrina, com os argumentos técnicos do Governo do Estado do Paraná, relativos à privatização da Copel.

Senhores, tenho para mim que esta discussão valoriza o Parlamento do Paraná. Tenho para mim que vamos mais para o processo de votação. E quero neste momento fazer um apelo, não só aos deputados da Situação, mas aos Deputados de Oposição. O contraditório estabelecido está, todos nós exaurimos nesta Casa, ao longo de meses este processo de discussão sobre privatizar ou não a Copel.

Chega o momento senhor presidente de decidirmos, com serenidade, sobriamente, sem agressões. Claro,

respeitando sempre o princípio do contraditório. A oposição, deputado Nelson Justus que tão valorosamente tem defendido a tese contra a privatização, os deputados da base da sustentação política que nos últimos dias tivemos inclusive defecções, perdendo deputados na base de sustentação política que defendiam a privatização.

Tenho para mim, senhor presidente que não haverá discurso aqui que poderá demover ou remover cada um dos parlamentares de sua manifestação de votar a favor ou contra o projeto de iniciativa popular. Por isso, senhor presidente, quero, ao final de minhas palavras... Consulto V. Exa. se ainda tenho algum tempo...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem um minuto.

O SR. DURVAL AMARAL

Deputado Orlando Pessuti, o meu minuto para conclusão, eu cedo a V. Exa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Durval Amaral, V. Exa. foi muito contraditório em tudo que falou. Nós, os deputados e a comunidade paranaense, temos que escolher aquilo que é bom para a sociedade do Paraná, se um governador do PSDB, do PFL, ou do PMDB, lá no Estado dele, analisando as condições dele, entendeu que deveria privatizar, o problema é lá daquele Estado! Nós temos que discutir o que é bom para o Estado do Paraná e não para o Estado de Roraima, o Estado do Acre, ou se o Estado da Paraíba privatizou ou não privatizou.

V. Exa. afirmou diversas vezes, em diversos momentos, ser uma questão de competência federal, legislar sobre a energia. Tudo bem, não quero até discordar de V. Exa., mas alguns governadores ousaram em não levar adiante ao pé da letra esta determinação do Governo Federal. Veja o caso de Minas Gerais. Lá, o governador Itamar Franco, ao invés de privatizar a CELIG, ele está investindo para que ela tenha mais usinas hidrelétricas, mais energia para oferecer para o povo mineiro, para o povo do Brasil. Aqui, no vizinho Estado de São Paulo, citado ainda há pouco por V. Exa. como campeão da desestatização ao tempo do Mário Covas, o governador Geraldo Alkmin houve por bem suspender o processo de privatização da CESP-Paraná por entender que não conferia com os interesses maiores do Estado paulista.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O seu tempo está encerrado, deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Durval Amaral

Agradeço o aparte, deputado Orlando Pessuti, peço a compreensão dos deputados que me pediram aparte e não pude ceder o tempo que aqui disponho, mas só para encerrar, quero lembrar que o governador de Minas

Gerais, citado pelo deputado Orlando Pessuti, foi o homem que iniciou todo o problema de desestatização do setor energético brasileiro, inclusive desestatizou a CSN, que era uma empresa referência nacional.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrado o tempo.

Horário das Lideranças.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, veja que mais uma vez fui preterido. Na primeira discussão da Ata, fui preterido, agora também, sensivelmente prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. que é um conhecedor do Regimento Interno da nossa Casa, sabe que é prerrogativa do parlamentar que está ocupando, dar aparte ou não.

O SR. IRINEU COLOMBO

V. Exa. censurou-me no momento que eu estava enfático no aparte; me dá o direito da rebeldia, agora!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento.

Como estamos por 15 minutos para encerrar o prazo regimental, coloco em votação e solicito aos senhores parlamentares, que...

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

... faltam 10 minutos para o fim da Sessão!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Posteriormente, daremos a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

Inicialmente, será votado o requerimento.

Está em votação o requerimento. O deputado, requer a prorrogação do horário regimental, da presente Sessão Ordinária.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Para encaminhar o requerimento!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O senhor tem dois minutos!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, há poucos minutos atrás, a mesma artimanha que nós fomos classificados, o líder do governo está colocando nas mãos de V. Exa.!

O deputado Fernando Ribas Carli, falava que nós da bancada do Povo (não de Oposição ao povo!), queríamos tão somente dizer a V. Exa. que somos contra o requerimento; não admitimos que dois requerimentos neste teor, que V. Exa. retorna à Mesa, possa ser inserido agora para votação.

Queria perguntar, indagar a V. Exa....



O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto de V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

E queria que V. Exa. informasse qual é o artigo do Regimento que ele se encaixa!

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, artigo 172 do nosso Regimento Interno, diz que no encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer deputado para encaminhá-lo no prazo de dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas como nós temos prorrogação de Sessão, nobre deputado, será votado imediatamente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Não tem amparo regimental a questão de V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. sabe, deputado! É um direito de V. Exa., mas nós vamos colocar em votação!

O SR. IRINEU COLOMBO

Mais uma vez fui preterido!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está sendo preterido, mas V. Exa. sabe que não tem razão!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, vou pedir para encaminhar o requerimento!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado Pessuti, por gentileza, artigos 80 e 81: “O prazo de duração das Sessões poderá ser prorrogado, a requerimento de qualquer deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos senhores deputados.”

“O requerimento objetivando a prorrogação da Sessão, será inscrito, independente de discussão, e será por maioria de votos, presente pelo menos um terço dos deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá precursar prazo de prorrogação.”

Está em votação o requerimento. Os senhores deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Quero registrar o meu voto contrário pelo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado!

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Colombo, voto contrário!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado!

Horário das Lideranças.

PL. Com a palavra, a deputada Serafina Carrilho, por cinco minutos.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

(Lê):

“Senhor presidente, nobres senhores deputados e senhora deputada, povo do Paraná.

Estamos vivendo uma situação de conflito. De um lado está o Estado, o Governo do Paraná, tentando suprir enormes desajustes financeiros.

Querem vender a Copel, para pagar o Banco Itaú, que comprou o Banestado, do próprio governo vendemos o Banestado e ainda ficamos com dívidas.

De outro lado estão os deputados, as sociedades organizadas, os estudantes, os empresários, os industriais, e a grande maioria da população do Paraná, que não querem deixar que dois milhões e oitocentas mil contas de luz, fiquem na mão de grupos internacionais.

Que carteira de cobrança maravilhosa representa esta da Copel, não é verdade?

O Estado do Paraná continuando ter a maioria das ações da Copel, sempre estará levando luz aos mais carentes, os que moram mais distante dos grandes centros, ajudando os mais necessitados.

Agora eu pergunto: Se a Copel, for vendida para um grande grupo estrangeiro, eles terão intenção de levar luz aos carentes?

Eles terão intenção de investir para garantir luz, aos que moram mais distante? Terão interesse social?

Enquanto a Copel permanecer nas mãos do Estado, poderemos controlá-la.

Se vendermos a Copel, perderemos as rédeas, e energia elétrica, é uma condição básica para o desenvolvimento das pessoas, das empresas, das indústrias, das cidades, do povo.

Meu voto é contra a venda da Copel, para atender os interesses das populações mais carentes deste Estado, que não tem culpa da situação catastrófica que se encontra o caixa do Governo.

Sou uma deputada representante da maioria dos municípios da Região de Maringá, aliás, sou a única representante de Maringá neste Parlamento, que está votando contra a venda da Copel, e o povo de Maringá e Região, não quer vender a Copel, eu tenho certeza disso.

Como poderei votar contra os interesses do povo que me elegeu? como?

Não existe mágica, sabemos que se não vendermos a Copel, teremos que arcar com o ônus, pois então, arcaremos com o ônus; pelo menos ficaremos com a Copel.

Nós vamos modernizar ainda mais a Copel, ela vencerá a concorrência que virá no futuro, e nós seremos

o único Estado que deterá o comando de uma empresa de energia elétrica no Brasil, se esta política de privatização do FMI e do Governo Federal estiver errada.

O Paraná vendeu tudo, só nos resta a Copel.

Vendemos as nossas estradas, vendemos a nossa água, vendemos o nosso banco, vendemos os supermercados aos grandes grupos, vendemos o nosso comércio que está desprotegido, vendemos a Rede Ferroviária que no Paraná, supria o Brasil graças à nossa agricultura, vendemos as contas telefônicas dos paranaenses, a CPI da Telefonia que o diga, vendemos as indústrias químicas etc.

Talvez, logo estaremos privatizando a segurança pública, a saúde, e chegaremos a pagar pelo ar que respiramos.

Nós, deputados, não podemos até mesmo doar um terreninho a uma APAE, a uma instituição filantrópica, só podemos fazer sessão de direito.

Só a Copel, ainda não foi dada em garantia para financiamentos o resto está todo alienado.

Mulheres do Paraná, estou conclamando a todas, sem exceção, nós somos a maioria do Paraná e do Brasil, só não somos a maioria ainda neste Parlamento.

Quando um novo governo chegar ao Paraná, vai encontrá-lo da mesma maneira que está, porque, mesmo vendendo a Copel, os recursos não suprirão a necessidade do caixa.

Vamos fazer com que o Paraná volte a ser o Estado mais estabilizado do País; nossas finanças e o nosso patrimônio é o que de mais importante poderemos deixar para as futuras gerações de paranaenses.

Se Deus me chamar amanhã, irei tranqüila, sem consciência pesada, com a certeza de que nesta votação da Copel, eu votei representando a vontade do povo e a voz de Deus.

Era só, senhor presidente.”

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

PSB, deputado Ricardo Maia.

**O SR. RICARDO MAIA**

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, amigos que nos visitam, imprensa.

Nós estamos em um momento importante desta Casa de Leis.

Todos nós, como cidadãos paranaenses, se analisarmos bem, ninguém quer vender a Copel, mas temos que tomar uma decisão, esta que é até uma questão de Estado. Nós temos aí, o grande desenvolvimento do Estado do Paraná nas décadas de 1970, 1980, e ocasionou que hoje temos um grande número de servidores públicos em direito de aposentadorias, que hoje consomem quase cem milhões da folha de pagamento mensal. Temos uma deficiência muito grande no nosso Estado do Paraná na área da saúde, na área da educação, na área da segurança pública.

E, como deputado estadual...

**O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, recebi uma informação agora, e gostaria que V. Exa. encaminhasse o pedido dessa informação, ao orador, a quem peço desculpas pela interrupção: se o deputado está usando o Horário do PSB, e se está formalmente ainda filiado no PSB?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Faço essa consulta ao deputado, porque não recebi qualquer informação da desfiliação oficial.

Consulto V. Exa..

**O SR. RICARDO MAIA**

Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sim.

**O SR. RICARDO MAIA**

Deixe-me concluir o meu pronunciamento.

Temos aqui que dizer que 70% da renda dos recursos da venda da Copel, será para o Parana Previdência juntamente com os royalties da Itaipu, que já estão no Parana Previdência; será o total que irá capitalizar o Parana Previdência, que é o tão sonhado Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, para que possamos ter uma redução na folha de pagamento, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e que tenhamos condições de dar reajuste aos servidores públicos do Estado do Paraná.

E o que é importante: os 30% restantes, não irão para... a não ser na área social do Estado do Paraná, recursos esses, tanto do 70%, como do 30%, que foram aprovados aqui no ano de 1998, foi aprovado por esta Casa de Leis, que tivemos votos contrários, como teve a maioria favorável em 1998, quando não tivemos grandes manifestações, porque naquela ocasião passou o projeto tranqüilamente aqui por esta Casa de Leis. E hoje reconhecemos que temos que fazer o Governo do Estado cumprir a sua verdadeira obrigação, obrigação esta que é...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo um minuto para Vossa Excelência encerrar o seu pronunciamento.

**O SR. RICARDO MAIA**

... atuar na área da saúde, na área da educação e na área da segurança pública.

E nós, a Bancada de Apoio do Governo do Estado, confiamos no Governo do Estado, que as reformulações da sua equipe de trabalho, que após a privatização, que após a venda da Copel, que prejuízo nenhum irá causar aos consumidores do Estado do Paraná, porque as tarifas, bem como a legislação, são Federais e são cumpridas em todos os Estados da Federação.

Então, confiamos que o recurso será aplicado naquilo que devemos fazer, o Governo aplicar fortemente

na área da saúde, na área de educação e na área de Segurança Pública.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Horário das Lideranças, deputado Divanir Braz Palma, pelo PST.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente; Mesa Diretiva; nobres pares; senhoras e senhores presentes, imprensa.

Venho aqui dizer, com muita serenidade, sem medo algum, por que sou a favor da privatização da Copel.

Senhor presidente, nós que temos a nossa origem na atividade empresarial, no ramo da construção civil e no ramo da comunicação, vimos registrando a grande incapacidade do Governo em gerenciar empreendimentos que muito bem podem ser gerenciados pela iniciativa popular, empresas viciadas, empresas com quadro pessoal inchados, empresas que fazem da condição de estatal a oportunidade para dar privilégios ao seu quadro funcional, empresas que, apesar de um patrimônio fantástico, geram lucros ínfimos, enfim, empresas que quando dão lucros, beneficiam os acionistas, e quando dão prejuízos, socializam para toda a população esse prejuízo.

E a Copel, senhoras e senhores, apesar de plantada na opinião pública de forma profissional e eficiente, tem todos esses vícios que acabei de enumerar. É uma empresa pública que explora o monopólio no nosso Estado do Paraná, que já cumpriu o seu papel. É uma empresa que hoje se estivesse sendo tocada pela iniciativa privada, com certeza teria falido; os números mostram isso. Uma empresa relativamente, com seis mil funcionários, tem quase o mesmo número de aposentados, cinco mil, seiscentos e poucos aposentados. Por que acontece essa aposentadoria precoce? Porque ela usa da insalubridade, da periculosidade que deve defender, sim, o trabalhador, que trabalha nas linhas de transmissão. Mas é generalizado, senhores, atinge a todos que trabalham na Copel.

A Copel vai ser vendida, por aproximadamente 10 bilhões de reais. No mínimo, ela deu um lucro de 400 milhões.

Senhores, vamos fazer contas? Mas não vamos fazer de conta, não. Não vamos usar de demagogias que estamos ouvindo aqui. A Copel, o lucro da Copel é questionável, é um lucro irrisório, comparado ao seu patrimônio. Então, é uma empresa que não é tão eficiente como andam dizendo por aí.

E vou mais, esse lado social da Copel como boazinha e queridinha de todos nós os senhores sabem muito bem, já tramitou e já foi aprovado um projeto de lei, meu e do deputado Ribas Carli, que proíbe a taxa de religação, que nada mais é do que fruto de empresas arrogantes que, por serem monopólio, colocam o cliente na condição de consumidor. E nós aprovamos, os senhores depu-

tados, todos aprovaram e estamos aguardando a sanção do governador, porque não é justo quando o consumidor não paga a sua fatura em condições normais, deve-se levar ao Procon, deve-se protestar e não chegar à casa do cidadão que já está empobrecido, que já está com dificuldades financeiras, chegar lá e cortar a sua luz. E os senhores aqui de Curitiba, principalmente os deputados de Curitiba, a imprensa de Curitiba, tenho uma denúncia para fazer: o Corpo de Bombeiros de Curitiba, tenho uma denúncia para fazer: o Corpo de Bombeiros tem uma estatística, a maioria das casas da periferia da grande Curitiba, que pegam fogo, a principal consequência é que a Copel corta a luz e essas pessoas usam lamparina, usam velas e, por isso, acabam...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência terá um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, eu gostaria de falar mais tempo, mas tem muitas coisas mais que temos que mostrar ao povo, porque, gente, o que se plantou na opinião pública, infeliz ou felizmente, não é isso aí! Não tenhamos medo de privatizar a Copel! Queremos uma empresa reguladora, para controlar os possíveis abusos! Essa questão de aumentar preço é falácia, porque é tarifa federal, é governo federal que regulamenta. Temos que falar sem demagogia! Sou deputado de Maringá e sou de todo o Paraná.

Assumo o meu compromisso...

(**Tumulto nas galerias**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às galerias, que não se manifestem.

Peço ao nobre orador Divanir Braz Palma, para encerrar o seu pronunciamento; o seu tempo está esgotado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Vou encerrar, senhor presidente, fazendo esse apelo. Não tenhamos medo, paranaenses, de votar a favor da privatização. Só seremos tratados como clientes quando tivermos vários fornecedores de energia. Não teremos cobrança de taxa de iluminação pública, não teremos cobrança de taxa mínima, não teremos cobrança de taxa de iluminação. Seremos tratados como cidadãos de respeito e como clientes.

Essa é a nossa grande esperança e a certeza da vitória.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Para não atrapalhar o pronunciamento do deputado Divanir Braz Palma, porque ele ocupava a tribuna, havia iniciado a sua falação.

Ele ocupou o horário do PST, da liderança, mas como só ele faz parte do PST, não há Horário de Liderança.

A minha questão de ordem é no seguinte sentido, que V. Exa. tivesse a condescendência, já que ele usou esse horário e me inscrevesse em horário igual, em nome da bancada independente, para fazer a defesa do projeto.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Artigo 243 - O deputado Divanir Braz Palma citou naquela tribuna, e fez uma grave denúncia, dizendo que a Copel corta a luz de quem mora na favela e quem não paga. Esqueceu de dizer que é o convênio do Governador dele...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não cabe a questão de ordem de V. Exa., que não citou o nome ao Parlamentar.

PSL, PPS.

Concedo a palavra a deputado Cezar Silvestri.

**O SR. CEZAR SILVESTRI**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero fazer uma saudação especial aos nossos senadores, que nos visitam e nos visitaram e alguns que ainda estão, neste recinto, deputados federais, Rubens Bueno, Doutor Rosinha, Padre Roque, minhas senhoras e meus senhores.

Todos os argumentos usados, que o líder do Governo procurou enfatizar no seu pronunciamento, de ordem técnica, tivemos a oportunidade de discutir ao longo dos últimos seis meses.

É importante recordar a todos que estão presentes ouvi atentamente o pronunciamento de diversos outros deputados, que fizeram com que a nossa memória fosse aguçada e também que relembrássemos o que ocorreu nesses últimos anos.

Dizia o deputado que representa Maringá, que em 1998 não houve uma manifestação da sociedade, quando foi aprovada a lei que autorizava a privatização da Copel. Realmente, não houve.

É importante lembrar que o deputado Anibal Khury - eu tive várias divergências com ele, mas sempre tive uma grande admiração por ele - jamais abriu mão do seu espírito paranista. Jamais abriu mão do seu espírito estadista, fez isso na luta contra a divisão do Estado do Paraná, fez isso também naquela ocasião, quando fez com que o governador Jaime Lerner, antes de votarmos essa lei, fizesse uma declaração à Assembleia Legislativa, ele, através da imprensa e dos anais desta Casa, tenho certeza absoluta que foi repetida diversas vezes, inclusive no programa do PFL, há meses atrás, disse, naquela ocasião, "sou um social democrata, não sou louco de vender a Copel". Em cima dessa afirmação, a sociedade aceitou que fosse feita a tal da desregulamentação que foi proposta naquela ocasião, mas o que ocorreu logo após?

O Governador Jaime Lerner deixa de cumprir todos os compromissos que assumiu na sociedade paranaense, e digo isso a todos vocês porque, através de uma emissora de rádio em Laranjeiras do Sul, logo, 30 dias o pedágio, todos vocês lembram que eu fui entrevistado e disse: eu confio no governador tenho certeza absoluta, que ele manterá os preços porque disse a todos os deputados da Base de Sustentação do Governo. O que ocorreu? Passaram-se as eleições e o pedágio foi dobrado novamente. O governador, mais uma vez, não honrou os compromissos com os deputados da Base de Sustentação e também com a sociedade paranaense. Todos os argumentos técnicos que foram usados por parte do governador e por parte do Sr. Ingo Hübert, cada um, dia-a-dia, foram desmentidos.

Primeiro disse que era determinação do Governo Federal a privatização da Copel. Logo após veio ao Paraná, o presidente Fernando Henrique Cardoso. Dava entrevista ao deputado Luiz Carlos Martins, e disse que isso não é verdade, que jamais falou isso, e que a privatização é autonomia de cada governo.

Depois veio o Sr. Ingo Hübert, em 1998 e disse. Se a Copel não for privatizada dentro de 3 anos, estará inviabilizada, estará falida porque não terá poder de competição.

Passados 3 anos, no ano de 2000, nós vemos a Copel tendo um lucro de 430 milhões. E o que é mais triste, tem um lucro de 430 milhões, apesar de o seu presidente, em todas as entrevistas, procurar desmerecer esta empresa. Vi agora alguns deputados procurando também desmerecer a empresa Copel, da falta inclusive de lealdade de outros acionistas da empresa, porque um presidente que procura descaracterizar a empresa deveria ser demitido sumariamente no mesmo momento. Apesar de tudo isso, a Copel tem um lucro de mais de 1 milhão por dia.

Agora, senhor presidente, dizer que a Copel não é competitiva, não tem poder de competições, realmente nos choca. A Copel montou uma empresa chamada Tradener, uma empresa que foi criada com 10 mil de capital social, em 1998. Um ano após, esta empresa não tinha mais 10 mil de capital; estava com um milhão e oitocentos mil de capital em apenas 2 negócios.

Pasmem vocês, essa empresa recebeu de comissão 140 milhões de reais, num negócio de venda de energia para São Paulo e num outro negócio de importação de energia da Argentina. Como é que ela não é competitiva? Essa empresa se faz com certeza, e a Copel hoje tem 45%, tinha 90% na sua constituição, vendeu 45% sabe para quem? Para o Sr. Donato Gulin, que sempre foi um dos caixas da campanha do grupo Jaime Lerner, e para o Sr. Walfrido D'Avila, ex-funcionário da Copel. De repente, um funcionário da Copel que ganha salário com muita honra, trabalhando com dificuldades, os outros funcionários não tiveram essa oportunidade, ele participa de uma sociedade com 4 mil reais de capital social e de

repente, tem a participação de 10%, somente sob a comissão de 140 milhões.

Então, minha gente, todos os argumentos que foram usados por parte da Base de Sustentação do Governo por parte do governador Jaime Lerner, por parte também do secretário da Fazenda, Sr. Ingo Hübert, presidente da Copel, todos eles foram desmascarados em poucos meses e, tenho certeza absoluta que a sociedade paranaense saberá dar o troco a todos aqueles que se colocarem contra, porque nós estamos votando, não o projeto do deputado Cezar Silvestri, não o projeto das Oposições. Estamos votando o primeiro projeto de iniciativa popular da história do Paraná.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

**PDT.**

Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhores deputados nobres visitantes. O deputado Braz Palma parece que é mágico, ele quer dizer que a Copel está quebrada, e quem está bem é o Governo do Estado que está sem um tostão no bolso e não paga e não cumpre nenhum convênio com o interior do Estado do Paraná.

Mentiroso! Mentiroso esse governo! Mentiroso! Não cumpre o que assina e não cumpre o que fala!

O governador Jaime Lerner, e agora dirijo-me aos visitantes que na maioria infelizmente são do Governo, nós não tivemos em mãos, do presidente da Casa que é nosso amigo, aquela promessa feita aos estudantes dos cem ingressos! O nosso fórum popular que agora homenageio, o ex-deputado Nelton Friedrich e todos os seus componentes e principalmente os evangélicos, os católicos, nas pessoas de Dom Ladislau Bernaski e Dom Pedro Fedalto, não tiveram assentos nesta Casa, porque não tínhamos ingressos a oferecer!

Copel competente, séria, lucrativa. Governo mentiroso, pobre e falido do Jaime Lerner!

Quero cumprimentar o presidente desta Casa, porque aqui está estampado o que nós queremos, que nenhum governo que aí está e que nenhum que sustenta o governo tem coragem de fazer, mas o Hermas, o nosso presidente, (mostra o jornal **Lê**):

“Hermas quer plebiscito para a Copel”.

Parabéns, presidente!

Vamos fazer um plebiscito e ver se o povo do Paraná quer vender a Copel!

**(Continua mostrando o jornal)**

Logo acima do Hermas, está a fotografia de quem representa o Governo.

“Ovo na cara, chute no traseiro na próxima eleição e põe o governador, que ele não vai vender a Copel”.

Senhor presidente. Nós ouvimos, nós começamos pequenos 24 senhores deputados, a nossa base 14, mais 10 valoroso companheiros que vieram conosco,

02 desertaram; não aguentaram, tiveram realmente a sensibilidade de mudar de posição, não sei por que vantagem.

Baixamos para 22 senhores parlamentares. Nesse caminho, o caminho da verdade, o caminho que depõe contra a mentira, que depõe contra o Ingo, aqui veio e mentiu para o Paraná, que tinha um estudo de viabilidade que daqui 2, 3 anos, a Copel seria inviável. E mentiu também porque faz parte daquele clã de mentirosos e não nos apresentou aquele seu relatório.

Nós, na oportunidade com o deputado Orlando Pessuti, cobramos do presidente da Copel, e ele também não tem palavra: não apresentou.

Nós, esse decorrer, somamos mais 4 valorosos companheiros e chegamos neste plenário em 26 homens que defendem a vontade de 93% do Paraná, que é contra a privatização da Copel.

Pois bem, senhor presidente. Está nas suas mãos, porque acredito que o Litro já quebrou. O Litro, daquele seu acidente que houve, infelizmente, há dois meses atrás a consequência está sendo agora pela pressão que recebeu. Queremos orar, pedir a Deus que dê saúde para o Litro, para ele vir e com discernimento votar com a vontade e não com a pressão que ele sofre.

Mas está em suas mãos, presidente Hermas Brandão, o empate aqui está. O povo com 26 votos e a bancada do Jaime Lerner com 26 votos. Acredito e tenho certeza de que nas suas mãos está o futuro do Paraná, é um homem que não se curva, é um homem que realmente demonstra acima de tudo a sua seriedade e honestidade, deputado Hermas Brandão. E quando soubemos lá na rua, que alguém do Governo falou que o presidente desta Casa era frouxo. Eu disse pode até ser frouxo, mas é honesto! Não é igual ao Jaime Lerner com a polícia, que é um corrupto que está tentando corromper tudo aquilo que está sendo dito aqui dentro.

O governador nunca teve a coragem e a decência de vir a este plenário falar a nós, deputados, nos convencer sobre a venda da Copel.

Agradecendo ao presidente, volto a dizer: o Jaime Lerner anda de costas para o povo, anda de frente para o balcão de negócios que ele instalou no Paraná. Aliás a sua origem assim diz.

Queremos, senhor presidente e senhores deputados, dizer que o Paraná não é um balcão de negócios e nós não somos mercadorias. E que este cartaz aí, realmente, traduz.

**(Manifestação da platéia)**

Encerro cumprimentando o presidente Hermas Brandão, pelo plebiscito da Copel, como também lamento o tratamento dado à população do nosso Estado, que aqui veio com as mãos limpas, mas encontrou a resistência de quem não tem consciência, quem não tem palavra, quem é caloteiro e não paga suas contas e agora quer vender o patrimônio do Estado, para suprir os furos de caixa do seu incompetente governo.

Muito obrigado.

**(Manifestação da platéia)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças. PT. Deputado Hermes Fonseca.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Queria fazer um comunicado.

O secretário de Estado chamado Fischer, chamou o deputado Luiz Carlos Zuk de facista!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a retirada da pessoa que ofendeu o deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Agradeço a retirada deste cidadão e tenho certeza absoluta, eu continuo afirmando: o governador fez do nosso governo um balcão de negócios!

E facista acho que é a senhora que realmente trouxe esse cidadão ao mundo.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, quero me dirigir neste momento a todos os parlamentares, a todos os cidadãos do Paraná que estão aqui, mas também a todos aqueles que não conseguiram entrar, porque não lhes foi dado o direito, não lhes foi dado a vez de ocupar essas tribunas vazias.

Quero falar para os estudantes que foram espancados nesta tarde, pela polícia, para as lideranças sindicais, enfim a todos os paranaenses que demonstraram, através das pesquisas de opinião pública, que 90% deles, e aqui em Curitiba 91% exatamente se manifestaram contrariamente à venda da Copel.

A Petrobrás, monopólio estatal deste País, foi quebrada.

A Petrobrás continua estatal, continua concorrendo com as grandes multinacionais do petróleo, no entanto continua sendo a empresa mais rentável e importante do setor deste País, portanto eu não posso concordar e não posso aceitar, como todos nós que somos medianamente inteligentes não podemos aceitar estas balelas, estas burrices que foram ditas, infelizmente por companheiros nossos nesta Casa.

Chega de dizer que naquele governo se fazia assim também, que no governo do PMDB, do Sr. Roberto Requião, no governo do Sr. Olívio Dutra e no governo do Sr. Nelson Micheletti, lá em Londrina, se fazia. Isto não passa de uma afirmação incoerente, inconsistente, clínica, cretina e cretina!

Primeiro, porque um erro não justifica o outro! Quando uma população escolhe um governante, ela quer que esse governante dirija os governados com competência, com seriedade e com honestidade, acima de tudo! Ao admitir que os pratica por que os outros fizeram, o

governo do Paraná e a bancada do Governo, nesta Casa, estão passando um atestado de incompetência, de ineficiência, de incapacidade e acima de tudo, de falta de seriedade! Portanto, as razões para não vender a Copel já foram sobejamente discutidas nesta Casa, nós realizamos uma Sessão histórica de 21 horas de duração e quase todos os parlamentares que defendem o povo, quase todos os parlamentares que estão ao lado do povo se manifestaram aqui pelo tempo que o Regimento nos permite se manifestar! A sociedade paranaense já discutiu sobejamente nas universidades, nos Sindicatos, nas Federações da Agricultura, nas Federações das Indústrias, na Associação Comercial. Já discutiu nas Escolas e já discutiu com o povo e este mesmo povo do Paraná nos diz que não devemos vender a Copel!

E hoje, no dia da decisão, ainda temos que conviver com argumentos falaciosos, temos que conviver com argumentos infundados, portanto, ao encerrar quero dizer que para alguns só falta o óleo de peroba!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PPB.

**(Declina)**

PMDB. Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhoras deputadas, senhores deputados, eu sei que as nossas palavras não irão convencer deputado nenhum a mudar de voto, mas, senhor presidente, em nome do PMDB, subo a esta tribuna, para dizer, deputado Waldyr Pugliesi; deputado Edson Strapasson; deputado Ademir Bier; deputado Orlando Pessuti; deputado Antonio Anibelli; deputado Caíto Quintana, que eu tenho orgulho de V. Exas., tenho orgulho da postura de V. Exas., representantes do meu Partido aqui nesta Casa.

Em nenhum momento, deixaram esmorecer a esperança no coração, em nenhum momento, viraram as costas ao povo, em nenhum momento desistiram de lutar, lutar e lutar com a braveza que sai do fundo da alma. Me orgulho de ser do PMDB e de ter como meus companheiros aqui, estes parlamentares, deputados eleitos pelo povo, que não decepcionaram o povo do Paraná, que estiveram do lado do povo, lutando, chorando, firmes, inabaláveis na crença de que o deputado é para representar o povo e não para representar o governo.

Por isso, senhor presidente, em nome do PMDB, queremos dizer aqui que não nos sentimos derrotados, seja qual for o resultado. Pelo contrário, sairemos desta Casa, nesta noite, aliviados; sairemos daqui, com o coração tranquilo, com a alma lavada, porque no nosso peito está o sentimento de que combatemos o bom combate. Lutamos bravamente em favor do povo do Paraná, e deixaremos marcado na história do nosso Estado, a posição que assumimos.

Por isso, vi alguns parlamentares dizer: “vamos votar, ganha quem tem voto”. “Vamos votar, a maioria

vence”. Pode ser que vença aqui dentro desta Casa, mas não vence lá na rua, não vence no povo, porque o povo tem manifestado a sua posição, que é contra a venda da Copel.

Todas as pesquisas de opinião pública que foram realizadas neste Estado, por quem quer que seja, demonstrou que a população do Paraná é contra a venda da Copel, e nós, deputados, representantes de todos, nomeados representantes da população aqui nesta Casa, não poderíamos, em hipótese alguma, dizer não ao povo e trair o sentimento da população.

Por isso, senhor presidente, aqui não me sinto derrotado, não me sinto perdedor, porque estive do lado do povo, combatendo o bom combate, assim como meus companheiros, deputados da Oposição, e especialmente os meus companheiros de Partido, do PMDB, fizemos a estrada que foi nos dito, fizemos o caminho que foi nos ensinado, fizemos a história, senhor presidente. Vai ficar aqui marcado, para que a posteridade, para que a história diga se estávamos errados, quando nos manifestamos inapelavelmente, com convicção; ou se estávamos certos.

Quero dizer, que nós do Paraná, do PMDB do Paraná, temos escrito uma história diferente no PMDB nacional, porque aqui no Paraná o PMDB não se dobrou para o Governo Federal, o PMDB repudiou o liberalismo, o PMDB repudiou a corrupção e o entreguismo desta Pátria.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Mais um minuto para V. Exa. cumprir o seu pronunciamento, por gentileza.

**O SR. NEREU MOURA**

E nós do PMDB do Paraná, podemos gritar bem alto, com convicção e com coerência, a nossa posição contra a venda das estatais, contra o entreguismo!

O PMDB do Paraná tem moral para dizer isto. Somos contra, e por isso temos nos colocado aqui, em 98, agora e sempre, contra a venda das estatais.

Mas o governo Lerner, senhor presidente, quero dizer-lhe que, se por tudo isso ainda tivéssemos que abrir uma exceção, para vender a Copel, nós do PMDB seríamos contra a privatização da Copel, porque o Governo Lerner não tem moral para privatizar nada, porque é um governo marcado pela corrupção, pela roubalheira, pela sujeira que infelizmente infestou o nosso Estado do Paraná.

É um governo marcado pela picaretagem, pela patifaria e pela sem-vergonhice!

Por isso senhor presidente, não vamos sujar a nossa história. Chegamos aqui firmes, bravos. Chegamos aqui coerentes com a nossa posição, e não nos dobraremos contra um governo desonesto, que infelizmente está entregando o nosso Estado do Paraná!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Ainda Lideranças. PSDB.

Deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO NERALDIN**

Senhor presidente, muito se discutiu hoje aqui, e com certeza muito teríamos que falar.

Mas é preciso guardar na memória uma coisa. A topografia beneficiou Santa Catarina pela beleza das suas praias. Tem o Turismo.

A topografia do Paraná, deu a riqueza do Rio Iguaçu, e naturalmente deu ao Paraná, aos trabalhadores, a oportunidade de construir 17 usinas hidrelétricas, para gerar energia mais barata que o mundo pode gerar, porque depende apenas das nossas águas.

Quem poderá concorrer com a Copel, se ela produz a energia mais barata megawatts/hora do mundo?

Como mensurar o valor dos ônus dos funcionários da Copel, empresa que sempre investiu na capacitação do seu funcionário; como mensurar o valor das nossas águas; como mensurar a competência técnica daqueles 6000 funcionários?

Falaram aqui: tem que investir no Fundo de Previdência. Ora, minha gente! Só a dívida que ficou no Banestado, representa 15% da folha dos inativos do Estado!

Só a participação dos royalties de Itaipu, representa outro tanto!

Quem é este governo para falar em Fundo de Previdência, se ele não possui, sobretudo, a palavra decência!

Senhores deputados, como gostaríamos de ter tempo suficiente para ler todos estes dados técnicos, que ao longo do tempo levantei e escrevi sobre a nossa Copel!

Como é simples verificar que em 1995 o Governo do Paraná possuía 196 bilhões de ações, e que hoje possui apenas 85 bilhões de ações da Copel. Aonde foi parar o dinheiro? Para quem foi vendido?

Senhores deputados, no dia 19 de junho esta Casa aprovou um requerimento solicitando essas informações e o tempo passou, e as informações não vieram. Por exemplo, a prestação de contas de 1998 do Banco do Estado do Paraná. Por exemplo, para quem foram vendidas as ações que pertenciam ao nosso governo do Paraná?

Por quanto foram vendidas? Qual conta que foi aplicado este dinheiro? Para onde foi o recurso de cento e onze bilhões de ações que o Governo vendeu? Vendeu para quem? Cadê a informação oficial da operação? Senhores deputados, cadê a prestação de contas, no papel? Cadê o contraditório das dezessete improbidades administrativas, improbidades contábeis, que encaminhei ao Ministério Público? Cadê os dez pontos, flagrante desrespeito à Constituição?

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Concedo mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Cadê? Como pode termos deputados dos dois lados, mas ninguém contradita números, porque a matemática é uma ciência exata e ela tem que ser exaltada?

Senhores deputados, confio na Justiça do Paraná. Apresentei uma ação popular. Dela não consegui uma liminar! Então apresentei hoje, com agravo de instrumento, e espero que a Justiça do Paraná escreva exatamente baseada nas informações técnicas dos técnicos, escreva sobretudo diante dos fatos inquestionáveis, porque podem pegar a prestação de contas do balancete da Copel de 1995, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000, tudo está lá. Tudo está escrito, é só fazer, naturalmente, a diferença!

Com a palavra, a Justiça do Paraná!

**O SR. PRESIDENTE (Elío Rusch)**

Ainda no Horário das Lideranças, deputado Nelson Justus, pelo PTB.

**O SR. NELSON JUSTUS**

Senhor presidente e senhores deputados.

Já há algum tempo que não uso esta tribuna e o faço com a plena convicção de quem sempre a utilizou a favor do equilíbrio, do bom senso e da verdade. Mas, senhores deputados, afinal de contas, com quem está a verdade? E nós ouvimos aqui discursos dos mais inflamados, alguns até com um certo desequilíbrio e passando um pouco do normal. E entende-se isso; foram meses de discussão, foram dias de cansaço, foram momentos difíceis, chegando alguns até à exaustão. Com quem estará a verdade?

Não se nega, em momento algum, que as pesquisas de opinião pública sinalizam para um difícil momento que vive o nosso Estado e o nosso País e que não se aliene patrimônio do Estado.

Com quem está a verdade.

Os deputados que votam com a privatização da Copel têm a certeza, a convicção que estão agindo com a verdade.

A Oposição, claro, a decisão é muito mais política do que técnica, eu não tenho dúvidas disso, porque tecnicamente estou convencido de que o momento que vive o nosso Estado é para que se aliene as ações da Copel, mas a decisão política é importante nesta hora, e aqui é uma Casa política.

O deputado Nereu Moura disse, em determinado momento, que estava decepcionado com a Casa. Claro que em alguns momentos todos nós nos decepcionamos com algumas cenas, até de filme pastelão que assistimos aqui. Mas, o respeito que cada um tem para com o seu companheiro, e principalmente com a Mesa Executiva, foi resgatado e deverá permanecer, graças ao bom-senso que ilumina esta Casa.

Tenho certeza que todos aqui têm coragem. Aqui não há covardes. Aqui é uma Casa de homens e mulheres

de bem. Posso sair por aí dizendo e olhando no olho de cada um de vocês. E a história poderá julgar-me.

Sou favorável, pelo momento que vivemos, à alienação da venda das ações da Copel. E assumo isso com a coragem de quem tem um patrimônio de 50 e tantos anos de idade e sem nenhuma, nenhuma mancha ou marca que envergonhasse o patrimônio maior que me foi legado pelo meu pai e que lego ao meu filho, que é o meu nome.

Em nome disso tudo é que eu quero, senhor presidente, senhores deputados, podem até questionar a minha estada aqui, hoje. É do jogo. Claro, tentou-se todas as manobras para impedir que um deputado com cinquenta mil votos exercesse o seu papel, quando o Regimento e a Constituição são claríssimos! Mas é válido, até aí é válido!

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, companheiros da nossa Casa, de Situação e de Oposição, nós devemos votar, em breve, e chegar ao término deste episódio aqui na Casa. Todos nós temos, senhor presidente, a convicção daquilo que fazemos. Ninguém aqui admite pressão. Temos que ter a coragem de assumir. Coragem esta que assumo agora: somos sim, favoráveis à privatização da Copel.

**O SR. PRESIDENTE (Elío Rusch)**

Liderança da Oposição.

Com a palavra, o deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, senhores deputados.

A caminhada foi longa, podemos dizer que percorremos todo o Paraná. Gostaria de afirmar aqui que discurso nenhum, talvez, neste momento, vá mudar a opinião de quem quer que seja, e quero registrar duas coisas que acho de fundamental importância, para que amanhã, se escreva corretamente a história. Se falou muito no entrevero que existiu aqui entre deputados. Vejam bem o que é que aconteceu: nós todos defensores do projeto de iniciativa popular, nos rebelamos, declinando do convite da Presidência, para que fizéssemos a defesa do projeto, porque já o tínhamos defendido em todos os lugares, em todos os momentos e em todos os cantos.

Na avaliação que fizemos naquele momento, fomos agredidos, sim, por uma decisão da Mesa, que designou um deputado que luta como ninguém, para vender a Copel, para falar em nome de milhares e milhares de pessoas que vieram aqui com um projeto de iniciativa popular!

Talvez, mal comparando, mas seria a mesma coisa, senhor presidente, de se fazer a designação da bactéria, para ela defender a penicilina! Foi uma agressão! É preciso que se registre, que o deputado, pelo qual temos apreço e que tem as suas opiniões, não poderia se prestar a esse papel, de surrupiar o direito que nós todos temos de defender o nosso projeto de lei! Foi uma agressão! Fica aqui registrada a nossa inconformidade!



Porque se julgar os nossos jovens, da maneira que o fizeram? Eles vieram de todos os cantos, pela credibilidade que receberam das próprias famílias, das suas comunidades! Eles vieram aqui para ver aquele filme que já vi muitas vezes, na minha vida.

O líder do governo falou em contraditório. Aqui se estabeleceu um contraditório, sim, mas não o sadio contraditório. De um modo, nove milhões de paranaenses, dizendo, dando uma obrigação para essa Assembleia Legislativa: não vendam a Copel - esse foi o contraditório. O povo de um lado e, talvez 27 deputados, como está pintando no pedaço” até esse momento, aquilo que poderá acontecer.

De um lado a igreja de dois mil anos, apontando na direção para que não se venda a Copel. A Federação da Agricultura, da Indústria e do Comércio, a Ocepar, os engenheiros, a Ordem dos Advogados do Brasil, os sindicatos, os sindicalistas, todos vieram para cá para ver a votação do projeto de iniciativa popular e viram um governo isolado, minoritário. Viram cães, descendentes daqueles cães do tempo da ditadura, que estão aí vivos, aticados por aqueles que não gostam do regime democrático. São aqueles que defendem, como sempre defenderam, a violência da estrutura injusta que temos no Brasil: a concentração de renda, da propriedade e o povo que fique esperando, eternamente.

Já torraram Banestado, a Sanepar, tudo isso que já se falou aqui milhares de vezes, sempre com a mesma ladainha. Nós vamos melhorar a segurança e a segurança que nós temos é do Zé Tavares. Nós vamos melhorar não sei de onde. Esse governo está mal, não tem credibilidade para privatizar essa pérola da economia paranaense que é Copel, construída ao longo de todos esses anos por todos os paranaenses.

Senhores deputados, essa Assembleia poderia, me lembrando de Ulisses Guimarães, caminhar em direção ao sol que é luz, mas o que é que faz a Assembleia nesse momento? Se fecha aqui dentro e eu respeito até a posição dos deputados que vão votar pelo esfacelamento da Copel, no nosso entendimento, jogando o amanhã, futuro do Paraná num desconhecido, mas nós na realidade, enquanto Poder Legislativo, não estamos ouvindo aquilo que está vindo das ruas, que está vindo de todos os cantos do Paraná. Infelizmente, senhor presidente, é isso que está acontecendo aqui.

Eu faço um último apelo, que o deputado litro, que está ausente até esse momento, que tivesse um gesto de enorme grandeza e que se lembrasse daquilo que ele pronunciou no programa do PSDB: “Nós não vamos vender a Copel”. Ele declarou isso. Em outros lugares ele fez a mesma coisa dizendo que não venderia a Copel, mas me parece que a verba venceu o verbo, nesse caso. É lamentável, mas é isso que vai ficar registrado na história do Paraná.

Senhor presidente, depois da votação da Copel, o Paraná não será o mesmo, essa foi uma água divisora na história do nosso Paraná, podem ter certeza, nós demos

um salto de qualidade durante todo esse tempo em que estivemos discutindo.

Senhor presidente, não nos convencemos que a Copel não seja competitiva, ela é sim, ela tem energia barata, tem milhares de quilômetros de linhas de transmissão e de geração. Poderíamos fazer aqui um grande contrato social chamando o empresariado do Paraná, para que parceiro da Copel, sob domínio público, determinássemos o nosso caminho. Quem não tem energia não tem futuro.

Olha, senhor presidente, o Canadá refluíu na sua vontade de privatizar, os Estados Unidos, pátria do neoliberalismo bateram em retirada quando fracassaram na privatização da Califórnia; São Paulo recuou quando se falou em Covas que caminhou numa direção, o Alckmin já caminhou em sentido contrário, o próprio Presidente da República refluíu na questão de Furnas.

Na realidade, estamos marchando numa direção, nós aqui não queremos ser amanhã a Argentina, lá a conversa foi essa aí também. Uma nação que tinha o maior *per capita* de consumo de carne no mundo se transforma num País favelado, desmemoriado, sem rumo nem sabendo para onde vai, nós não queremos isso para o Paraná.

O último apelo. Salvemos o futuro do Paraná proibindo a venda da Copel.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrado o Horário do Pequeno Expediente e do Grande Expediente. Horário das Lideranças e Horário da Oposição.

Sobre a mesa, Questão de Ordem nº 2488-A, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Algaci Tulio e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Decidida na presente sessão.**

Questão de Ordem nº 2496, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Algaci Tulio e Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Decidida na presente sessão.**

Questão de Ordem nº 2497, de autoria dos senhores deputados Edson Strapasson, Caíto Quintana, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Orlando Pessuti e demais deputados, constante do expediente. **Decidida na sessão de hoje.**

Questão de Ordem nº 2502, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Indeferido, de acordo com o Regimento Interno.**

Questão de Ordem nº 2503, de autoria dos senhores deputados Renato Gaúcho, Ademir Bier, Serafina Carrilho, José Maria Ferreira, Neivo Beraldin e demais deputados, constante do expediente. **Indeferido na forma como dispõe o Regimento interno.**

Questão de Ordem nº 2504, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti e Irineu Colombo, constante do expediente. **Indeferido de acordo com o Regimento Interno.**

Questão de Ordem nº 2505, de autoria dos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Luiz

Carlos Zuk, Algaci Túlio e Orlando Pessuti, constante do expediente. **Indeferido, de acordo com o Regimento Interno.**

Questão de Ordem nº 2508, de autoria dos senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Decidido na presente Sessão.**

Questão de Ordem nº 2508-A, de autoria desconhecida, constante do expediente. **Decidida na presente Sessão.**

Questão de Ordem nº 2508-B, de autoria dos senhores deputados Renato Gaúcho, Marcos Isfer, Tiago Amorim, Tony Garcia, Sérgio Spada e demais deputados constante do expediente. **Decidida na presente Sessão.**

Requerimento nº 2507, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Indeferido com base no artigo 186 do Regimento Interno.**

Requerimento nº 2500, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a prorrogação do horário regimental para término da presente Sessão Ordinária, pelo período de 02 (duas) horas. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2501, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando prorrogação do horário regimental da presente Sessão Ordinária, pelo período de 06 (seis) horas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2484, de autoria dos senhores deputados Tony Garcia, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Ângelo Vanhoni e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento nº 2506, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando votação nominal para o Projeto de Lei nº 248/2001, de autoria do Fórum Popular Contra a venda da Copel. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2492, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando espaço para uso da tribuna do plenário, no Grande Expediente na Sessão Plenária de hoje. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2485, de autoria dos senhores deputados Tony Garcia, Luiz Carlos Zuk, Ângelo Vanhoni, Nereu Moura, Caíto Quintana e demais deputados, constante do expediente, solicitando que seja registrada a declaração de voto favorável ao Projeto de Lei nº 248/2001, de Iniciativa Popular, que dispõe sobre a revogação da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autoriza a alienação de ações da Copel e adota outras providências. **Prejudicado.**

## ITEM 01

### VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/2001, de autoria do Fórum Popular Contra a Venda da Copel, que revoga a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que

trata da alienação de ações da Copel, e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Em votação.**

Para encaminhar, está inscrito inicialmente o deputado José Maria Ferreira.

### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Não sei se já se deu conhecimento, mas acaba de explodir uma bomba no sanitário ao lado do Salão Nobre. Felizmente parece que, à primeira vista, não havia ninguém lá dentro, mas a bomba foi de forte teor.

Neste momento espera-se a presença da perícia e do Corpo de Bombeiros para fazer o levantamento.

É o comunicado que faço à Mesa, neste instante.

### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já foi providenciado, segundo informações do 1º secretário.

### O SR. NEREU MOURA

Nós fizemos um requerimento à Mesa, solicitando votação nominal neste projeto.

Vossa Excelência vai encaminhar como a votação deste projeto? Na hora que for colocar em votação?

### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Na hora que terminar o encaminhamento da votação.

### O SR. NEREU MOURA

Vossa Excelência coloca o nosso requerimento, daí.

### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Colocaremos em votação.

O deputado José Maria Ferreira, com a palavra.

### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, deputado Hermas Brandão, senhoras e senhores deputados, cidadãos e cidadãs paranaenses que nos acompanham nessa memorável Sessão.

Não tenha dúvida que essa Sessão é memorável, senhor presidente, pela decisão que dela nós haveremos de tirar, pela importância do fato que se realiza. Mas, quero reportar antes de fazer o meu pronunciamento, ao que foi dito em plenário.

Afirmou aqui o deputado da Base de Apoio do Governo, que elamearam esta Assembléia Legislativa.

Ora, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não foi elameada pela invasão, pela ocupação dos estudantes e de parcela da população do nosso Estado; ela será pela posição que tomarmos diante do povo do Paraná.

Ela será se nós não respeitarmos a posição que o povo do Paraná nesses meses todos vem indicando, dizendo clara e cristalinamente: "que a Copel é um bem dos paranaenses e, como tal ela deve ser preservada. E

que não é o governo em final de mandato que tem a condição moral, a condição de competência, tem a condição de justiça, para fazer a venda ou a liquidação desse bem”.

Vi o ex-presidente desta Casa, a quem hoje recebemos, deputado Nelson Justus, secretário de Estado e Transporte afirmar: - “Com quem estará a verdade”.

Aqui é uma questão de colocação e os homens públicos precisam ser claros e transparentes; tem dúvidas de quem é e com quem estará a verdade.

A verdade, é só procurar nas ruas. É só procurar nas 400 instituições que apoiaram o fórum popular. É só ver a manifestação das lideranças. É só ver como é que pensa e como age o povo do Paraná em relação a esta questão.

Dáí, nós não precisaríamos fazer a segunda pergunta, porque já sabemos que a verdade está com o povo!

A verdade está no seio da sociedade paranaense que não quer, e entende que a Copel é um patrimônio que deve ser preservado.

Foi afirmado que alguns poucos vieram a esta Casa e que não representam a posição da sociedade paranaense. Deputado Ademar Traiano, parece que V. Exa. não tem ido ao politizado Sudoeste do Paraná, porque se lá estivesse, saberia, meu caro companheiro Ademar Traiano, que lá a população é contra a venda. Saberia, porque é uma comunidade extremamente politizada. E tenho certeza, não foram momentos tristes os que tivemos aqui.

Sou legalista, senhor presidente, respeito sempre o Regimento e as leis, mas há um momento em que esta legalidade cede espaço para a cidadania. E o que nós observamos, aqui, mesmo com os excessos, foi a legalidade cedendo espaço para a cidadania, porque ela foi desrespeitada. Quando o representante não representa, não é a expressão do sentimento e da esperança e dos anseios de um povo. Ele deixou de ser representante, e aí a cidadania tem que falar mais alto que a legalidade, e foi o que aconteceu neste plenário no dia 15 de agosto: falou mais alto a cidadania.

E é esta cidadania que está nas ruas. É esta cidadania que vai dizer nas eleições de 2002, se querem continuar com esse padrão de comportamento de homens públicos de ouvidos moucos e de visão cega, para aquilo que propõem e que quer a sociedade paranaense.

Foi firmado que todos aqueles cidadãos que participaram, que vieram de longe, do seu modo, do seu jeito, carregando dentro de si a esperança de ver um Estado pujante, forte e sobretudo, que ele fosse justo para com os seus filhos, e aqui receber a denominação de “galera”. Ora, o que é galera, deputado Orlando Pesutti, se não aqueles que eram escravos e eram obrigados a dar força motriz dos veleiros? Mas aqui esta galera chamada, esses cidadãos que aqui compareceram, foi a força motriz da moral, foi a força motriz da consciência de um povo, foi a força motriz da cidadania, que não está escassa.

Um deputado entre nós afirmou que a população está atônita e não sabe o que está acontecendo, aqui.

Realmente, quando uma população se manifesta com 53% dela contrária a uma determinada decisão, ela passa a não compreender, passa a não entender como é que aquele seu representante vota contrário àquela manifestação clara e cristalina de quem o elegeu.

O deputado Durval Amaral, líder da maioria e líder do Governo, afirmou que gostaria de ver sendo debatido nesta Casa as questões técnicas da privatização da Copel.

Ora, deputado Luiz Carlos Zuk, há quanto tempo nós estamos lendo os dados e as informações técnicas do porquê não privatizar a Copel? Mas nós não encontramos naquela tribuna nenhum interlocutor que pudesse rebater as colocações técnicas que aqui faziam os deputados de Oposição e agora, deputado Durval Amaral, a Copel não pode ser vendida!

Primeiro, porque é um patrimônio do povo do Paraná e assim ele determinou que ela deve ficar em poder e sob a decisão do Poder Público, não pode vender, porque ela vai ser o diferencial do estabelecimento de novas iniciativas para o Paraná, vai ser o diferencial do desenvolvimento do nosso Estado, enquanto outros Estados não têm energia, o Paraná podia, pode e vai, porque esta Casa não haverá de conceder autorização para o governo fazer esta venda.

Mas, senhor presidente, como o tempo escoa, quero refletir aqui uma opinião do jornal Folha de Londrina no seu editorial: “O Dia da Esperança: A Assembleia Legislativa do Paraná decide hoje se quer consagrar-se como instituição soberana e independente ou transformar-se num mero apêndice do Palácio do Governo, apesar dos temores do povo, este 14 de agosto também pode ser um dia de esperança. Os que agora agem, não por vontade popular, mas pela influência dos acenos do Palácio Iguaçu estão pensando apenas no momento presente, por isso obcecados pela venda, mas não imaginam que o Paraná ficará muito mais pobre sem o controle da sua companhia elétrica, porque o Governo já não terá poder de ação sobre as diretrizes que os novos proprietários, provavelmente estrangeiros, irão traçar para esta empresa de tão grande importância estratégica; quem tem o domínio da energia elétrica exerce controle sobre a vida dos cidadãos e este poder corre agora o risco de ser entregue em mãos estrangeiras.”

Senhor presidente, eu acredito que esta Casa terá a responsabilidade histórica de dizer não à privatização da Copel.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, dado o prosseguimento da Sessão, eu solicito que V. Exa. confira o quórum para o prosseguimento da Sessão.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tem número suficiente, se nós verificarmos aqui, mas em todo caso, solicito ao 1º secretário a chamada nominal dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)  
(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

(**2ª chamada**)

Já deu número, senhor presidente!

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeremos a chamada nominal, tendo em vista que estamos encaminhando o Projeto de Lei nº 248/2001.

Só queria esclarecer essa dúvida.

Encaminho a votação? Então estamos em processo de encaminhamento de votação do Projeto de Lei nº 248/2001, que é o projeto em que acabei...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encaminhamento de votação ao Projeto de Lei nº 248/2001.

O deputado José Maria já encaminhou, e agora é o próximo inscrito.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quantos deputados presentes têm?

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

46 senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

46 responderam à chamada.

Agora, para continuar com a Sessão, deputado Neivo Beraldin.

Solicito às galerias que não se manifestem.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Ingressei hoje no Tribunal de Justiça do Paraná, num agravo de instrumento, com pedido de liminar, sobretudo porque o Governo do Estado do Paraná descumpriu a lei vigente, tanto a lei de 95, como de 98. Não publicou na imprensa estadual e nacional. Não deu publicidade à venda de ativos do Estado.

Até hoje ninguém sabe para quem vendeu, nem aonde foi o dinheiro.

Senhor presidente, senhores deputados. É mais do que importante dizer: esses fatos e essas palavras, ficarão para a história.

Venderam ativos do Estado, não deram baixa dos mesmos, venderam e não prestaram contas do Tribunal de Contas.

A lei determina que os recursos da venda, eventual venda; deveriam ser destinados conforme determina a lei, tanto de 95 como de 98.

Alguém pode dizer: “Mas o deputado está repetindo o mesmo encaminhamento, no mesmo sentido.”

Ora, o mandatário, um administrador do dinheiro público, tem que no mínimo, tornar público os seus atos.

Em 1996, o governador, junto com o secretário da Fazenda hoje, o Ingo Hübner festejam na Bolsa de Nova York, a alta competência na Copel, a sua viabilidade técnica, a sua lisura administrativa, e ressaltava o corpo técnico, e pregavam que a energia era gerada pelas nossas águas.

O que é que mudou?

Mudou o seguinte: quebraram o Paraná!

Em 1994, nós tínhamos 1 bilhão, quatrocentos e noventa e seis mil de dívidas.

Em 98, em dívida consolidada, quer dizer, aquela já absorvida pelo Banco Central, pela União, era de treze bilhões de trezentos milhões. Também em 98, o resto a pagar, quer dizer, represado na boca do caixa, quer dizer, precatórios lançados e não pagos, era mais de três bilhões de reais.

Ações de 2000. Tenho solicitado ao Tribunal de Contas, e eles não querem entregar! Não querem entregar as contas de 2000, visto que o tempo regimental, o prazo legal, já está vencido há muito tempo, e eles não querem cumprir a Constituição! Não querem nos mostrar as contas do ano de 2000! Se as de 99 são de arrepiar, imagine, os senhores, o que virá das contas do ano 2000!

Não há discurso mais contundente do que aquele que pede o contraditório.

Não há compromisso maior de um homem público, senão aquele de prestar contas dos seus atos administrativos.

Senhores, isto é elementar para um homem que se diz vocacionado para exercer uma função.

Lamento, governador Lerner; nada pessoal contra V. Exa., que quando olhar na frente do espelho, poderá dizer a si mesmo: a incompetência administrativa é possível mensurar, eu assumo! Agora, o zelo, a transparência, o amor à causa pública não está evidenciado, porque V. Exa. sequer não quer discutir, não quer contraditar. V. Exa. tem todo o aparato, tem a Secretaria da Fazenda, tem toda uma assessoria técnica que poderia contraditar conosco, tem vários documentos de 1997, 1998 e 1999 que tenho em mãos e vir aqui e dizer: não deputado Beraldin, não foi cento e noventa e sete milhões de reais que foi vendido de ações, foram dois bilhões e duzentos milhões.

Existe uma coisa em contabilidade que é muito simples: a entrada e saída. Isso é tão simples e por que não faz? Por que não destaca um dos seus liderados, para contraditar o que estou afirmando, que ele não prestou conta das contas do Banestado em 1998, o próprio Tribunal de Contas reclama isso. Por quê? Por que se calam as vozes? Por que se cala a voz da consciência.

Estamos, senhores deputados, diante do flagrante desmonte do Estado, estamos diante de uma situação que jamais a história do Estado registrou.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Segundo orador inscrito para encaminhar, deputado Marcos Isfer.

**O SR. MARCOS ISFER**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Estamos, hoje na primeira discussão e primeira votação do Projeto nº 248/2001, de Iniciativa Popular. Volto a frisar e a perguntar: se nesta primeira discussão o nosso Regimento Interno diz claramente no seu artigo nº 145: “que em primeira discussão iremos aplicar apenas com relação a legalidade e à constitucionalidade deste projeto”.

Pergunto ao deputado Basílio Zanusso, pergunto ao Kielse Crisóstomo, pergunto ao deputado Durval Amaral, mesmo líder do Governo, mas um advogado eminente, como é que poderemos votar pela ilegalidade e constitucionalidade de um projeto de autoria popular, que cumpre todos os pré-requisitos constitucionais e regimentais desta Casa? Volto a insistir nesta tese, pois em momento algum, desde a discussão da Sessão anterior, do dia quatorze e, aliás, um quatorze de agosto que pode passar para a história do Paraná como um quatorze de julho francês, como o quatorze de julho francês de 1789, quando a massa oprimida resolveu dizer um basta àqueles que lhe ofereciam pão e brioche. Parece-me que este quatorze de agosto deve marcar esta Casa, também, como a data da resistência dos deputados desta Casa, com relação à venda da Copel.

E volto a perguntar, senhores, como vamos votar ilegal este projeto? Baseados em quê diremos que este projeto é ilegal?

Como poderá alguém, em sã consciência, votar pela ilegalidade de um projeto de iniciativa popular?

Como poderá alguém, em sã consciência, votar a constitucionalidade de um projeto que é especialmente previsto na Constituição do Estado do Paraná?

Senhores, eu tenho filhos adolescentes na universidade, uma menor ainda, que cursa o final do 1º grau, e eu quero ter sempre a possibilidade de entrar na minha casa, olhar para as minhas filhas e poder dizer-lhes que fui coerente. Peço a este plenário, essa coerência. Não podemos virar as costas ao povo do Paraná. Não podemos fazer de conta que essa Assembléia não vê o que se possa lá fora. Não queremos ouvir os 93% do povo paranaense que lhes pede que votem favorável ao mérito desse projeto, é um problema de consciência de cada um dos senhores. Agora de votar pela legalidade e constitucionalidade deste projeto, senhores, não é apenas um problema de consciência, é vilipendiarmos tudo aquilo sobre o que juramos, tudo aquilo sobre o qual um dia fomos de casa ou fomos através dos meios de comunicação pedir o apoio da população, quando cada um dos senhores adentrou nesta Casa, jurou sob essa Constituição em cumpri-la e fazer com que ela fosse cumprida.

Não posso crer, senhores, que seja dado um pontapé, que seja virada as costas à Constituição Estadual do

Paraná, que seja virada as costas ao Regimento Interno desta Casa, que seja virada as costas à moralidade que o povo paranaense nos cobra. Não posso crer, não posso esperar, não acreditar.

Muitos têm dito, acho que depois na Justiça terão inclusive que responder, têm dito em canais de televisão, em rádio, que votam favorável ao projeto, porque estão recebendo benefícios. São problemas de consciência de cada um. Alguns talvez venham a responder perante seus partidos, perante a própria justiça, perante o povo.

Mas, com relação à constitucionalidade e à legalidade, senhores, nenhum dos senhores, em sã consciência, poderá dizer-me que está fazendo por qualquer motivo. Não há motivo. Não há motivo, não há nada, em momento algum, que possa fazer com que um parlamentar rasgue a lei que ajudou a escrever, a lei sob a qual jurou, a lei que prometeu cumprir perante o povo do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Próximo orador inscrito, deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUTINHO ZUCCHI**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Queria fazer um registro, senhor presidente, os deputados Marcos Isfer, Tony Garcia, Algaci Tulio, Cezar Silvestri, pastor Edson, Renato Gaúcho, a deputada Serafina, o deputado Chico Noroeste, nós não temos o nosso tempo estabelecido, o Bloco Independente, mas na sequência, eu tenho certeza, V. Exa. vai nos dar essa oportunidade.

Eu sei que aqui nós já falamos o suficiente, mas na minha opinião, essa caminhada que fizemos até aqui, serviu para desmistificar alguns dogmas. O primeiro deles é normal a gente ouvir em campanha. Você lá, vai ser um. Saiba a população do Paraná, que esse mais um, hoje aqui decide os destinos dessa empresa que é orgulho para o Paraná. Esse é um dogma que na minha opinião vamos levar de lição para a nossa vida pública. O outro, conversa mole. Não há vencidos e nem vencedores. Conversa para “boi dormir”. Há vencidos e vencedores, sim, deputado Nereu Moura. Se ganharem a votação aqui, não venceram o deputado Zuk, nem a Bancada de Oposição, nem grupo independente, nem nada. Venceu o projeto popular.

Outro dogma que levaremos, aqui, para a nossa sabedoria popular, o povo tem a memória curta. A sua memória vai do almoço até o jantar. Ah, é? Vamos ver! A população vai ver o seu projeto derrotado. Se ela esquecer, muito bem. Certo estão aqueles que dizem isso. Se não esquecer, por conta da população que viu, aqui, o seu projeto ser derrotado.

Nenhum desrespeito a quem ache que se deva vender a Copel. Nenhum! Mas, há que se respeitar a vontade da população do Paraná. Tem o seguinte: Ah, mas o governador disse e está registrado. Li no jornal agora, há pouco, o Ingo falou o seguinte - palavras textuais: essa

conversa que o governador vai privatizar a Copel estão agindo de má-fé. Lembro-me que daquela tribuna, o deputado Valdir Rossoni e não é sua culpa, deputado V. Exa. reproduzia palavras do governador Jaime Lerner, dizendo que não privatizaria a Copel. E que a Oposição fazia cavalo de batalha, em cima dessa situação. Mas o governador - se V. Exa. não concorda deputado Rossoni - estampou em palavras textuais, publicadas na Gazeta do Povo. Então, o governador mudou de opinião. E se ele mudou de opinião, ele que acerte e combine isso com a população, porque a população não lhe delegou poderes, para vender a Copel.

O que adianta, eu sempre discursar. Fui líder estudantil, fui gerado nos bancos escolares, sou filho de um pequeno produtor rural, de consciência limpa, que é guardião da minha alma, daqui a algum tempo, ao andar pelas estradas do Paraná e ao ver um agricultor cobrar que aumentou a tarifa de energia, que o orçamento que tinha na propriedade rural caiu e ele não teve a quem recorrer, ele não vai poder nem cobrar, porque eu tomei uma posição.

Da mesma forma, deputado Caíto Quintana, quero fazer um desagravo - quem mudou a história política deste País, deputado Waldyr Pugliesi, aos estudantes que aqui vieram. Infeliz do jovem que pautar a sua vida, por um período de vida e não por um estado de espírito. Infeliz de um jovem que não é capaz de se indignar, porque não seria justa a indignação de um jovem, que vê a sua família, a sua comunidade, todos, sendo desrespeitados na sua vontade de não vender a Copel. Por que não poderia ele perder as estribeiras e ir aqui, em uma manifestação?

Bendita a juventude do nosso Brasil, a nossa solidariedade é para quem apanhou de cacete. A quem não pode entrar aqui para ver a votação do seu projeto, que não é o meu, de nenhum deputado, que é da população do Paraná.

A história vai se registrar esta Sessão, como falou o deputado Waldyr Pugliesi, não como um divisor de águas, entre a população - é um engano dizer isso - porque o único local que estamos divididos é aqui, a população é unânime, deputado Waldyr Pugliesi, é consensual, ela não está dividida, então, não tem divisor! Tem uma posição unilateral que não é expressada aqui pela vontade dos nossos companheiros deputados!

Lutamos, senhor presidente, com as nossas forças. Defendemos aqui a nossa opinião, exercemos o papel do nosso mandato.

Decididamente, deputado Hermas Brandão, eu ouço o clamor nas ruas que é do meu Sudoeste do Paraná, eles me dizem que não posso votar a favor da venda da Copel. Obedeço rigorosamente porque sou crédulo, eu creio em Deus, e creio no poder de indignação da população, eu não acho que a população do Sudoeste é capaz de esquecer uma pequena votação como esta. Não acho, razão pela qual me posiciono contra a venda da Copel, e tenho certeza!

Deputado Hermas Brandão, também há um outro erro, há, mas isso aí, a população não está olhando o que está acontecendo na Assembléia, não, senhor, é a Assembléia do Paraná, deputado Vanhoni, palco de todas as discussões, e se houve aqui também exaltação de ânimo, isso pode ser uma vergonha aos olhos da população; é uma vergonha nós sermos eleitos representantes do povo e não correspondermos àquilo que é essencial e fundamental da sua vontade majoritária e unânime, que é de não venda da nossa Copel.

Viva o nosso Paraná, viva a democracia!

E que nunca mais a Assembléia possa apresentar um projeto de iniciativa popular sendo votado enquanto a polícia espanca aqueles que assinaram o projeto!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Edson Strapasson, próximo orador inscrito.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhores deputados.

Encaminho nesta noite, onde não vejo a tribuna daqueles que defendem o projeto popular, cheia como deveria estar, e não apenas com 50% da platéia, porque 50% dessa questão é somente aqui desta Casa, lá fora, 90% do Paraná e que discutem deputados há muito tempo a questão Copel, a questão energética, a Copel, como nossa empresa, não foi apenas nesses dias de batalha que isso aconteceu, mas em várias regiões do Paraná, acompanhamos a população participando, discutindo, e tenho certeza, exercendo em profundidade a sua cidadania.

Vemos hoje, aqui no Centro Cívico do Estado do Paraná, cenas lamentáveis numa noite, um dia triste, onde o Paraná foi visto pelo Brasil, talvez como não se viu no auge do regime de ditadura.

É importante dizer, senhores deputados, que a questão Copel vem sendo discutida há muito tempo.

Hoje apenas vimos alguns deputados que defendem o governo subir à tribuna, encaminhar a questão, porque desta forma o foi encaminhado ou solicitado pelo governo.

Não ouvimos em outras ocasiões a mesma postura.

Quantas vezes, deputado Nereu Moura, desta tribuna, colocamos em discussão a questão Copel, e na verdade ouvimos o silêncio do outro lado para dizer o que é a Copel para o Estado do Paraná.

Copel é uma empresa que foi fundada em 54, exatamente com o objetivo de dar sustentação ao projeto de desenvolvimento do Estado do Paraná.

A Copel que se calcou em cima de uma economia estatal, exatamente porque em décadas anteriores a experiência de privatização do sistema energético brasileiro foi um caos, foi especulação, o apagão e a busca do lucro pelas empresas que então operavam.

A Copel, esta grande empresa, senhores deputados, caminhou com as suas próprias pernas. Não foi o

dinheiro dos cofres públicos que fez a Copel essa grande empresa, mas sim, a administração de forma técnica, de forma consciente, pelos recursos naturais que tem o Paraná, pela condição que se fez ela não apenas qualquer empresa do Estado do Paraná. Daí, é importante dizer, deputado Durval Amaral, que não podemos comparar a Copel, com o posto de gasolina, não podemos comparar a Copel como qualquer outra concessionária do Brasil, porque aqui ela tem uma referência, aqui no Brasil e no exterior, uma referência internacional.

A Copel vende um terço da energia que produz. A Copel tem, acima de tudo, credibilidade de se transformar no Paraná a grande alavanca do desenvolvimento do nosso Estado.

Aí vem uma pergunta: o que seria melhor nesse momento, pegar a Copel torrã-la por 9 bilhões, talvez? E digamos senhores deputados, que o Estado colocasse 70% no Fundo de Previdência do Parana Previdência. Digamos que isso acontecesse, até porque a lei aprovada diz que o Estado colocará 70% prioritariamente no Fundo de Previdência. Prioritariamente, não quer dizer obrigatoriamente.

Portanto, digamos que o Estado coloque 70% no Fundo, talvez nós tivéssemos ali a capitalização do Fundo por 4, 5 anos, já que, segundo o governo, são 100 milhões por mês, porque a folha do Estado, ao invés de encolher e procurar a racionalização, o Governo do estado preferiu dilapidar o patrimônio público e hoje nós vemos a Copel sendo entregue em nome do pagamento dos aposentados, pura e simplesmente!

Não seria mais fácil, talvez, rever os cargos em comissão milionários, que absorvem, que abocanham uma fatia alta da receita do Estado?

Não seria talvez questão de rever a forma de administração que deixou milhares de obras paradas, pela irresponsabilidade na aplicação dos recursos públicos?

Não seria, talvez, importante rever o rombo e o roubo do Banestado, que pesa nos cofres públicos por 30 anos, com 30 milhões por mês?

Talvez esse dinheiro está fazendo muita falta nos cofres do Governo do Estado.

Mas governo do Estado que tem a visão extremamente... querendo privilegiar os grandes grupos, que privilegiou com poucos grupos as rodovias do Estado do Paraná, permitindo que o pedágio, com preços altíssimos, superfaturados, fosse explorado. Esse governo que entregou a Ferroeste, que quebrou e vendeu o Banestado e não falou que pesa hoje 4 bilhões de reais para que o Estado e o povo do Paraná paguem. Esse mesmo governo que vendeu parte da Sanepar, mas mesmo sendo acionista majoritário, não tem a voz final do comando da empresa!

Esse Governo que adiantou os royalties da Itaipu, em nome da capitalização do Fundo de Previdência. Talvez não veja que a Copel na mão de um Governo, que use-a como a grande ferramenta, poderá liberar e fazer o preço de energia do Paraná, porque, no projeto de privatização a partir de 2003, nós teremos gradativamente a liberação de preços, e aí vai ser a Aneel que vai dizer por

quanto o Paraná deve vender a sua energia, mas será a Copel, será o Governo do Estado, que vai, com certeza, se quiser atrair para cá milhares de empresas que virão naturalmente sem receber um incentivo sequer do dinheiro do Governo do Estado.

Virão para cá porque terão aqui a garantia do fornecimento de energia. Terão e verão, no Estado do Paraná, uma vantagem, aonde o Estado poderá até fornecer energia com preço reduzido, para que as empresas aqui, gerem ICMS, gerem produção gerem emprego, gerem desenvolvimento.

Portanto, senhores deputados, nós estamos aqui dizendo, não pode o governo do Estado, em nome de uma administração irresponsável que quebrou o Estado do Paraná, vir neste momento entregar a grande jóia da coroa em nome de uma falência do estado atual do governo do Estado.

Talvez falar em Copel, não convença ninguém. E tenho certeza que muitos deputados já estão convencidos. Mas não posso admitir, senhores deputados, assim como os senhores também não podem, que nesta Casa algum deputado suba naquela tribuna, e diga que está cansado de ver molecagem, porque para mim molecagem é fazer o povo de palhaço!

Molecagem é você no dia-a-dia desrespeitar a vontade do cidadão! Vergonha não é defender que a Copel é nossa!

Vergonha, minha gente, é gente como deputado, e sou pela primeira vez, ter que ouvir na rua muitas vezes alguém perguntando: “que proposta tiveram os deputados em votar para vender a Copel?”

Neste momento, queria dizer que me sinto orgulhoso, porque carregarei eternamente na minha consciência quando olhar para o meu pai, para minha mãe, para a minha família ou para o mais humilde eleitor, que a minha consciência é tranqüila. Porque, aqui dentro, defendemos o que pensa o povo e não o que pensam os grandes grupos que aqui vieram, não para ajudar o Paraná, não para construir, mas sim para usufruir atrás da sua preocupação e da sua voracidade de buscar os grandes lucros.

Vamos, com certeza, vencer esta batalha. Quero deixar aqui uma mensagem que ouvi hoje e me chamou atenção: “Por mais que nos arranquem uma flor do jardim, proibirão que venha a primavera”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Próximo orador inscrito, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente e senhores parlamentares.

“O Poder emana do povo e em seu nome será exercido”. Que preceito! Talvez sintetize a melhor forma de democracia representativa, essa expressão que faço questão de repetir: “O Poder emana do povo e em seu nome será exercido”.

Mas que exercício do Poder em nome do povo se faz, quando todas as pesquisas de opinião estão mostrando que o povo não quer vender a Copel? Como estar exercendo o Poder em nome do povo, quando todas entidades representativas da sociedade estão dizendo não, desde as religiosas até as de indústria e comércio, desde os representantes de segmentos como a OAB até os sindicatos?

“O Poder emana do povo e em seu nome será exercido”. Nós não estamos exercendo este Poder em nome do povo!

Como este discurso, senhor presidente, não vai convencer ninguém gostaria de colocar só uma coisa: deputado Waldyr Pugliesi, líder das Oposições, nos resta para amanhã 2 caminhos, duas ações; uma, senhor Presidente e dirigentes da Mesa com o maior respeito que tenho pela Mesa Executiva, é contra esta Sessão pela inconstitucionalidade da condução do projeto de iniciativa popular, se nós avaliarmos o artigo 204 do nosso Regimento Interno. Por que isso?

Os projetos nesta Casa, senhor presidente e senhores parlamentares, têm duas vertentes distintas: uma é o projeto do Deputado. O que acontece quando um deputado apresenta um projeto? Vai para a Mesa, a Mesa lê e diz o seguinte: “Projetos que necessitam de apoio. Deputados que apóiam, permaneçam como estão. **Aprovado**”. Neste momento, o projeto passa a pertencer à Assembléia Legislativa do Paraná no seu conjunto dos Parlamentares.

A outra vertente, é a Constituição que garante, é o projeto de iniciativa popular tratado absolutamente diferente. É um por cento da população, dividido em no mínimo 50 municípios do Estado do Paraná com 1% também, pois bem, este rito diferente exige que um dos representantes do projeto de iniciativa popular acompanhe toda a tramitação dentro da Assembléia sob pena de estar se negando a uma das partes o direito da defesa do seu próprio projeto e não se pode fazer o que quis se fazer aqui, porque o próprio Regimento diz: Será o primeiro subscritor ou alguém por ele delegado”.

E não houve delegado para ninguém e não houve notificação dos subscritores do projeto de Emenda popular. Nós entraremos, indiscutivelmente com uma ação de inconstitucionalidade.

O outro, é pela anulação desta votação. Deputado Nelson Justus, meu amigo a quem admiro com profundidade, os 50 mil votos que V. Exa. recebeu, e que eu acho pouco pelo seu valor, fazem-lhe, neste momento, Secretário dos Transportes. Foi graças a esse respaldo popular, e quando a suspensão de uma Sessão. Quando ela reabre, existe a suspensão em Regime de votação, não permite sequer o Regimento Interno que o deputado presente à Sessão se ausente dela, quanto mais a substituição deste deputado pelo outro, que é V. Exa.

Ninguém lhe nega o direito de ser deputado, nem antes nem depois. O único instante que no meu ponto de ver, V. Exa. está proibido de exercê-lo é exatamente no

curso desta Sessão. Poderia ter assumido antes? Sim! Poderá assumir amanhã? Sim. É legítimo isto, agora o Regimento diz que durante o processo de votação não pode sequer o deputado retirar-se do recinto, portanto, não pode também ser substituído, mas esses dados também não adianta discutir aqui, porque foram sobejamente levantados e a Mesa atropelou 27 contra e 26 a favor, meus companheiros, vai nos fazer atravessar a madrugada e perder todos os requerimentos que colocarem aqui. Nos resta o campo da Justiça, pois bem, vamos discutir um pouco, sofismas, diria eu, sobre a Copel.

Por que nós estamos contra? Por ser contra o governador Jaime Lerner? Não! Nós somos contra por que a Copel poderia transformar-se na grande empresa regulamentadora do sistema energético do País, por que o governo do Estado poderia buscar até uma parceria com uma empresa nacional e fazer a Copel uma empresa espelho para manter custos, reduzir tarifas, dar uma diretriz do sistema energético. Por que manter a Copel?

Porque, deputado Nereu, o maior instrumento que o governo tem hoje no Paraná é a energia elétrica, quando nós ouvimos falar que empresas estabelecidas em outros Estados da Federação estão trabalhando com capacidade diminuída, reduzida na sua potência, o investimento está feito, os funcionários contratados, as empresas com produtos vendidos e tendo que reduzir a produção, porque não pode estourar a energia elétrica devido ao racionamento. Ora, o que nós tínhamos que ter hoje era um delegado do governo do Estado, percorrendo o Brasil inteiro, dizendo para estas empresas: venham para o Paraná que nós lhes garantimos energia elétrica e se possível, inclusive com subsídio por parte do governo, para aqueles que aqui se instalem.

Por que poderia fazer isto? Porque a empresa de energia elétrica nas mãos do Estado, é um meio para atingir um fim, deputado Zuk. A energia elétrica está gerando nas empresas riquezas, emprego, ICMS, IPI, portanto o governo poderia subsidiar uma ponta, por que estaria entrando dinheiro pela outra, através da geração de riquezas para o nosso Estado. Agora, eu lhes pergunto: a energia elétrica na mão da iniciativa privada, tem o seu meio, os princípios; meio e fim na energia! O lucro que os acionistas vão cobrar, terá que ser extraído da luz, da energia, porque nada importa para iniciativa privada; se gera emprego, se gera ICM, se gera IPI, nada! Estamos dispostos, já falamos disso, a sermos solidários com o governo do Estado. Lance ações da Copel e conclame os paranaenses que adquiram essas ações, para manter a empresa em mão do Estado! Busque parceria com o Governo Federal para requisitar as ações já empenhadas e folgar, portanto, economicamente o Estado, mas mantenha, numa parceria com o Governo Federal a empresa na nossa mão. Nós, sem a Copel, viramos - com o devido respeito ao Piauí - o Piauí! Perdemos a nossa grande capacidade!

Senhores, não somos consumidores de energia elétrica! Somos geradores e exportadores! Estamos ven-



dendo o que temos de melhor neste momento! O produto mais estratégico, o produto mais importante, hoje está a dominar o mundo!

Está o País, cobrando sobretaxa! Edifícios residenciais de outros Estados tendo que apagar a área social, desligar elevadores, porque obrigatoriamente, tem que fazer racionamento, além de pagar a sobretaxa, sujeitos inclusive a corte de energia.

Será que não somos capazes de avaliar o crime que se comete contra novas gerações, e dizer que a Copel vai ficar no Paranavaí! Isso é igual dizer que o Rio Iguaçu vai ficar correndo aqui no nosso Estado, é evidente que vai, mas muda o dono, muda o destinatário! Dizer que a tarifa é fixada pelo Governo Federal, ora, o Estado é dono das ações, define sua política energética. Se não puder definir a tarifa, faça para indústria, para novos investimentos e velhos investimentos, para quem aumentar o número de empregos, faça subsídio, porque acaba tendo compensado pelo aumento de ICMS...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a V. Exa. mais um minuto para encerrar o seu pronunciamento!

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Vou concluir, senhor presidente, pois lamentavelmente, a discussão mais profunda desse assunto, não se consegue. Vem tão pouco com essa barbaridade do fundo de aposentadoria, que se fala tanto, como se custo do aposentado não tivesse a contrapartida do desconto que ele faz mês a mês, do seu “minguado” salário, para contribuir para esse próprio fundo e fazer juz à aposentadoria no tempo de serviço completado.

Nós voltamos a discutir esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

A seguir, deputado Irineu Colombo, pela ordem de discussão.

Posteriormente, deputado Orlando Pessuti.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente, senhores deputados: O deputado Durval Amaral falou em seu pronunciamento, (e não me permitiu aparte), muito da Lei nº 866, de 1993, como se ela fosse obstáculo à vida das empresas. Essa lei, é a Lei de Licitações, ela impede o roubo quando se faz a licitação, impede a fraude, e beneficia a administração reta e proba.

Todo mundo sabe que pegar 370 milhões e comprar em “título podres”, deixar o Banestado com o “pepino”, e passar para o Itaú, não ter dinheiro para honrar, e tem que vender a Copel. Portanto, a Lei nº 866, realmente, é um problema para um governo que não é reto, que não é probo.

Está certo o deputado em reclamar dessa lei: “não dá para roubar mais! Não dá para desviar mais! Não dá para o Lerner fazer isso! Quem tem medo da Lei? É a

administração pública mal intencionada que não quer seguir regras para comprar serviços e equipamentos.

A administração privada segue esses princípios para comprar e vender patrimônio.

Quem é honesto, o ano que vem vai continuar a questão da ética e da honestidade. Quem é honesto, não teme a lei.

Quem não obedece a lei, é o governo Lerner, que quer vender a Copel, sem obedecer o artigo 17, que prevê: “Alteração do patrimônio público, condicionado à existência de interesse público devidamente comprovado”.

Não tem comprovação nenhuma do interesse público, essa privatização.

Estamos questionando, judicialmente, tudo.

Qual é o interesse público?

Talvez o interesse público seja manifestado em um plebiscito, porque lá em Londrina, o povo disse não à privatização.

Aonde está a comprovação de interesse público?

O deputado Durval Amaral falou que vendendo a Copel, a energia vai ser mais barata. Ontem, o Secretário da Fazenda falou que a energia não vai aumentar, porque é direcionada pelo Governo Federal. Nem baixar, nem aumentar.

Quem está mentindo: Durval Amaral ou o Secretário Miguel Salomão?

Não tem nenhum estudo comprovando interesse público envolvido na venda da Copel. Quando foi discutido a questão da Copel, como o senhor Ingo Hübert, que muito bem falou o deputado Divanir Braz Palma, que às vezes o serviço público tem o interesse em familiares, e tudo o mais; Ingo Hübert tem um primo, coronel, que está lá nos assentamentos de Segredo, fazendo “chuncho” para todo lado, tem razão deputado.

Quem estraga a empresa pública, é o pessoal da direita, que entra na empresa pública a buscar interesse pessoal. Detona a empresa pública, para justificar a privatização.

Foi feito isso com o Banestado. Trinta contas lá em Londrina, para roubarem a cidade.

Trezentos e setenta milhões do Banestado Leasing, para justificar a privatização do Banestado.

Com relação ao que denunciei aqui, do pagamento de seguro com a Gralha Azul cheio de caixas de computador pegava fogo, misteriosamente e acertado com alguns fiscais, a perícia dava o laudo que os computadores foram queimados. Que nada. A transação era de documentos, legitimada com o pagamento de seguros pela Gralha Azul.

Portanto, nós não podemos pagar toda essa safadeza, esse desmando, esse roubo, com a queima da Copel.

E além do mais no ano que vem é véspera de eleição. Quanto vão ganhar, aquelas empresas, como já foi falado aqui, do senhor Gulin e outras empresas que vão

ganhar, para terem a capacidade contributiva para as campanhas eleitorais.

Ingo Hübert, aquele que tem um primo empregado, ganhando altíssimo salário, contestação feita aqui pelo nobre deputado de Maringá, não trouxe nenhuma manifestação de qual é o interesse público, e porque vender, do ponto de vista de interesse público, essa empresa.

Países, deputado Durval Amaral, como a Inglaterra, Japão, a Espanha, a Itália, as empresas são públicas. Além de serem públicas, são monopólios públicos. aonde, a Inepar, que ajudou a financiar a campanha do Lerner, está tentando vender serviços.

Empresa, às vezes compra, às vezes não. Portugal, Dinamarca, Noruega, Grécia, no próprio Estados Unidos, está se revertendo toda a situação. E lá é pior. Lá é termelétrica. Aqui é hidrelétrica. Negócio fabuloso que o Paraná tem. As hidrelétricas que dão essa energia barata, sobre o controle estratégico.

Dizem assim: Ah, mas a energia pertence ao Brasil.

Energia pertence ao Brasil, designado por leis federais.

Agora, normalmente há uma dosagem entre o controle efetivo e o controle legal. Quem tem o controle efetivo, o governo do Estado do Paraná, portanto, o dia-a-dia da distribuição de energia, da geração, é controlada pelo governo do Paraná.

Quero dizer aos senhores deputados que nós, em seguida, se porventura a empresa for vendida, vamos querer que esse dinheiro apareça. Não vamos esquecer. Não vamos deixar desviar, mais uma vez, dinheiro da Copel. As escolas estão quebradas, está faltando teto, chovendo dentro, falta computador, vão ter que ser arrumadas. As estradas, deputado Nelson Justus, todas do Paraná, deverão ser arrumadas com o dinheiro da Copel, nós vamos cobrar isso. A Previdência, vocês não vão poder fazer como já fizeram com os royalties de Itaipu, vão ter que colocar na Previdência. Vamos pagar certinho o salário dos professores. Vamos dar aumento à Polícia Militar. Vamos reivindicar, com emendas, com requerimentos, aumentos para a Polícia Militar, para os professores, para as universidades, os cursos que vocês prometeram para todo mundo, vamos abrir tudo isso aí, vamos fazer funcionar o dinheiro da Copel. Eu quero ver! Quero ver quanto que vai ser gasto e quanto que, efetivamente, vai ser desviado. Vamos cobrar.

E no ano que vem, vamos mudar o governo, parece que uma contingência histórica e política, porque a saturação do governo Lerner chegou ao limite. Aí fora, assistimos a cenas que estão gravadas por inúmeras câmaras e que serão lembradas no período eleitoral. Vamos mostrar um governo que maltrata os estudantes, põe cavalaria contra os estudantes. Um governo que trata mal os professores, que não coloca a Polícia Militar, mas coloca os infantess para fazer este trabalho. Vamos lembrar de todos vocês! Vamos ganhar a eleição. Aqui, deste lado, está o próximo governo, por aqui, nesses Partidos. E vamos

fazer uma reversão política no quadro energético do Paraná. Talvez não vamos reestatizar essa empresa, mas colocar uma concorrência pública a essa empresa e mostrar como se administra uma empresa pública que vai oferecer serviços de excelente qualidade. Aí vem o neoliberal e diz assim: não, vai abrir empresa pública, aí vocês vão fazer uma “pinduricagem” de emprego. Vamos colocar o pinduricalho de emprego. Será que os pinduricalhos de emprego, incluindo o primo do Ingo Hübert, deram tanto prejuízo como o roubo de trezentos e setenta milhões que a venda da Copel está querendo pagar agora? Será? Impossível!

Olha, tem que empregar muita gente para desviar trezentos e setenta milhões. Trezentos e setenta milhões, tem que roubar um milhão por dia e assim mesmo não chega a cifra, porque faltam cinco ainda, trezentos e sessenta e cinco dias. Dá trabalho para roubar! É trabalho grande mesmo. Não é fácil!

Portanto, uma empresa pública de energia elétrica é eficiente, vai ser estratégica, vai ter um probleminha aqui, de um empreguinho a mais, um empreguinho a menos, mas vai ser ético, decente e vai, sobretudo, dar condições ao povo do Paraná reclamar no momento em que achar errado. Empresa privada... a empresa privada, do jeito que estão fazendo aí, escassez de energia: “o que é escasso, você não vende.” Quem diz isso são os neoliberais. Pegue os principais pronunciamentos dos neoliberais agora de Harvard, por exemplo: “produto que é escasso tem que ter o controle do supermercado para vender arroz e feijão, você vai cobrar o preço que quiser. Aqui, no caso da Copel, é geração, transmissão e distribuição. Vão cobrar o preço que quiserem. Sabe por quê? porque a partir do ano que vem vai estar liberado os preços da energia. ora, se tenho escassez e preço liberado, vai abaixar o preço? Ah! Já acreditei muito em papai noel, fada madrinha, bruxa do chapéu preto e assim por diante.

Quero por último, senhor presidente, fazer uma homenagem ao Paraná. Estou escrevendo um livro sobre a história do Hino do Paraná e no Hino do Paraná, senhor presidente, tem um trecho que diz assim: “...entre os astros do cruzeiro, és o mais belo a fulgir. Paraná luzeiro, avante para o porvir.”

Será luzeiro, apesar do governo Lerner que vende a Copel para tapar os buracos da sua corrupção.

“Paraná será luzeiro, avante para o porvir.”

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Para encaminhar, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, senhores deputados.

É evidente que desde a última quarta-feira até hoje, conseguimos recuperar um pouco da nossa voz e como bem observa o deputado Geraldo Cartário, pela forte gripe que fomos acometidos e toda a medicação que tive-

mos que ingerir, já perdemos, pelo menos uns cinco quilos. Mas, nem por isso, mesmo enfermo, com quarenta de febre, em nenhum momento nos ausentamos do plenário, como tem acontecido, não só hoje, mas também no dia 14 e dia 15. E isso será objeto, logo a seguir, de um questionamento nosso.

Mas, senhor presidente, quando alguns poucos parlamentares estão do lado do governo e contra o povo do Paraná, ocuparam a tribuna, todos falaram, cada um a seu jeito e com a ênfase que cada um pôde colocar, que era necessário vender a Copel em função do difícil momento em que vive o Estado do Paraná. Há que se perguntar nesta hora por que é que o Estado vive esse difícil momento?

Ora, o Estado administrado por pessoas, quando assumiram o Estado do Paraná, ele tinha 84% do patrimônio da Copel. Hoje só tem 31%. E essa gente que diz que o Estado está num momento difícil, essa gente torrou somente 53% do patrimônio da Copel sem que o povo do Paraná ficasse sabendo para onde foi esse dinheiro. Essa mesma gente que vem aqui e diz que tem que vender o resto da Copel, são aqueles mesmos que defenderam aqui, há algum tempo, não muito longe, que se vendesse ações da Sanepar, porque a venda das ações da Sanepar, os mais de 200 milhões que ingressariam nos cofres do Poder Público Estadual, fariam com que se normalizasse a situação financeira do Estado. São aqueles mesmos que foram à tribuna para dizer que com a antecipação dos royalties de Itaipu que seriam resgatados por este Estado até o ano de 2022, que se antecipássemos, o governo antecipasse para agora, que o problema do Fundo de Previdência estaria resolvido.

E o que eles fazem hoje, em especial o deputado Durval Amaral, o deputado Valdir Rossoni, o deputado Traiano? Eles vêm aqui e dizem que o Estado precisa vender a Copel para capitalizar o Fundo de Previdência, porque por culpa do Requião, que fez o Fundo de Previdência, extinguiu e que transformou os cargos celetistas em cargos de regime único, que o Estado está quebrado. Mas, lá atrás, eles disseram que com os royalties isso estaria resolvido.

São as mesmas pessoas que um dia vieram aqui defender que a Ferroeste fosse também privatizada, alegando que a gestão privada seria mais eficiente, que a gestão privada propiciaria aos agricultores e agroindustriais, lá do Sudoeste e do oeste do Paraná, fretes mais compatíveis, fretes mais baratos. E o que vemos hoje? Será que os fretes baixaram?

Será que os agricultores e agropecuarista daquela região estão satisfeitos com os preços praticados por essa empresa que nem sequer consigo me lembrar o nome e de que País é, aquela que está explorando a Ferroeste? E a história do pedágio, quando foi implantado no Estado do Paraná cantou-se em verso e prosa; publicou-se em milhares de jornais, rádio e televisão, de que o pedágio nas rodovias concedidas, inicialmente, pelo governo federal, no Paraná, as rodovias federais, concessionadas à

iniciativa privada, decidiu que as rodovias estaduais do Paraná fossem reconstruídas e melhoradas. Secretário Nelson Justus, V. Exa. está lá, há nove meses praticamente, e o que V. Exa. encontrou, lá foi um Estado todo esburacado, nenhuma rodovia do Estado do Paraná, as estaduais ou daquelas municipais, que outrora foram pavimentadas, nenhuma delas oferece uma qualidade de tráfego que se pode dizer em 100% de condições de tráfego. Muitas delas foram visitadas por V. Exa. e V. Exa. tem afirmado que a situação nas rodovias estaduais do Paraná é caótica e precisa de uma atenção especial.

Esta Assembléia, inclusive, na voz do glorioso deputado Miltinho Pupio, não só neste plenário, mas nas emissoras de rádio e nos jornais do Vale do Ivaí, têm reclamado veementemente uma ação mais firme e determinada de V. Exa. e do governo, no sentido de recuperar aquelas rodovias. mas o pedágio quando foi “cantado em verso e prosa”, foi dito que viria para solucionar esse problema.

Como também não solucionou esse problema, senhor presidente Elio Rusch, o projeto aprovado por esta Casa, de iniciativa do deputado Cartário, que institui o Funcor. Porque não resolveu o problema o Fundo de Conservação de Rodovias? Porque mais uma vez o governo do Estado, na pessoa do governador e do secretário da Fazenda, mentiu aos parlamentares desta Casa, a V. Exa., na época presidente e, posteriormente, secretário. Porque até hoje não repassam os recursos devidos, a título de Fundo de Conservação de Rodovias, que se multiplicados pelos oito meses, 8x7, 56, já teria os 56 milhões entregues ao DER e à Secretaria dos Transportes, para pelo menos fazer uma operação tapa-buraco.

Este governo, senhor presidente, senhores deputados, não merece de nós nenhum crédito. Foi assim, quando anunciou a privatização do Banestado. Banestado que consumiu cerca de seis bilhões do seu saneamento, que deixou o Estado do Paraná um compromisso de amortização de dívidas, superior a 30 milhões de reais, por mês. E que diga-se, a bem da verdade, que quando entregamos, o governo tinha, sim, um problema de ordem de 700 milhões de redesconto diário. Setecentos milhões, muito diferente dos seis bilhões de roubo, que se criou no Banco do Estado, no processo que teve a sua privatização.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Pela ordem, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Nas galerias, estamos vendo que está sendo distribuído sanduíche e refrigerantes a todos. Eu queria que a Mesa providenciasse, aqui, embaixo, para a nossa imprensa e todos os radialistas e jornalistas que se encontram, o mesmo tratamento dado aos servidores públicos do Estado, que aqui se encontram comendo e deixando eles, aqui, embaixo com fome. O dinheiro é do povo. O dinheiro é nosso. Tem que ser distribuído aqui embaixo.

**(Tumulto nas galerias)**

Propaganda é mentir que pagou. Traga a nota aqui embaixo. Traga a nota aqui senhor presidente.

**(Tumulto nas galerias)**

Não pagou nada! Não pagou nada!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicitamos que as pessoas que se encontram nas galerias se mantenham em silêncio, por favor. A Assembléia não pagou os sanduíches às pessoas.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, olhe a provocação do cidadão. Não dá para aceitar, oferecendo sanduíches para os deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ele ofereceu um sanduíche.

O SR. NEREU MOURA

Mas é uma ofensa, senhor presidente.

**(Tumulto no plenário)**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós atendemos a solicitação do deputado Luiz Carlos Zuk, que pediu que a Mesa e a Assembléia distribuisse sanduíches ao Comitê da Imprensa e a Assembléia Legislativa vai providenciar.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Eu solicitei a V. Exa. que, usando a mesma energia do deputado Hermas Brandão, determine que o cidadão seja retirado daqui, porque ele ofereceu ao deputado um sanduíche aqui, e gritando com os deputados.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

V. Exa. tem que determinar para a segurança retirar aquele cidadão que está ofendendo a todos os deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós solicitamos para que o senhor que está com o sanduíche, por gentileza, deixe as galerias. O segurança acompanhe-o, para que deixe a galeria.

Continua com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O senhor tem dois minutos, ainda.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, espero que não seja necessário os dois minutos para concluir.

E dizer aos meus colegas parlamentares que aqui estão, eu ainda não me dou por vencido nesta jornada, presidente Elio Rusch. Esta história que de repente o jogo está perdido por 27 a 26 ou sei lá por qual placar, não me causa neste momento nenhuma preocupação, e tenho certeza que até o momento da votação, esse jogo poderá ser definido de uma outra forma.

E mesmo que não venhamos obter hoje os votos necessários para dar aprovação ao projeto de iniciativa popular, eu saio desta sessão, nesta noite, nesta madrugada e na manhã do dia de amanhã, de cabeça erguida, certo que cumpri o meu dever, porque em 95, quando o deputado Duílio Genari apresentou o primeiro projeto, eu votei contra, em 98, quando foi discutido novamente, votamos contra, e agora neste momento estamos de novo votando esta Lei nº 12355, porque entendemos que ela é uma lei maléfica ao Estado do Paraná.

Saio daqui tranquilo, de cabeça erguida e continuaremos na nossa luta, como disse o deputado Irineu Colombo, na nossa luta de vigiar mais, porque agora, sim, temos em nosso conjunto de parlamentares, um grupo maior do que o que tínhamos até alguns dias atrás. Agora temos condições, sim, de aprovar os pedidos de informações e constituir as Comissões Parlamentares de Inquérito, porque nós vamos, sim, senhor presidente, investigar o pedágio no Paraná, vamos investigar, sim, os jogos mundiais da safadeza, e nós vamos colocar em pratos limpos o roubo do Banestado Leasing e tantos outros que aconteceram neste Estado.

A luta não se encerra hoje com a discussão e votação do projeto de iniciativa popular.

Na minha avaliação, senhor presidente, a luta democrática, a luta em defesa dos interesses do Paraná, está apenas começando; o primeiro passo foi dado nos dias 14 e dia 15; e segundo passo está sendo dado hoje, e esta longa caminhada nos levará certamente a mostrar ao povo do Paraná porque é, realmente, que o Estado está neste estado difícil.

Vamos à luta, senhor presidente, vamos mudar a história do Paraná, revogando a Lei nº 12.355.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

A população que está presente, assistindo esse debate, espero, deputado Nelson Justus, que faça uma reflexão. Não é apenas de homens de coragem que o Paraná precisa, porque a coragem por si não é uma virtude.

A coragem pode cometer muitos destinos, a coragem pode levar as pessoas ao abismo, a coragem também pode mover montanhas e abrir novos horizontes para um povo.

Com certeza, o seu amigo, o governador Jaime Lerner, por muito tempo foi dito por essas pessoas que fazem parte do seu círculo íntimo, que ele não era um homem que tinha coragem.

Acho que pela primeira vez o povo do Paraná pode perceber que o governador tem muita coragem! Tem muita coragem, porque eu não posso acreditar, como é que um governador, num momento tão crítico da vida do nosso País, o ministro das Finanças, Pedro Malan e o seu presidente do Banco Central, acabam de afirmar nos dias que precederam o dia de hoje, que a economia do nosso País não crescerá mais do que 2,5%. O crescimento para

o Brasil estava previsto para este ano, de no mínimo 4%. Tem uma única razão que leva com que o crescimento do nosso País não atinja esse número.

V. Exa. é um homem que exerce um cargo de importância no governo, é secretário de Estado, tem mais responsabilidade do que nós, deputados estaduais. E a razão para o não crescimento do nosso País, sabe qual é, deputado Nelson Justus?

É a profunda crise que se abate no território nacional, dando um duro golpe na economia do nosso País, fazendo com que o Brasil tenha que, de repente, mais uma vez, ter que negociar o empréstimo de 15 bilhões de dólares junto ao Fundo Monetário Internacional, porque não tem dinheiro suficiente em dólares hoje no Brasil, para pagar a receita corrente em relação às suas despesas internacionais.

Sabe por que isso, deputado Nelson Justus? Porque se abateu uma crise de energia elétrica no País!

O Estado de São Paulo é o maior produtor de energia elétrica do País, e o principal produtor PIB, responsável por 50%, entra num recesso profundo. As empresas começam a demitir funcionários, as fábricas estão fechando, diminuiu o ritmo de crescimento, o comércio fecha, o desemprego é um desencanto que se abate no povo brasileiro.

É num momento desse que o Paraná, um Estado que tem uma vocação agropecuária, V. Exa. sabe disso, faz parte do governo, 80% da produção do nosso Estado, desconsiderando Curitiba e Região Metropolitana tem uma vocação da agropecuária.

O seu governo veio para o Estado do Paraná prometendo o desenvolvimento integral do nosso Estado, levando esperança para o interior, para Cascavel, terra do Tiago, para o Noroeste, para Bituruna, do Valdir Rossoni.

O senhor sabe que o Rio de Janeiro, as Minas Gerais, São Paulo e as outras regiões do Brasil, nos próximos 5 a 7 anos, não terão como desenvolver estas regiões? Sabe por quê, deputado Nelson Justus? Porque o empresário lá da Alemanha, não aquele que quer investir dinheiro na bolsa de valores para ter lucro para faturar sobre os ombros e as custas do trabalho dos brasileiros, mas aquele empresário alemão, americano ou de qualquer parte do planeta que queira vir para o Brasil construir uma fábrica e gerar emprego, sabe onde ele vai olhar? Qual Estado ele vai olhar? O Estado do Paraná. Não é nem o Rio Grande do Sul, muito menos Santa Catarina, porque o Paraná ocupa uma posição de destaque geográfico, hoje, na economia da América Latina, com a possibilidade de que a Argentina, Paraguai, Uruguai, Mato Grosso, São Paulo, com a nossa proximidade territorial com esses povos, com o porto que temos de saída para o Atlântico, o Paraná nos próximos 10, 15 anos pode realmente inverter o processo que o Paraná ainda está prisioneiro, de que nossa economia seja uma economia ainda com uma vocação de produtos agropecuários, sem agregar valor agregado.

A soja, que os nossos fazendeiros, que os nossos plantadores plantam, aqui, no Estado do Paraná de 1 milhão de soja que plantamos, aqui, vira 20 milhões na Europa, vira 20 milhões no Japão, vira 20 milhões nos Estados Unidos. Sabe por quê? Porque é a transformação desse produto primário.

Sabe qual é o principal insumo hoje para fazer o Paraná do futuro? Não é incentivo fiscal do governador Jaime Lerner, com base no ICMS. Não é isso, o senhor sabe qual é o principal insumo: É a energia elétrica que temos em abundância! E os rios do Paraná, o Rio Piquiri, o Rio Tibagi, o Rio Ivaí, deputado Nelson Justus, e o nosso potencial no Rio Iguaçu, permitem que a gente construa mais uma nova Copel.

Consumimos 2 mil megawatts; a Copel produz 4 mil. Dois mil nós exportamos.

Não posso acreditar que o deputado Amaral venha a esta tribuna falar para o povo do Paraná “que os paranaenses vão poder se comportar como se comprassem uma carteira de cigarros, um copo d’água, uma garrafa de Coca-Cola num boteco qualquer, que a energia elétrica vai ser vendida para qualquer cidadão do Estado do Paraná, com a competição entre as companhias de energia elétrica.

Temos que fazer uma pergunta para o governador e para todos nesse País: Quem é que pode oferecer energia mais barata para os paranaenses? São Paulo, que não tem energia nem para si, que compra de nós, que compra de nós para mover as fábricas da Volkswagem? Quem? Santa Catarina, que não produz energia? O Mato Grosso, que não tem uma economia consolidada e nem é produtor de energia? Pergunto: quem nos próximos 10 anos pode competir com a Copel? E é verdade aquilo que os senhores não dizem, que o lucro da Copel no ano passado foi de 500 milhões.

Veja a irresponsabilidade do seu governo! O lucro desta companhia foi de 500 milhões de reais. O seu governo, deputado Nelson Justus, endividou o Estado do Paraná de tal ordem, que somente nos primeiros 4 anos gastou 500 milhões de dólares, meio bilhão de dólares, em verba de publicidade! Fez com o Banco do Estado! E é verdade o que os senhores dizem que em 95 o Banco do Estado estava no redesconto com 700 milhões. Mas é preciso dizer que nunca na história do Banco, o Banco do Estado retirou dinheiro dos contribuintes do Estado do Paraná. Conseguiu superar as suas próprias crises pelas suas próprias pernas! E o que nós assistimos, que o seu governo fez? Endividou o Paraná inteiro por 30 anos! Arrebitou com o Banco do Estado! Escândalos de corrupção até agora não esclarecidos para o povo do Paraná fazendo com que nós paranaenses tenhamos que pagar 30 milhões por mês para o Governo Federal, durante 30 anos! V. Exa. foi Secretário da Indústria e Comércio, capitaneou junto com o governador Jaime Lerner a vinda da Renault para cá, a vinda da Audi, empresas que estão produzindo automóveis aqui. Sabe quanto que a Toyota, a

Honda pagaram para construir uma fábrica no interior de São Paulo, sem incentivo?

Sabe quanto de dinheiro foi colocado? 450 milhões de reais nas duas fábricas”.

Eu quero dizer com isto, deputado Nelson Justus, que a cada ano, nos próximos trinta anos, os senhores nos individaram por uma fábrica de automóveis no Estado do Paraná. Se fosse qualquer homem que estivesse governando o Estado do Paraná, que não fosse tão irresponsável, iria procurar a verdade, como o senhor disse que queria procurar aqui.

Sabe qual é a verdade? A verdade, nem eu tenho, nem o senhor tem, nem o governador Jaime Lerner tem. A verdade abre a consulta ao povo do Estado do Paraná, para saber se quer vender ou não a Copel, empresa pública, que é patrimônio dos paranaenses.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, encaminho a seguinte questão de ordem:

“Art. 160 - A votação complementa o turno regimental, a discussão. Nenhuma matéria se porá em votação sem a presença de número legal de deputados.

§ 2º - Durante o tempo destinado á votação, nenhum deputado poderá deixar o recinto das Sessões.”

O ilustre deputado Luiz Fernandes Litro, após responder presença na chamada nominal, determinada por V. Exa. às 20h27min se ausentou do plenário, o que vem fazendo constantemente.

Neste sentido, tendo e vista a expressa disposição do parágrafo 2º do artigo 160 do Regimento Interno que estabelece que nenhum deputado poderá deixar o recinto durante o encaminhamento de votação, requeiro, em questão de ordem, que advirta o citado ilustre deputado a permanecer no recinto das Sessões, sob pena de ser considerado inapto para a votação, na forma regimental.

V. Exa. bem sabe que o período destinado para votação compreende inclusive o período de encaminhamento da votação. Encaminha esta Questão de Ordem para que V. Exa. adote as providências que o Regimento impõe.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

E nós respondemos a V. Exa. que nós estamos em processo de encaminhamento, não estamos em processo de votação.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

O processo de encaminhamento faz parte do período!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Mas não está em votação, ainda.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Mas a ausência dele, poderá...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Indefiro a sua solicitação.

Deputado Nelson Justus.

**O SR. NELSON JUSTUS**

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero dividir este meu encaminhamento em dois pontos, em dois aspectos muito importantes. Primeiro, em momento algum, deputado Ângelo Vanhoni, deputado Orlando Pessuti, em momento algum este deputado esconde a honra que tem de ser secretário ou ter sido secretário da Indústria e Comércio e dos Transportes. Em momento algum, e lembra muito bem o deputado Ângelo Vanhoni, foi durante a gestão do secretário Nelson Justus, que aconteceu a maior transformação do perfil econômico do nosso Estado. Não foi só a Renault e a Audi não, deputado Vanhoni, perderia aqui alguns minutos, espalhados por todos interior deste Estado, das indústrias que aqui se instalaram. E V. Exa., que é um homem probo, sabe disso, que não estou aqui jogando conversa fora, sabe das indústrias que foram para Londrina, das Indústrias que foram para Ponta Grossa, que foram para Oeste, para o Sudoeste; para o Litoral e em boa parte do nosso Estado.

A maior transformação do perfil econômico do nosso estado aconteceu, sim, quando o deputado ou secretário Nelson Justus, estava à frente da Secretaria de Indústria e Comércio. E isso digo com muito orgulho, porque, deputado Ângelo Vanhoni, isso ninguém me tira, nem o seu inflamado discurso! Realmente, esse é um crédito que levo para todo o sempre e com muito orgulho.

Deputado Orlando Pessuti, assumi, sim, a Secretaria de Transporte, e V. Exa. sabe muito bem disso. Por algumas vezes, tem estado na nossa Secretaria, acompanhando as dificuldades com que vive o setor rodoviário de todo o Estado, aliás, de todo o País. Mas, quero tranquilizá-lo, deputado Orlando Pessuti, da mesma maneira, que, enquanto o secretário Nelson Justus participou da maior transformação do perfil econômico do nosso Estado, V. Exa. participará e vai assistir *in loco*, a maior transformação rodoviária que o nosso estado vai assistir ainda nesta gestão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputada Luciana Rafagnin, com a palavra.

**A SRA LUCIANA RAFAGNIN**

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Usando desta tribuna, gostaria de defender o projeto de iniciativa popular. E começaria pedindo aos deputados Basílio Zanusso; Plauto Miró; Duílio Genari; Moysés Leônidas; que deram seu voto favorável à constitucionalidade desse projeto.

Nesta noite, o que estamos votando é a constitucionalidade desse projeto. Peço a esses deputados que mantenham a coerência, que mantenham o seu voto favorável,

como deram na CCJ, que mantenham seu voto favorável à constitucionalidade deste projeto. Pois é isso que estamos votando nesta noite. E pediria encarecidamente a esses deputados, que votassem conosco, que votassem, a favor deste projeto, que é do povo do Paraná, que expressa a vontade de praticamente 399 municípios, mas no projeto aqui, 241 municípios, mais de 120 mil assinaturas, que expressa a vontade de mais de 400 entidades e cito, entidades muito importantes, como a questão de Câmara de Vereadores, como a questão de Igrejas. A expressão popular está contida neste projeto.

Tivemos aqui muitas manifestações, dentro e fora desta Casa de Leis, manifestação de estudantes, lideranças sindicais, empresários, muitas pessoas que vieram se manifestar pedir que revogemos a lei da privatização da Copel.

As imagens que foram mostradas para o mundo inteiro, são imagens de um povo que se sente desrespeitado pelo seu governo!

São imagens de um povo que grita nas ruas, mas o governo não quer ouvir a vontade de mais de 90% do povo do Paraná, que grita pela não venda da Copel.

É lamentável, senhor presidente, que votamos nesta noite este projeto tão importante para o nosso Estado do Paraná. É lamentável da forma que dirigiu-se a votação, impedindo que os autores do projeto, que o povo, autor deste projeto, pudesse vir aqui assistir a Sessão, pudesse, no mínimo, ficar em frente a esta Casa de Leis, e poder manifestar-se.

O número exagerado de policiais que cercou esta Casa... E digo aqui, muitas vezes vi, nesta tribuna, e eu mesma já falei disso, da falta de segurança na nossa capital.

A falta de segurança, eu reconheço, é incompetência, mesmo, da Secretaria de Segurança! Policiais não faltam! Curitiba é nota 10 de policiais, porque o que nós vemos hoje, o que nós vimos na semana passada, policiais tem de sobra!

Mas, para quê? Para bater em um povo ordeiro, que vem aqui na frente da Assembléia manifestar a sua vontade?

Para bater neste povo, que infelizmente, se um dia fez alguma coisa errada, foi acreditar nas falsas promessas de um candidato chamado Jaime Lerner, que é o governador do Estado do Paraná?

Que foi acreditar que ele não venderia a Copel?

Que foi acreditar que seria prioridade a Educação, que seria prioridade a agricultura, que seria prioridade a Segurança do Paraná?

Infelizmente, se algum dia esse povo fez alguma coisa errada, foi votar nesse homem e que eu acredito, a maioria não votou; mais infelizmente, alguém acreditou nas falsas promessas desse homem, e votou. E o povo do Paraná paga por isto.

Nós não podemos, senhores deputados, deixar que esse governo, leve este patrimônio do nosso Estado.

Esse governo não é sério, e já provou!

Portanto, cabe a nós, senhores deputados, está em nossas mãos essa decisão. Está nas mãos de cada um que está aqui!

Nós somos hoje, os verdadeiros, legítimos representantes do povo do Paraná, pois estamos votando um projeto que é do povo do Paraná.

Portanto, senhores deputados, vamos votar com a nossa consciência. Vamos analisando bem o que estamos fazendo, porque hoje, podem estar cercados de policiais impedindo que o povo olhe no olho de cada um, e diga aquilo, que de repente, alguém merece ouvir, mas amanhã, a nossa realidade continua lá fora. O povo que protesta hoje aqui, é o povo que mora e vota no Estado do Paraná!

Portanto, a realidade vai ser dura, sim. E teremos que enfrentar o povo na rua. Eu confesso, minha consciência está limpa. Confesso que saio de cabeça erguida nas ruas do nosso querido Estado.

Talvez muitos que estão aqui, não vão poder fazer o mesmo...

Dizendo isso, senhor presidente, digo, todo o poder que não se baseia na união, é fraco. Vamos analisar a consciência de cada um. Vamos analisar o povo que colocou cada um dos deputados aqui, e vamos com esse povo, que pede que os deputados votem contra a venda da Copel.

Muito obrigado, senhor presidente, muito obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A seguir, deputado Ademir Bier.

Posteriormente, deputado Ribas Carli.

O SR. ADEMIR BIER

Senhor presidente, senhores deputados, rendemos nesta oportunidade, a nossa homenagem à Câmara de Vereadores, à Associação de Câmara dos Vereadores do nosso Oeste do Paraná.

Quando começamos a nossa luta contra a venda da Copel tivemos o incentivo, o amparo também da Uvepar, rendendo a nossa homenagem a todos os vereadores do Paraná. Tivemos a oportunidade de receber do grande companheiro nosso, que preside a Uvepar, Édson Primon, Ofício circular nº 07, onde diz o seguinte (**Lê**):

“Curitiba, 03 de agosto de 2001.

Senhor deputado estadual, os vereadores paranaenses, através da Assembléia Geral Extraordinária da Uvepar realizada no dia 09 de março de 2001, na cidade de Guarapuava, manifestaram-se por unanimidade contrários à venda da Copel.

No momento não queremos adentrar na discussão do mérito, da justificativa que consideram a necessidade de vendê-la ou de não vendê-la, porque acreditamos que isto já tenha sido o fundamento debatido. E cada parlamentar, independentemente de como proceder na votação do projeto de lei de iniciativa popular que impede a venda da Copel, deve ter em mente suas conseqüências, inclu-

sive histórias. Trata-se do primeiro projeto de lei de iniciativa popular que tramita na Assembléia Legislativa do Paraná. É de considerar-se, também, que em todas as pesquisas e consultas populares realizadas a fim de saber qual a opinião da população sobre o assunto, o resultado foi esmagador. A grande maioria da população é contra a venda da Copel. Sinceramente, não há lei justa quando ele for contra a vontade popular e não construiremos um Estado justo com injustiça.

Caro deputado, esperamos que no registro da história da democracia paranaense, o seu nome possa ser lembrado pelas futuras gerações, por ter sido um homem cujas ações jamais tenham se distanciado dos desejos e dos anseios da sua gente. Em nome dos vereadores do nosso Estado, que estão constante e diretamente, em contato com o povo, imploramos para que a luz divina possa iluminá-lo diante dessa decisão. Que Deus lhe dê discernimento, para que o seu voto seja o mais justo para todos os paranaenses”.

Temos que fazer uma reflexão profunda deste ofício circular, porque ele representa, também, a vontade de 93% do povo do Paraná. A Assembléia Legislativa do Estado não pode perder essa grande oportunidade que temos, de tomar esse Poder independente, desatrelar o Poder Legislativo do Poder Executivo. Nós assistimos, aqui, a todo dia, a toda hora, deputados denunciando o desmando desse governo que aí está, e lamentavelmente, nem pedido de informação aqui passa, num total desprestígio ao Poder Legislativo. Esse é o grande momento, é o momento histórico que nós não podemos virar as costas ao povo do Paraná.

Enganados estão os deputados que esperam que nesta noite se encerre esta história aqui, que se vire a página e vamos esquecer. Não vamos esquecer, não, porque o povo não vai deixar esquecer! Nós temos uma responsabilidade muito grande, se nós temos a honra e orgulho muito grande de sermos um dos cinquenta e quatro cidadãos do Paraná, de estarmos aqui, nesta noite, dando o nosso voto, nós temos que ter, mais do que nunca, a responsabilidade deste voto!

Não tenho pretensão nenhuma de mudar voto de ninguém! São meses e meses do povo falando nas ruas, de pesquisas, estampadas em todos os jornais, da imprensa questionando, de mais de 400 entidades deste Estado do Paraná; não tenho essa pretensão.

O Estado do Paraná vive um momento de extrema dificuldade, e isso é reconhecido por todos. Há pouco tempo atrás não era reconhecido e hoje todos reconhecem, independente de ser Situação ou de ser Oposição.

E a Copel, meus irmãos paranaenses, é um instrumento de recuperação deste Estado.

Nós não podemos abrir mão da Copel e abrir mão desses instrumento! Nós não podemos comprometer o futuro das nossas gerações!

E eu quero, após o encerramento dessa votação, percorrer este Estado do Paraná, podendo, quando chegar em casa esta noite, olhar nos olhos da minha esposa, da

minha filha e do meu filho. Mas, quero também ter o direito de percorrer este Estado todo podendo olhar no olho e na alma de todos os cidadãos do Paraná.

Por isso, meus irmãos, não se encerra hoje aqui com essa votação, a história deste projeto de lei. Espero ainda, nos próximos minutos ou na próxima hora, que a sabedoria esteja estampada no sentimento de cada parlamentar desta Casa. Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra, o deputado Fernando Ribas Carli.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Senhor presidente, senhora e senhores deputados:

Quando eu me encaminhava para a tribuna, o ilustre deputado Augustinho Zucchi dizia: vamos votar. E é isso realmente que nós estamos perseguindo, desde a semana passada.

Mas eu queria aqui fazer uma retrospectiva histórica do que vem acontecendo no nosso País, de algum tempo para cá.

Não podemos ficar alheios ao que acontece em nosso País já há praticamente 10 anos, nós temos que fazer uma análise profunda do modelo econômico que foi implantado no Brasil. E quero lembrar a todos os senhores que esse modelo econômico foi implantado ainda no governo do presidente Itamar Franco, quando ele, como presidente e o atual presidente Fernando Henrique Cardoso ministro da Fazenda, negociaram com o Fundo Monetário Internacional como deveriam ocorrer as mudanças econômicas em nosso País.

Por isso, não podemos esquecer que o ex-presidente, hoje governador de Minas Gerais - Itamar Franco, que se posiciona contra a venda de qualquer estatal, foi ele quem vendeu o símbolo do trabalhismo e o símbolo do nacionalismo brasileiro quando vendeu a Companhia Siderúrgica Nacional. Tenho a certeza que ninguém esqueceu disso. Mas, não foi só a Companhia Siderúrgica Nacional, foi a Acesita e muitas outras empresas siderúrgicas que promovem o desenvolvimento, que fornecem a matéria-prima essencial para que possamos produzir os bens de capital.

Aí, sim, nesse setor, o governo sendo proprietário, pode conceder os incentivos para que possamos desenvolver a nossa indústria.

Nós não podemos esquecer que o presidente Fernando Henrique Cardoso vendeu todo o sistema Telebrás, e outras empresas símbolo do nosso País, a Vale do Rio Doce. A época, todos questionavam estão vendendo o nosso subsolo - eu não esqueci disso, porque eu estava na Câmara Federal, presenciando a tudo isso. Fiquei surpreso nesses dias. Fiquei ainda mais surpreso, quando soube da notícia, e não quero e não posso acreditar, que o nobre deputado e ilustre deputado federal Luiz Carlos Hauly, que representa Londrina, que foi meu colega na Câmara Federal, estava contra a privatização da Sercomtel; não acredito, porque o deputado Hauly foi um



dos maiores defensores da venda do patrimônio público. Muitas vezes, nós, amigos e companheiros do deputado Haully, ficávamos preocupados, pelo entusiasmo e a emoção que tomavam conta dele, quando ele defendia o governo Fernando Henrique e o seu modelo econômico. Não posso acreditar que o deputado federal Luiz Carlos Haully tenha sido contra a venda da Sercomtel. Porque pude acompanhar o seu trabalho e as suas posições, na Câmara Federal.

Quero dizer aos senhores foi citado São Paulo. Muito bem. Citaram, aqui, alguém que me antecedeu, que o governador do Acre suspendeu a venda no seu setor elétrico. Ora, São Paulo, só tem mil megawatts para vender, já vendeu mais de dez mil megawatts. Não foi só isso. O finado governador Mario Covas, que morreu idolatrado, como líder, como martir, vendeu praticamente todo o patrimônio público do Estado de São Paulo. Era um homem sério, honrado e trabalhador.

Quero dizer aos senhores como deputado federal, votei contra a terceirização e contra as privações. O meu posicionamento, hoje, é aquele que assumi, desde o dia em que coloquei a minha posição pública, dia em que, através do chefe da Casa Civil, do Governo do Estado, colocando a situação financeira do Estado, que é um reflexo de uma herança que foi recebida, por falta dos governadores anteriores terem sido previdentes. Deveriam ter sido previdentes, sim. Eles não pensaram nos nossos aposentados e pensionistas, naqueles que terão que receber a sua pensão e aposentadoria, no dia de amanhã, porque a Constituição de 1988 foi muito clara e específica, dizendo que o Poder Público poderia optar por um só regime - não é que seja regime único. O Poder Público poderia optar por um só regime, ou estatutário ou celetista. Diversos governos optaram, diversas administrações municipais optaram, pelo regime estatutário, porque era um regime mais econômico. Não se precisaria recolher todas as obrigações sociais, quando o modelo, o regime adotado, é o da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

Eu mesmo, como prefeito de Guarapuava, optei pelo regime estatutário, e imediatamente constituímos um fundo de previdência. Quando deixei a prefeitura de Guarapuava havia mais de dois milhões, depositados na conta do fundo. Fui previdente. Não aconteceu aqui, com o governador da época, que criou um fundo e pouco tempo depois, enviou uma mensagem a esta Casa, acabando com ele e, com isso, proporcionou que todos ou a grande maioria dos prefeitos, que tinham os seus fundos constituídos, com recursos de caixa, também entraram na lei, para a compra municipal, acabaram com o fundo e gastaram o dinheiro.

Hoje eu pergunto, como ficaram os nossos aposentados?

É por esse motivo, por esta razão que temos que ser previdentes, não podemos negar o direito do aposentado e do pensionista perceber o seu salário no final do mês, aquele aposentado que na maioria das vezes tem lá

dentro do seu orçamento um grande percentual que é destinado para a compra de medicamentos.

Por isso, senhor presidente, para concluir e dizer que privatização não é bicho de sete cabeças, devo dizer aos senhores, a Copel é uma empresa belíssima, eu tenho convicção de que é competitiva, não terá problema de concorrência, nada disso me convence. O que me convence é que nós precisamos dar condições ao Estado de prover as suas contas, de prover o pagamento dos seus funcionários.

Agora, quero senhor presidente, para encerrar, dar um exemplo. Em minha cidade Guarapuava, desde 1912, a empresa é privada, na cidade não tem sequer um consumidor que pague a taxa de luz para a Copel. Desde 1912, nós pagamos a conta da luz para a Companhia de Força e Luz do Oeste, e quero lhes dizer, essa empresa, que é privada desde 1912, é modelo para todo o Brasil, porque os senhores sabem que a Aneel exigia, o Denai exigia que a empresa que tivesse um lucro acima de 12% sobre o seu capital, ela teria que devolver para o Denai, para que ele pudesse suprir as empresas deficitárias, e a Companhia Força e Luz do Oeste de Guarapuava, que atende a todos os guarapuavanos, e quando prefeito fiz diversas pesquisas de opinião, e todas elas deram índice de contentamento de mais de 90% de satisfação com a empresa, pois a Companhia Força e Luz do Oeste era uma empresa que tinha que devolver mais recursos para Denai do que a própria Copel, numa prova inequívoca de que a privatização não é esse bicho que pode parecer.

Mas quero dizer aos senhores, a Copel é e será competitiva, mas o Estado tem necessidade de vendê-la, sim, para garantir os proventos dos aposentados e dos pensionistas, pessoas que já trabalharam pelo nosso Estado e também de conceder os aumentos que todos os funcionários, os professores, os policiais, os funcionários do quadro geral precisam, o Estado não pode continuar dispendendo 96 milhões por mês dos recursos que arrecada, mais de 25% para pagamento de aposentados.

Nós temos que ser previdentes, criarmos o fundo, capitalizarmos o fundo, e o fundo pagar essas aposentadorias, essas pensões, e nós temos esses recursos para investir na infra-estrutura para que mais empresas, com disse o deputado Vanhoni, mais empresas da Alemanha, dos Estados Unidos venham para cá, porque a energia vai continuar aqui, a Copel continuará sendo superavitária da geração de energia elétrica, hoje tem uma potência instalada de 4 mil megawatts, gastamos 2, esta potência instalada vai continuar aqui dentro do Paraná. Para isso, temos que continuar o processo de industrialização, temos que continuar o processo do perfil econômico para que nós possamos gerar riqueza, distribuir renda e gerar os empregos que todos os paranaenses almejam.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Hermes Fonseca.

## O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, paranaenses, me desculpem o registro que vou fazer aqui neste momento.

O deputado Carli, quando era deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista, PDT, do Sr. Leonel Brizola fazia e fez um discurso totalmente contrário ao que ele falou aqui hoje, e isso está registrado nos Anais do Congresso Nacional.

Por isso, o que disse o nosso companheiro Marcos Isfer, o Marcos vai cobrar esse discurso daqui dois meses também.

Há uma passagem em algum lugar da Bíblia que diz: “Até quando tu defendereis o injusto e tomareis partido dos ímpios; defendei o fraco e o órfão; protejei o pobre e o oprimido; resgatai o fraco e o necessitado; livrai-o dos ímpios.”

Já li isso há algum tempo, não me lembro em que livro da Bíblia, mas isso se aplica muito bem ao momento em que nós estamos vivendo.

Nós estamos chegando ao final de uma caminhada de todos os rincões deste Estado. Nós estamos chegando ao final de um dia de votação, trazendo o clamor dos paranaenses de todos os municípios. Encontramos o injusto e o incrédulo, mas também encontramos o justo e o crédulo. Encontramos o justo; não o Justus.

**(Aplausos)**

Encontramos o crédulo, aqueles paranaenses que acreditavam e acreditam que preservar a Copel é o caminho para o futuro do desenvolvimento deste Estado.

Encontramos o Justus também, que, infelizmente, é contra a Copel.

Encontramos os fortes que se juntaram a nós nessa caminhada e durante noite e dia, ajudaram a colher as assinaturas que seriam necessárias para subscrever esse projeto de iniciativa popular, o primeiro, da história das Assembléias Legislativas deste País, depois da Constituição de 1988.

Encontramos aqueles crédulos que enxergavam e enxergam na Copel o esteio do nosso desenvolvimento e a garantia de um futuro melhor para o nosso povo. Encontramos também o fraco, o desprotegido e o oprimido.

Encontramos o oprimido aqui nesta Casa, que se curvou à pressão e à violência de um governo que a todo custo quer vender o patrimônio mais rico deste Estado, que violentou a consciência de companheiros nossos desta Casa, que infelizmente não suportaram essa violência, e por isso, não suportaram mais ficar no Plenário, no momento em que discute e encaminha-se o projeto mais importante da história recente desse Estado.

Encontramos o oprimido e o fraco, que se curva às promessas e às benesses de um governo que gastou o que não podia.

Se hoje falta 1 milhão para alguns, como estão dizendo, se nós tirássemos dos 500 milhões que foram

gastos no primeiro governo Jaime Lerner em comunicação e propaganda, se nós tirássemos exatamente 101 milhões, que foi aquilo que o governo do Estado de São Paulo gastou durante os 4 anos, de governo do Mário Covas, sobriariam 399 milhões de dólares, na época!

Com 399 milhões de dólares, nós daríamos 1 milhão, para cada município deste Estado. Tenho certeza, que nós mudaríamos a cara do Paraná com obras, com serviços, resgatando a cidadania, resgatando a vontade do povo do Paraná. Se tivéssemos economizado 399 milhões, que foram gastos em propaganda, transformaríamos a cara do Paraná com estradas, com escolas, com postos de saúde, com creches e com serviços para o nosso povo, que hoje clama por um milhão. Como alguns dizem: “Se eu votar pela Copel, vou trazer 1 milhão para a nossa cidade ou para aquela cidade.” Isso poderia ter sido dado lá trás! E se tivesse acontecido, não estaríamos hoje, minha gente, neste impasse, o impasse daqueles que defendem o povo, o impasse daqueles que querem vender o futuro deste Estado.

Espero, senhor presidente, que na hora da votação estejam aqui os 52 deputados, 26 para cada lado. E que tenha V. Exa. a responsabilidade de decidir o futuro deste Estado, o futuro da nossa Copel.

Espero que aquele fraco, aquele oprimido, aquele que se curvou ao poder dos ímpios, espero que ele não volte para cá nesta noite, e que tenha a oportunidade de decidir o futuro deste Estado com altivez, com seriedade, com coragem, para que o Paraná tenha um futuro melhor para o seu povo, para sua gente e para todos aqueles que acreditam neste Estado; para os crédulos e para os justos.

Peço portanto, meus senhores, que também atenham para aquilo que estamos votando hoje. Estamos votando apenas a constitucionalidade. E não posso aceitar que o presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça, que foi o relator deste projeto, que apresentou um projeto na Comissão de Constituição e Justiça pela legalidade e pela constitucionalidade, que foi aprovado por todos nós que participamos daquela Comissão, possa ele votar contra o próprio parecer. Possa ele negar a constitucionalidade que ele alegou num parecer brilhante. É preciso ter coerência. E a coerência será cobrada de todos nós aqui para frente.

Acredito a utopia é possível e acho que ela está perto de chegar.

Muito obrigado.

## O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Deputado Algaci Tulio.

## O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de solicitar ao ilustre deputado Hermes Fonseca que citou um discurso que eu teria feito. Tudo que eu disse em minha vida nunca voltei atrás. E gostaria que ele me obsequiasse com a cópia deste discurso ao qual ele se referiu, porque não tenho conhecimento que eu tenha dito uma coisa um dia e no

dia seguinte eu tenha dito uma coisa diferente. Quero lhe dizer que estou no aguardo. Conheço a sua idoneidade, conheço a sua seriedade e tenho certeza que o senhor irá se empenhar para me entregar a cópia deste discurso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente e senhores deputados. O Rio tem a Light, uma empresa francesa, que fez com que a privatização do Rio de Janeiro, dirigida hoje pelo governador Garotinho, que teve aqui neste plenário, e que dizia, naquela oportunidade, que os deputados pertencentes ao seu partido estariam hoje votando com o povo do Paraná. Eu espero que assim que eles o façam. A Light faz com que no Rio os apagões e principalmente o mal atendimento, lá sejam presentes, contrastando aqui o que o ilustre deputado Fernando Ribas Carli, que tem a felicidade de ter em Guarapuava uma empresa operando, e acima de tudo capaz, mas no Rio, deputado Fernando Ribas Carli, a Light deixa muito a desejar. Na Bahia a Coelba, que é outra que a cada dia que passa os baianos estão arrependidos de ter feito aquela privatização; no Espírito Santo a Escelsa que na mesma linha faz com que muita coisa não seja atendida nos reclames daquela população no Espírito Santo.

Essas três e outras mais, o que é que fazem?

Com os lucros auferidos durante a sua operosidade, remetem os lucros para as suas matrizes que coincidentemente, deputado Algaci Tulio não estão sediadas no Brasil, e sim, no exterior. Quando querem o fazem super ou subfaturamento, fazem com que fundo de participação dos Estados e conseqüentemente o que é arrecadado no fundo de participação dos municípios, seja ele diminuído.

Falo isto, senhor presidente, senhores deputados, para mostrar que aquilo que o deputado Fernando Ribas Carli defendeu de uma das empresas, eu trouxe três que não estão a contento das suas populações. O que me leva a usar no encaminhamento, senhor presidente é complementar ao deputado Basílio Zanusso. Um deputado operante, um deputado que traz transcrito no parecer, também subscrito pela maioria ou pela totalidade da Comissão de Finanças onde diz: “procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição, e esta Comissão de Constituição e Justiça, constata que o presente projeto de lei atendeu a todos os requisitos impostos pelas normas vigentes, e dão sobre a sua competência a análise da proposição de iniciativa popular, nada encontrou que possa impedir a normal tramitação processual, legislativa, estando o projeto de lei em perfeitas condições de merecer a análise das demais comissões permanentes desta Casa e a deliberação do soberano Plenário. Assina, presidente da CCJ, deputado Basílio Zanusso.

Pela tradição do ilustre deputado, eu acredito que nesta votação da constitucionalidade a sua assinatura e o seu voto serão ratificados neste plenário, como também acredito que os subscritores que aprovaram a constitucionalidade, lá na CCJ, têm também a condição pela qual ratificar neste plenário as suas posições. O deputado Edson Strapasson, presidente-relator da outra comissão técnica, também deu o seu parecer favorável, bem como os outros presidentes das comissões por onde tramitou o presente projeto popular.

Quero neste instante, senhor presidente, em nome do povo do Paraná, agradecer o Fórum Popular da Copel, agradecer o presidente Nelton Friederich, juntamente com todos os segmentos da comunidade que formaram aquele Fórum, que andaram em todo o Paraná, que ouviram a opinião de todo o Estado e que trouxeram a nós, deputados, que esclarecidos pelas posições que aquele fórum nos emprestou, tomamos a deliberação; os 26 senhores parlamentares do povo nesta Casa, de votar contra a privatização da Copel.

Não poderíamos, chegar agora no final, quando vai se iniciar dentro de poucos instantes a votação desse projeto de lei, e não homenagearmos a todos aqueles paranaenses que subscreveram, mas também não faltar com o reconhecimento do Fórum Popular da Copel personalizado no ex-deputado Nelton Friederich, que se aqui não veio foi por falta de uma notificação dentro do Estatuto e dentro do nosso Regimento Interno, fazendo com que todo aquele entrevero neste plenário ocorresse, quando deram a uma pessoa que é totalmente contra o projeto, a sua defesa.

Quero, senhor presidente, ao encerrar, dizer que nós usamos e aqui está o Paraná e o Brasil presentes, aqui se encontravam os senadores da República, aqui estava uma comissão da Câmara Federal, nós, deputados do povo, usamos de todos os meios, mecanismos que o Regimento nos facultar, mesmo às vezes sendo repetitivos, tentarmos segurar a Copel nas mãos do povo do Paraná.

Como aqueles que me antecederam, falo neste instante encerrando, com a mesma cabeça erguida que viam a esta Casa pelas quatro vezes que sou deputado, com a mesma cabeça erguida que por duas vezes fui vereador na minha cidade de Ponta Grossa, com a mesma cabeça erguida, que fui prefeito da minha cidade.

Quero que, no dia de amanhã, quando tentarmos mais mandato eletivo, eu, meus filhos e meus descendentes, tenham orgulho de dizer: “o Luiz Carlos Zuk votou contra a privatização da Copel, junto com 25 valorosos companheiros.”

Principalmente, homenageando a minha mãe, homenageando a minha irmã, cumprimento as deputadas Luciana e Serafina, que nos dão o exemplo daquelas mães, mulheres desses policiais militares que aqui se encontram.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. terá um minuto para concluir seu pronunciamento, nobre deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Encerrando, senhor presidente, essas duas mulheres, representando aquelas mulheres, mães e filhas de policiais militares, defendendo o sonho. E hoje eles se encontram aqui, os P2, ali fora, fardados, que tenham a certeza absoluta, que sabemos que vocês estão sendo usados, não para segurança, mas para intimidação daqueles que têm a consciência tranqüila como nós, de votar não pela privatização, mas a favor da família do Paraná.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Algaci Tulio é o próximo orador.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, todos aqueles que pacientemente aqui permanecem, acompanhando mais uma Sessão histórica desta Assembléia.

Na verdade, esta Casa hoje deveria estar discutindo tão somente a constitucionalidade e a legalidade deste projeto.

No entanto, me parece que é disposição da Bancada Governista, senhor presidente, senhores deputados, liquidar a fatura já nesta 1ª discussão, o que é profundamente lamentável, porque tem esta Casa, a grande oportunidade, primeira no Brasil, de receber um projeto de iniciativa popular. Mais de 130 mil assinaturas, mais de 80 mil abaixo-assinados. mais de 400 empresas, entidades; mais de 93% da opinião pública paranaense, contrária à privatização da nossa Copel!

Nada disso foi possível nesses dias em que debatemos desde a última terça-feira, a luta desmedida de um voto de resistência, colocado aqui nesta Casa, de homens valorosos, de assessores extraordinários, que nos deram toda a cobertura, no sentido de que pudéssemos, durante todas as Sessões, utilizar da melhor maneira possível e dentro da legalidade, os meios, as questões de ordem que aqui colocamos. Infelizmente, nada disso foi possível para sensibilizar a Bancada Governista.

É lamentável, senhor presidente, é lamentável que estejamos rasgando um parecer da CCJ, que por unanimidade dos seus integrantes, deputados do Bloco de Resistência e da Situação, assinaram dizendo da legalidade do projeto.

Nada disso vai valer. Faz de conta que foi uma brincadeira. Apenas uma satisfação, e vamos no Plenário depois e derrubamos tudo. Lamentavelmente.

O governador do Estado, Jaime Lerner, preferiu colocar a sua bancada ao constrangimento, de derrubar aqui dentro, já na primeira votação, pela legalidade, pela inconstitucionalidade. Não poupou a sua bancada; exigiu demais dela. Aliás, constrangeu extraordinariamente o deputado Custódio da Silva, que muito embora para a imprensa, tenho dito sempre que é contra a privatização, mas teria que votar, porque é uma imposição, uma coação que se fazia sobre ele. O que faz? Tira o deputado deste

plenário, na última hora! Joga o deputado para se explicar perante o seu eleitorado! Deputado humilde, vindo das camadas mais simples da nossa Curitiba, está hoje desmoralizado, porque na última hora, na hora da cobrança das penalidades, acharam que ele iria bater mal. Quem sabe desse na trave... e tiraram-no deste jogo, lamentavelmente.

Para constranger mais ainda, exige o sacrifício extraordinário do deputado Luiz Fernandes Litro, que ainda permanece nesta Casa, tentando se manter firme aqui, para prestar o seu voto, que é o voto da diferença.

Senhor presidente, nada disso sensibiliza nada nesta Casa, lamentavelmente.

Senhor presidente. Acho que a preocupação maior não é o Fundo da Previdência, não é o Fundão que o governo quer realmente instituir. Quem sabe nessas quatro ações aqui esteja, quem sabe, a maior razão das empresas que foram fundadas.

A tal de DGW Participações, a Tridler, ainda aqui envolvendo pessoas que hoje estão naquele relatório da Copel, que mostrei agora há pouco, que são pessoas ligadas à Diretoria da Copel. Quem sabe da DHP do Brasil Energia, da Elpaso Empreendimentos e Participações, quem sabe ainda, senhor presidente, nesta ação promovida contra a Construtora Mogno Ltda., com a NBC Participações, a P&M Engenharia, a Escoelectric Ltda., que tem como sócios, participantes, vários diretores da Copel, e outros amigos do governador Jaime Lerner...

Para completar, a DM Planejamento, a Foz do Chopim Energética, que aqui também está colocada na pessoa de Darci Mário Fantin. Outras tantas ações já colocadas no Judiciário, senhor presidente, na tentativa de mostrar a irresponsabilidade, o jogo limpo que não é jogado, o esclarecimento que não é esclarecido, a verdade que não é verdadeira.

Por isso, neste momento em que encerro a minha participação neste processo de votação, tenho para comigo uma satisfação interna, extraordinária, de ter convivido com um grupo de companheiros, e tenho certeza que este grupo se fortalece cada vez mais, e este grupo vai fazer a grande diferença nas próximas votações aqui desta Assembléia. A Bancada de Oposição, o Grupo Independente transformados no Bloco de Resistência, resistência esta que se mantém até este momento e não vai, evidentemente, enfraquecer.

Saio desta Casa hoje parabenizando a imprensa do Paraná, a imprensa que tem dado uma demonstração extraordinária de independência, mostrando os fatos como eles estão realmente acontecendo: o rádio, a televisão e o jornal. Cumprimentando, senhor presidente, os estudantes que invadiram esta Casa, sim, mas que respeitaram, também esta Casa, que não fizeram aquilo que alguns fizeram aqui e colocaram, tentando desmoralizar a classe estudantil do nosso Paraná. Cumprimentando os lavradores, os trabalhadores, o povo que veio do interior na esperança ainda de nos ajudar a mudar este resultado.

Senhor presidente e senhores deputados, termino esta minha fala com a consciência tranqüila, do dever cumprido. Da responsabilidade, da cabeça que vou poder colocar no travesseiro mais uma vez e dormir o sono da verdade, o sono da responsabilidade, o sono de quem tem uma independência, o sono de quem quer a verdade neste Paraná.

Eu e meus vinte e cinco companheiros poderemos fazer isso, tranqüilamente, como já o estamos fazendo desde a semana passada. Não sei se os outros poderão fazer isso. Nós vamos poder andar pela rua de cabeça erguida, peito aberto dizendo para o povo: fizemos a nossa parte, os outros é que não fizeram a deles.

Senhor presidente, espero ainda que esta Casa possa dar uma grande demonstração de respeito a mais de cento e trinta mil assinaturas, independente de quem seja o governador, independente de quem sejam os interesses dessa disputa, mas o respeito ao povo, ao povo que colocou a sua assinatura e que não vai ter a oportunidade de ver este projeto continuar tramitando nesta Casa, porque é preciso matar no nascedouro, é preciso liquidar já, não dá para deixar criar raiz.

Lamentavelmente, perde esta Casa uma grande oportunidade, única neste País, primeiro projeto de iniciativa popular colocado no Brasil e que esta Casa, infelizmente, por insensibilidade, não soube aproveitá-lo.

Que Deus continue, nos iluminando, para que possamos melhorar no dia-a-dia da nossa participação política, no sentido de melhorarmos a condição de vida do povo do Paraná, que possamos melhorar, produzir mais, procurar compreender mais o grito das ruas para não nos arrependermos amanhã, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Questão de ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Questão de ordem, deputado José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, encaminho a esta presidência uma questão de ordem com fulcro no artigo nº 244, incisos 6º, 7º e 10º, combinados com o artigo nº 107, inciso 2º.

A questão é a seguinte: “tendo em vista que na Sessão da última quarta-feira, dia quatorze, a de número 69, a Mesa reconheceu o não cumprimento do inciso 10, do artigo 254, que teve como consequência a não-designação de um deputado como autor para a defesa do projeto de lei de iniciativa popular, conforme os artigos e incisos acima já citados.

E a questão é a seguinte: tendo em vista que a Mesa teve tempo hábil para sanar as ilegalidade, no nosso entender por ela mesmo reconhecida, não convocando o primeiro signatário no período compreendido entre as datas de 15 e 20 de agosto, quais as providências tomadas

pela Mesa após o ocorrido, referentes ao não atendimento do artigo 244? Especificamente era a convocação para a presente Sessão, quando o mesmo deveria fazer o encaminhamento do Projeto de Lei nº 258/2001 de Iniciativa Popular?

Desta forma eu encaminho a V. Exa. a presente questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Indefiro a questão de ordem levantada pelo nobre deputado José Maria Ferreira, baseado em posições já desta Presidência. Posteriormente, responderei a V. Exa. por escrito.

Está decidido, nobre deputado.

Com a palavra o próximo orador, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Na verdade eu não tinha mais a intenção de fazer uso da palavra, porque já o fizemos por muitas vezes, mas, nesse crepúsculo de reunião, achei na obrigação de vir aqui para colocar a nossa derradeira palavra.

Quero falar ao deputado Ribas Carli, representante de Guarapuava e região, por quem temos respeito, é um colega nosso aqui da Casa, dizer-lhe que efetivamente eu não ouvi nenhum discurso aonde V. Exa. tivesse manifestado publicamente a sua contrariedade com relação à venda da Copel. A bem da verdade, não vi pronunciamento de V. Exa. Agora, em conversas pessoais nos disse que era contra a venda da Copel, inclusive quando veio um requerimento para que V. Exa. assinasse e disse que não iria assinar, como de fato não assinou, mas queria votar conosco.

Então, V. Exa. tem o direito de mudar a opinião como qualquer pessoa tem o direito. Se achou que o melhor caminho era a venda da Copel e desse jeito mudou a sua posição.

Mas, podemos, deputado Ribas Carli, nobres deputados, pessoas que assistem e participam dessa Sessão, justificar um erro com outro erro. Se o senador Requião, quando governador do Paraná, cometeu um eventual erro, na ótica de alguns parlamentares que usaram da palavra, não tem o governador Jaime Lerner o direito de cometer outro erro na justificativa daquele erro, porque o povo do Paraná o elegeu para que ele consertasse aquele erro que eventualmente o outro governante teria praticado.

Um erro não justifica outro erro, como se pretende vender a Copel, segundo a justificativa que se faz aqui hoje, porque, a bem da verdade, a justificativa muda com muita rapidez.

Uma hora vai vender a Copel porque ela perdeu o poder de competitividade. Outra hora, porque a Copel é uma empresa fadada ao insucesso. Outra hora, porque tem que tapar o buraco do Fundo de Previdência. Outra hora, porque tem que dar aumento para o funcionalismo

público, e por aí afora vai a justificativa para vender a Copel, que é esse patrimônio sagrado do povo do Paraná.

Ninguém esqueceu, deputado Ribas Carli, da venda da SNN, da Vale do Rio Doce, da Acesita. Ninguém esqueceu da destruição do patrimônio público e por certo ninguém esquecerá da venda da Copel. Nenhum paranaense esquecerá deste ato que está se perpetrando contra o interesse do nosso povo, que é a destruição de um patrimônio construído ao longo dos anos, pelo povo do nosso Estado, porque nós estamos permitindo.

Nós, quando falo na Assembléia não nós, não eu, deputado Nereu Moura, não com os colegas que conosco travaram uma trincheira de fé e de esperança, para não permitir que o povo do Paraná tivesse a sua esperança sepultada, porque estivemos lutando, no combate. Mas a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por certo a sua maioria vai fazer com que o nosso povo, esta noite, nunca mais esqueça desta Casa.

Senhor presidente, ao concluir as minhas palavras quero dizer, aqui aos deputados do governo, particularmente, não temos nada contra nenhum dos nossos colegas deputados. Fizemos aqui, ao longo dessa convivência, amizade, respeitamos a opinião de cada um. Vivemos em uma democracia e a democracia é a singeleza de se saber e conviver com posições diferentes. Mas não consigo compreender, senhor presidente, por quais motivo os nossos queridos deputados, que apoiam o governo chamam para si um desgaste absurdo e cruel como este, quando na verdade o desgaste é do governador Jaime Lerner, a responsabilidade é dele. Porque foi o responsável pela destruição do nosso Estado.

Os deputados que, aqui, não deveriam chamar para si, toda essa responsabilidade, como haverão de chamar, quando formos votar este projeto de lei de iniciativa popular, que não permite a venda da Copel.

Não consigo entender e não consigo compreender, fiquei por várias vezes pensando. Por que será que os deputados representantes do povo, deveriam chamar para si essa responsabilidade, quando não é deles? Quando não foi dos deputado Carlos Simões, Nelson Tureck, Edno Guimarães, Duílio Genari, enfim, os deputados que ali estão, responsáveis pelo caos do Paraná, pela destruição do nosso Estado, pela corrupção, pela incompetência, pelas mazelas ditadas, pelo governador Jaime Lerner.

Por isso, senhor presidente, é que ainda a esperança reside em nosso coração, que o projeto de lei de iniciativa popular vai ser aprovado por esta Casa. Vai ser aprovado sim, por que os representantes do povo não virarão as costas ao povo, e olho-no-olho, no coração do povo e irão dizer em tom alto e bem firme, que jamais se submeterão à vontade de outro, que não seja do nosso povo do Paraná.

Fica aqui esta nossa posição senhor presidente, com a nossa esperança cristalina e verdadeira, de que nós, aqui, acreditamos até a última hora, que o povo do Paraná tem representantes dignos, altivos e corajosos. E estes representantes não irão envergonhar o coração do

nosso Paraná, que não será lida por nós talvez, mas por aqueles que nos sucederão aqui, deixaremos marcado positivamente que a Assembléia Legislativa, num ato histórico, num ato que ficará gravado para sempre, estando do lado do povo e contra as intenções malignas daquele homem, que o povo, infelizmente, elegeu para governar o nosso Estado do Paraná.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Último orador inscrito, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Estamos encaminhando a votação do projeto de lei de iniciativa popular. Hoje, o jornal "O Estado do Paraná" trouxe um artigo, uma matéria jornalística intitulada: "Advogado aponta defeito do projeto", e diz a matéria: "Existe um defeito congênito no projeto de iniciativa popular contra a desestatização da Copel. Trata-se do professor universitário, um dos maiores civilistas do Estado do Paraná, reconhecido em todo o país, Dr. Luiz Alberto Machado". Ele se refere ao artigo 2º sempre pelo menos 51% das ações ordinárias da Copel e das demais empresas a ela vinculadas.

As ações ordinárias são as que dão direito a voto. A Copel tem participações em 16 subsidiárias, entre distribuidoras de gás, comercialização de energia, e segue exemplificando. Assim, se o projeto fosse aprovado, a Copel seria obrigada a comprar ações de outros sócios para ter a maioria: não são palavras minhas, por enquanto.

Diz o professor: "Isso é expropriação". Diz ainda: "Ninguém pode ser obrigado a vender ações para que a Copel seja majoritária no negócio é possível o controle sem a maioria das ações, bastaria um acordo entre os acionistas que concedessem ao governo poder de veto sobre as deliberações e para eleger os diretores da empresa.

Prossegue o professor: "O Legislativo já deu autorização para o governo privatizar a Copel; não pode agora voltar atrás. A Lei nº 12.355 de 08 de dezembro de 1998, que autoriza a reestruturação societária da Copel e garante que as Ações sejam alienadas, dadas em caução ou como garantia, foi aprovada pelos deputados.

"O Poder Legislativo também tem limites e se esse projeto popular for aprovado o governador poderia vetá-lo porque contraria a Constituição da República Federativa do Brasil".

Prossegue: "A Lei de privatização diz que é preciso uma autorização do Legislativo para a venda de uma estatal, se essa autorização foi dada e existe uma lei que aprova o ato, então isso não pode ser mudado. Quando a Assembléia retira o poder administrativo do governador, está atuando com poderes que não tem".

São palavras do ilustre doutor universitário reconhecido em todo o Brasil, Luiz Alberto Machado.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

O doutor é penalista e não constitucionalista...

**O SR. DURVAL AMARAL**

Ainda vou mais além, não somente esses vícios de inconstitucionalidade.

Passo a enumerar outros vícios de inconstitucionalidade:

Aqui faço uma ressalva, uma homenagem à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, brilhantemente presidida pelo ilustre deputado Basílio Zanusso.

Todos nós sabemos a experiência, a seriedade, a honestidade, a determinação e a reverência que tem o deputado Basílio. Claro, a CCJ analisou, mas aqui no plenário, como em qualquer Tribunal, nós não poderemos analisar todos os aspectos da inconstitucionalidade flagrante deste projeto, e é isso que faço neste momento.

**(Lê):**

“Inconstitucionalidade do projeto de iniciativa popular - O projeto padece de múltipla inconstitucionalidade: a primeira e flagrante inconstitucionalidade reside em seu artigo 2º ao estabelecer impositivamente que “o Estado do Paraná deterá, no mínimo 51% das ações ordinárias da Copel e das demais empresas a elas vinculadas”, este dispositivo traz em bojo uma série de inconstitucionalidade incontornáveis, pois fere o direito constitucional de propriedade, fere o direito de associação e de sociedade por implicar em expropriação das ações dos acionistas de 15 empresas vinculadas à Copel (estas, são 16 e apenas em uma delas o Estado detém 51%); fere ainda o princípio constitucional da territorialidade da lei, pois diversas empresas vinculadas estão localizadas em outros Estados; fere a lei de responsabilidade fiscal pois não aponta de onde sairão os “bilhões” para expropriar as ações dessa dezena e meia de empresas.

É inconstitucional, também porque a autorização de Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998 gerou direito adquirido de ato jurídico perfeito e dispõe a Constituição em seu artigo 5º,...que “a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito e o direito adquirido”.

Ora, a aprovação da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, o Estado adquiriu o direito de vender suas ações da Copel, e a Copel, por sua vez, se reestruturou e promoveu gastos vultosos em função de privatização, terceiros fizeram investimentos preparatórios visando a privatização, a própria Copel realizou atos jurídicos perfeitos visando a privatização, tais como voltados para a contratação das empresas avaliadas e audiência prévia voltadas para a licitação”.

Ora, senhores deputados, passo a enumerar resumidamente, sim, inconstitucionalidades flagrantes que sucumbem. Por isso, a Bancada que dá sustentação política ao governo, na Assembléia, votará pela inconstitucionalidade desse projeto:

1º inconstitucionalidade de direito à propriedade;

2º inconstitucionalidade do direito associativo e societário;

3º flagrante inconstitucionalidade da livre iniciativa;

4º a lei não prejudicará o direito adquirido e o ato jurídico perfeito;

5º inconstitucionalidade flagrante, ferindo o princípio da territorialidade da lei, porque não se pode, deputado Moysés Leônidas, desapropriar uma empresa que tem sede e foro em outros Estados da Federação.

Por isso, senhores deputados, com todo o respeito e datíssima vênua que tenho a todos os senhores, quem formulou o projeto de iniciativa popular induziu a população do Estado do Paraná em flagrante inconstitucionalidade e nós não poderemos, neste soberano plenário, deixar passar essa inconstitucionalidade, porque aqui se respeita o estado de direito.

Muito obrigado.

**O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o artigo 244 inciso 9º é muito claro quando diz: “Não se rejeitará liminarmente projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo a Comissão de Constituição e Justiça escoimá-lo dos vícios formais para sua tramitação”.

Além de tudo, senhor presidente, é flagrante e nós todos sabemos, que em Direito existem os pareceres contra e os pareceres favoráveis. Não pode neste momento a Liderança do Governo vir subliminarmente a esta Casa tentar transformar um projeto, que é constitucional. E a discussão com o mestre da Universidade, a quem tenho todo o respeito, Dr. Luiz Alberto Machado, deve acontecer no mérito da Universidade, e não dentro desta Casa, porque cabia a esta Casa qualquer erro que porventura houvesse ser suprido na Comissão de Constituição e Justiça, que não só não o supriu, como não convocou o signatário, como também deu parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, por unanimidade.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Anteriormente esta Presidência já tinha tomado uma definição e mantém a mesma definição.

Deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Apenas por causa da questão de inconstitucionalidade.

Não quero discutir, queria apenas dizer uma coisa, que o parecer de um advogado não faz sob hipótese alguma, a lei.

Conheço o Dr. Machado, conheço seu procedimento, para quem ele advogou e tudo. Respeito, mas tudo bem.

O deputado Durval Amaral poderia ter ficado sem dizer, me desculpe o termo, um momento de argumentos

que seguramente V. Exa. não merece, porque leu o parecer que lhe foi feito por um outro advogado.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, pretendo neste momento encaminhar a V. Exa. por escrito duas questões de ordem que passo a apresentar, para que V. Exa. possa, na sequência, decidir e também por escrito, se for o caso nos responder.

Encaminho a questão de ordem à Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por infringência por parte do deputado Moysés Leônidas, ao artigo 160 parágrafo 3º do Regimento Interno. Tendo em vista que o deputado Moysés Leônidas em declarações à imprensa estadual declarou: “que barganhou o seu voto com o governo do Estado”. E o jornal “Folha do Paraná”, de 15 do corrente, página 6, matéria intitulada: “PSB pede a saída de Leônidas”. Afirmo textualmente o presidente estadual do partido Socialista Brasileiro, Severino Nunes de Araújo: “mandou ofício ao deputado Moysés Leônidas, convidando-o a deixar o Partido. A decisão foi tomada com base em declarações de Leônidas aos jornais do Estado, em que ele deixa claro que estava barganhando o seu voto com o governo estadual. Para A Folha, o parlamentar afirmou que: “queria viabilizar obras em seu reduto eleitoral, região Londrina, cargos na administração estadual e apoio para criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as Universidades Estaduais”, conforme cópia que anexamos.

Nesse sentido, é de inequívoca aplicação ao caso em exame, disposto no parágrafo 3º, no artigo 160 do Regimento Interno, que assim dispõe: “Artigo 160 - A votação complementa o turno regimental à discussão. “Parágrafo 3º: “Tratando-se de causa própria ao assunto em que tenha interesse individual, deverá o deputado dar-se por impedido e fazer comunicação à Mesa; para efeito de quórum seu voto será considerado em branco”.

Ora, é evidente que pelas públicas declarações prestadas pelo deputado Moysés Leônidas, e que inclusive provocaram a sua expulsão do Partido PSB, tem interesse individual e inequívoco na votação do Projeto de Lei nº 248/2001.

Ressalto que em nenhum momento revelou o deputado qualquer argumento ou fundamento político, histórico ou legal para tal posição. Mas sim, tão somente o mero atendimento de seus interesses pessoais, individuais, inclusive com a nomeação de apaniguados para cargos públicos e outras barbaridades, todas à custa do erário público do Estado do Paraná. Neste aspecto evidenciada insuperável suspensão do deputado Moysés Leônidas, agrava pelo cometimento, ainda que em tese, do delito tipificado pelo artigo 333 do Código Penal, requer sob a forma regimental, declare, esta douta Mesa Executiva, o impedimento do deputado Moysés Leônidas para o exercício do voto na presente Sessão, sobretudo em fase de estar se examinando projeto de iniciativa popular.

Sem prejuízo do envio da questão em exame para a Corregedoria desta Casa de Leis, para averiguar hipotéticas inferências ao decoro parlamentar, na forma do inciso 2º, parágrafo 2º do artigo 239, do Regimento Interno desta Casa de Leis, o que pode implicar na perda do mandato, na forma também do parágrafo 1º do artigo 59 da Constituição Estadual e do parágrafo 1º do artigo 73 do Regimento Interno, bem como ato de improbidade administrativa, na forma da Lei nº 8429/93.

Trago questão de ordem que encaminho a V. Exa., senhor presidente.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)**

Eu queria aqui, publicamente, dizer que não esperava nenhuma outra atitude senão essa de desespero daqueles que participam e não sabem perder, principalmente alguns.

Eu, até como advogado militante, com 25 anos na militância como profissional de Direito, quero e faço questão de responder a estas questões todas na hora oportuna e dizer que o foro íntimo é meu, especificamente meu. E quero muito, não fiz afirmações, conforme estão sendo usadas aí, a não ser para minha cidade, minha região.

Se defender a minha Londrina, se defender o Norte do Paraná tiver qualquer conotação de imoralidade, aqui quero ser punido, porque lá na minha cidade, na minha região conheço eu o eleitorado e conheço as nossas necessidades, o resto são firulas daqueles que não sabem perder. Disse aqui e quero voltar a afirmar, participar sempre é importante, mas quando se perde, principalmente não se deve ser ridículo.

Quero responder juridicamente na hora que for citado isso aí.

**O SR. ORLAND PESSUTI**

Senhor presidente, passo a encaminhar a segunda questão de ordem que tenho, mas ressalvando que o deputado Moysés Leônidas reafirmou de público aquilo que nós colocamos na nossa questão de ordem, dizendo que promoveu as barganhas que estamos anunciando.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)**

Eu não quero e não vou aqui discutir com o deputado Pessuti, que já foi presidente desta Casa, líder do Governo. Não ponha em minha boca aquilo que eu não falei. Eu não fiz e não vou fazer nenhuma barganha de ordem pessoal.

Política é a arte de fazer negociações na arte política, é estar junto com o partido uma hora do lado do outro, para se ter a maioria. Não ponha na minha boca aquilo que eu não falei. Quero aqui ser punido por defender a minha cidade, pessoalmente não preciso, estou na política mas não vivo dela, tenho um patrimônio respeitável, o maior deles, que alguns falam, mas não sustentam, e nós vamos poder mostrar que é a questão de ordem moral.



Então não ponha na minha boca aquilo que eu não falei. Estou transigindo aqui para Londrina e para a minha região, e quem na política não fez isso, que atire a primeira pedra.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Encaminho, senhor presidente, também por escrito, para que V. Exa. possa depois decidir e depois nos responder por escrito, se for o caso.

Questão de ordem por infringência, por parte do deputado Nelson Tureck ao artigo 160, parágrafo 3º, do Regimento Interno.

Tendo em vista que o deputado Nelson Tureck em aparição pública, feita em programa de televisão, conforme fita de vídeo com gravação o referido programa dia 10.08.2001, TV Carajás. Programa de televisão, conforme, fita de vídeo, com a gravação do referido programa em anexo, declarou que definiu seu voto em favor do Governo do Estado, ou seja, contra o Projeto de Lei nº 248/2001, afirmando mais ou menos o seguinte, não temos tempo de reprisar tudo: “já consegui para minha região, verbas de um milhão e meio de reais do Governo, para votar pela privatização da Copel, e que após a venda, conseguiremos mais 7 ou 8 milhões de verbas para região. Conforme fita de vídeo em anexo.

Nesse sentido, senhor presidente, é inequívoca a aplicação ao caso em exame do disposto no parágrafo 3º do Regimento Interno, que diz “a votação é um complemento regimental à discussão”. Parágrafo 3º - “Tratando de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa; para efeito de quórum seu voto será considerado em branco”.

Ora, é evidente que pelas declarações prestadas publicamente pelo deputado Nelson Tureck, que o mesmo, a toda evidência, tem interesse individual na votação do Projeto nº 248/2001.

Ressalte-se que, em nenhum momento, revelou o deputado, qualquer argumento ou fundamento político histórico ou legal, para tal posição.

Nesse aspecto evidenciado, executará a suspensão do deputado Nelson Tureck, conforme declarações da fita de vídeo anexa.

Requer-se seja suspensa, repito, seja suspensa a Sessão para a averiguação das declarações do referido deputado, a ser procedida pela Mesa Executiva, em conjunto com o...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito às galerias para não se manifestarem.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

...nobre deputado Caíto Quintana, Corregedor da Assembléia Legislativa.

Averiguadas as declarações e comprovadas as mesmas, requer-se a esta douta Mesa Executiva, o impedi-

mento do deputado Nelson Tureck, para o exercício do voto na presente Sessão.

É a questão de ordem e faço chegar as suas mãos o requerimento e a fita, para que possa V. Exa. decidir sobre a suspensão da Sessão e a averiguação do conteúdo da mesma.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito a compreensão das galerias para o artigo do nosso Regimento, que impede manifestações.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

O Artigo 160 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Artigo 160.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, todos nós sabemos que em casos de impedimento, o magistrado se dá por impedido, quando ele tem razões de foro íntimo muito fortes, para se da por impedido.

Da mesma forma, é uma decisão unilateral do parlamentar, se dar por impedido. E efetivamente, com todo respeito e apreço que tenho ao deputado Pessuti, neste caso, ou nestes dois casos, vem para tentar apenas uma medida protelatória e tenho certeza, senhor presidente, que a integridade, a seriedade, a honestidade dos nossos parlamentares, aqui nesta Casa, estão acima de qualquer suspeita. Todos somos parlamentares que apresentam emendas nesta Casa, para viabilizar obras e recursos para os seus municípios.

E tenho certeza absoluta, ninguém barganhou absolutamente nada com o governo, a não ser reivindicar para os seus municípios, com toda certeza, o que está dentro da legitimidade do Poder Legislativo.

Senhor presidente, improcedem no meu entendimento, as questões de ordem, levantadas pelo deputado Orlando Pessuti.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Esta presidência responde as duas questões de ordem levantadas pelo deputado Orlando Pessuti, e defiro o despacho da disposição de V. Exa.

Estão indeferidos os requerimentos. Está em votação.

Consulto o deputado Waldyr Pugliesi, se vai encaminhar a votação, ainda.

Deputado Waldyr Pugliesi com a palavra.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)**

Só um pequeno esclarecimento, senhor presidente.

O deputado Durval Amaral falou que trocamos por benefício dos municípios.

É possível, ainda hoje, trocar voto aqui? Nessas condições? Isso é um absurdo, convenhamos!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está registrado o protesto de V. Exa.

Com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, subo à tribuna para fazer algumas colocações para que elas fiquem aqui registradas.

O líder do Governo fez a leitura de um extenso documento que lhe foi preparado.

E se apegam àquilo que foi afirmado, como se fosse definitivo.

Estão invocando o parecer do advogado Luiz Alberto Machado, gostaria de dizer, nobre líder do Governo, o seguinte: olha só, a afirmativa do cidadão que exaurou o parecer para bancada de V. Exa. o advogado Luiz Alberto Machado, declara que todo projeto de iniciativa popular é inconstitucional.

Ora, o advogado está colocando abaixo a própria Constituição que está em vigor no País.

A Constituição diz claramente, da possibilidade de se fazer a apresentação de projeto de iniciativa popular.

O projeto é portanto, constitucional.

V. Exas. que têm achado tanta argumentação falsa, falaciosa, mentirosa, no seu bojo, na sua argumentação para vender a Copel, estão se valendo de alguém que diz isso? Ele está revogando a Constituição do País.

Ora, senhores deputados, me parece, senhor presidente, olha só o luminar que o Governo descobriu.

Eu sei, eu o conheço! Dizem que é um homem honrado e capaz. Mas veja bem, outra afirmativa que está aqui no jornal: “Legislativo já deu autorização para o Governo privatizar a Copel”. Não pode agora voltar atrás.

Meu Deus do céu! Ele demite as suas funções a Assembléia Legislativa, e antes, joga na lata do lixo o próprio texto constitucional!

Senhor presidente, não sou advogado, mas a qualquer lei, paira claramente estes absurdos. Apegam-se àqueles, que se em uma hipotética vitória deles nas próximas eleições, mandaria um projeto aqui para privatizar a “Nau Capitânea”, se o Greca for governador.

Mas este, é o teatro do absurdo!

O Felini está perdendo a maior oportunidade, onde estiver, para vir aqui e fazer filmagens de todas as maneiras.

Olha só, senhor presidente, artigo 3º, “Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Espera lá, querem fazer uma lei com efeito retroativo, onde a Copel tiver 51% de participação esta lei obriga que ela mantenha os 51%. Não vai ser obrigada a Copel, como está argumentando o ilustre advogado, que dizem pela lista, não o conheço, que a Copel precisaria sair por aí comprando ações para se tornar majoritária! Olha, eu não sei! Será que isto é possível? Será que estão entendendo dessa maneira ou é, rebatendo as palavras do nobre líder, um expediente que estão usando para tentar colocar neste projeto constitucional, esse vício de inconstitucionalidade. Não acredito! Senhor Presidente, e de

que vale esta Assembléia, através da sua Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Constituição e Justiça não disse que o projeto está perfeito na sua legalidade, na sua constitucionalidade?

Senhor presidente, o povo do Paraná nunca mais se esquecerá desses tempos. Nunca mais! O povo se reúne em todos os cantos, nos quarteirões, nos bairros e em todos os municípios. Não chegou, senhor presidente, nenhuma manifestação de nenhuma Câmara Municipal de Vereadores dizendo ser favorável à venda da Copel. Todos os Legislativos do Paraná se manifestaram contra a venda da Copel. A Assembléia está na lama (?), com a espada de Dramotos (?) no pescoço. Uma multidão majoritária, milhões precisam, talvez, passar pelo “gargalo” de um “Litro”. Meu Deus do Céu! Que país estamos querendo construir, hein? Que exemplo vai ficar?

Respeito a posição de todo mundo e quero dizer o seguinte: V. Exas. estão insensíveis, não estão olhando, no meu entendimento, que pode ser até errado mas tenho que esposá-lo aqui, porque acredito nele V. Exas. estão com uma insensibilidade. A Igreja de dois mil anos, levanta-se repercutindo a vontade popular, nada vale. Todos os legislativos, nada vale. A Ordem dos Advogados do Brasil se manifesta contra a venda da Copel. A Organização das Cooperativas, representando milhares e milhares, não vale nada. Fiep, Faep e Federação do Comércio, todas as entidades de agrônomos e engenheiros, nada vale para convencer a insensibilidade desta Casa.

Nós poderíamos, neste momento histórico, cravar como marca desta Assembléia Legislativa, a coragem de ficar ao lado do povo e se voltar contra aqueles que têm a chave do cofre, que tem as verbas. Encheremos este Estado depois de destruir o nosso patrimônio, com o quê? Com portais? Com chafarizes? Com pracinhas? Lembro-me das declarações de um companheiro desta Casa: “vendendo a Copel, estaremos no segundo turno.”

Ah! Então, é esse o interesse público! Ou é uma jogada, como diz Giovani Gionédis, financeira e política?!

Senhor presidente, o tempo está se esgotando mas eu gostaria...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Já se esgotou.

Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Agradeço a V. Exa. e deixo aqui esse último apelo: vamos votar com a maior tranqüilidade. V. Exas. já falaram que votarão com a consciência tranqüila. Imaginem se aqueles que ficam contra o povo estão tranqüilos; imaginem nós, que estamos ao lado do povo, que tamanha é a nossa tranqüilidade!

Muito obrigado!

**O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)**

Senhor presidente, tendo em vista a palavra do deputado Durval Amaral e suas arguições e que inclusive poderão caracterizar pelo fato da ausência de ato saneador por parte da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, poderão inclusive caracterizar crime de peculato por parte de seu presidente que foi o relator da matéria na referida Comissão. Volto a apresentar a esta Mesa a questão de ordem com relação ao artigo 244, inciso 9º, por escrito, presidente, porque como haverá uma série de questionamentos que se seguirão a esta Sessão, não se iludam em achar que esta Sessão irá termina aqui, nós queremos encaminhar por escrito a V. Exa. e esperamos uma resposta por escrito também.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Já decidi sobre a questão, mas a presidência não vai fugir de posteriormente encaminhar por escrito a posição desta Mesa.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, estou fazendo uma questão de ordem que encaminho por escrito, vou ler a defesa da questão de ordem, e solicito, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal e Artigo 27 da Constituição Estadual, que V. Exa. decida com motivação para que possamos continuar a Sessão, porque não basta, presidente, indeferimento ou deferimento, todo ato administrativo político ou jurídico tem que ter motivação, sobretudo, neste momento, com a Casa que tem, sobremaneira, a questão política.

A questão de ordem é nos seguintes termos:

“O dispositivo expresso no parágrafo 9º, do artigo 4º do Regimento Interno é inequívoco ao exigir a publicação no Diário da Assembléia Legislativa do dia seguinte ao retorno do deputado às suas funções em lugar do suplente, como condição preliminar e pressuposto efetivo de exercício do mandato do Parlamentar que retorna à sua cadeira na Assembléia Legislativa”.

Tendo em vista que o deputado Nelson Justus só comunicou o seu retorno nesta Casa de Leis na manhã de hoje, segundo afirma a própria presidência à Casa, V. Exa. que afirmou isso, não tendo havido ainda, a publicação do deputado referido nesta questão de ordem na forma do dispositivo do Regimento Interno citado, parágrafo 4º.

Apresento essa questão de ordem no sentido de impossibilidade da participação nesta Sessão do deputado Nelson Justus, especialmente votando matéria que já foi exaustivamente debatida nesta Casa na incontestável ausência do referido parlamentar, fato que por si só compromete o legítimo exercício do referido e ilustre parlamentar.

Novamente alertamos a presidência que a manutenção do referido deputado exercendo ilegalmente o mandato nesta ocasião sem ato que ele constituiu, pois que descumprida expressa a norma regimental concernente à

matéria, presidente, sem olvidar o evidente ridículo político de que modificar, no meio do processo de votação já iniciado, um deputado especialmente diante de uma votação tão disputada e do primeiro projeto de iniciativa popular que tramita perante os legislativos estaduais do Brasil.”

Senhor presidente, faço essa questão de ordem e espero motivação para indeferimento ou deferimento dela. Faço por escrito, peço a um assessor que encaminhe à Mesa, e defendo a questão de ordem, dizendo o seguinte: não se pode durante a nossa discussão, tendo em vista a declaração do deputado, que atendendo um anseio popular se manifestou e, imediatamente vem a interferência do Executivo. O Executivo interferiu na medida em que exonera, só para esse caso. E vem aqui no processo de encaminhamento de votação e substitui o deputado. Já houve substituição do Governo Federal, que a imprensa nacional repudiou violentamente e, ainda naquele caso poderá, porque a pessoa - o ministro quando apareceu na Câmara dos deputados, veio com antecedência à discussão e encaminhamento de votação.

Presidente, gostaria de solicitar a V. Exa. que desconsiderasse o voto na Sessão, do deputado Nelson Justus - nosso companheiro, respeitável colega parlamentar, na ocasião, pela apresentação de questão de ordem, não se encontra habilitado para o voto.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vou encaminhar o pedido de V. Exa. por escrito. O deputado Nelson Justus não tomou posse. Ele, simplesmente, assumiu, participou da presidência da Mesa - o seu mandato é dele e delegado pelo povo do Paraná. Será atendido - o pedido de V. Exa. será respondido por escrito, posteriormente.

Está em votação o projeto.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Há um requerimento apresentado à Mesa, de votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vamos colocar o requerimento em votação.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero dizer que fizemos um acordo com o deputado Durval Amaral, para que houvesse o encaminhamento desse requerimento, para que ele seja aprovado no sistema de mais de duas horas, aqui, o encaminhamento desse requerimento. Nós concordamos pela aprovação tanto da Bancada do Governo, quanto da Oposição e do Bloco Independente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Antes de colocarmos o requerimento, formulado por diversos deputados, encabeçado pelo deputado Cezar

Silvestri, sobre a votação nominal, nós (?) o requerimento - o deputado Algaci Tulio. Indeferimos, não damos encaminhamento, não o colocaremos em votação, de acordo com o artigo 180, parágrafo primeiro.

Está em votação o requerimento do deputado Cezar Silvestri. Eu ia solicitar ao 1º secretário Valdir Rossoni a leitura do requerimento, mas farei a leitura somente da súmula: Requer processo de votação nominal, para o Projeto de Lei nº 248/2001, de iniciativa popular, que dispõe sobre a revogação da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 98, que autoriza a alienação de ações da Copel e as providências.

Está em votação o requerimento.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Questão de ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em momento de votação, só o orador da proposição e um deputado...

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, mas eu pedi questão de ordem, antes da votação. (?)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele já está em processo de votação, nobre deputado.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Presidente, peço que V. Exa., atente para o artigo 104, parágrafo 4º, que estabelece a questão do processo de votação, inclusive. Diz o parágrafo 4 (**Lê**):

“Em qualquer fase da Sessão, poderá o deputado falar pela ordem, para reclamar a observação das disposições... exceto no momento das votações, em que só o relator e um deputado, de preferência... o autor da proposição, em votação, o fará.”

Combinado com o inciso 10º, na questão de ordem levantada pelo deputado Nereu Moura, que: o signatário do projeto se faça aqui presente.

Neste momento está prejudicada a votação, porque nem questão de ordem o autor pode levantar. Porque o autor do projeto não está aqui, presidente. Gostaria de levantar esta questão de ordem seriíssima: o autor do projeto popular não está presente e não tem designação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Senhor deputado, vamos à votação. Está indeferida a questão de ordem de V. Exa.

Solicito ao 1º Secretário a chamada dos senhores deputados para a votação nominal de acordo com o requerimento acordado.

O SR. DURVAL AMARAL

Só pedindo um esclarecimento porque não quero questão de ordem. Para que o senhor esclareça ao Plenário desta Casa, como deve votar sim e como deve votar não.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os favoráveis ao projeto popular deverão declarar “SIM”, os que são contrários ao projeto popular têm que declarar “NÃO”.

Solicito aos senhores deputados que dirijam-se às suas poltronas, por gentileza.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Desculpe, é nominal, senhor presidente, e nós não temos microfone...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Desculpe, nobre deputado Waldyr Pugliesi, a falta de som não é culpa da Mesa Executiva, o som é precário, nós tomamos todas as medidas para que pudesse acontecer a Sessão no dia de hoje.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Atenção senhores deputados para a votação:

Deputado Elio Rusch: **Não**

Deputado Irineu Colombo: Pelo povo, **Sim**.

Deputado Augustinho Zucchi: Senhor presidente, em respeito ao Sudoeste do Paraná, ao povo do Paraná, **Sim**, ao projeto de iniciativa popular, contra a venda da Copel.

Deputado Valdir Rossoni: **Não**.

Deputado Antonio Anibelli: Pela dignidade do povo do Paraná eu voto **Sim** pelo projeto popular em favor da não privatização da Copel.

Deputado Cesar Seleme: **Não**.

Deputado Edno Guimarães: **Não**.

Deputado Nelson Garcia: **Não**.

Deputado Eli Ghellere: **Sim** ao projeto e contra a venda da Copel.

Deputado Luiz Carlos Zuk: Pela família, pela minha cidade, pelo meu Estado e pelo bem estar dos paranaenses, **Sim** ao projeto, contra a privatização da Copel.

Deputado Antonio Carlos Belinati: **Não**.

Deputado Geraldo Cartário: **Não**.

Deputado Luiz Carlos Martins: **Não**.

Deputado Moysés Leônidas: **Não**.

Deputado Ricardo Maia: **Não**.

Deputado Hidekazu Takayama: **Não**.

Deputado Miltinho Pupio: **Não**.

Deputado José Maria Ferreira: Senhor presidente, em respeito ao povo do Paraná, voto **Sim** pelo projeto de iniciativa popular contra venda da Copel.

Deputado Luiz Fernandes Litro: **Não**.

Deputado Neivo Beraldin: Senhor presidente, em respeito ao povo do meu Estado, a favor do projeto de iniciativa popular e contra a venda da Copel. **Sim**.

Deputado Sérgio Spada: **Sim** ao projeto de iniciativa popular e não à venda da Copel.

Deputado Renato Gaúcho: **Sim**, ao projeto de iniciativa popular, senhor presidente.

Deputado Duílio Genari: **Não**.

Deputado Fernando Ribas Carli: **Não**.

Deputado Tony Garcia: **Sim**, ao projeto de iniciativa popular. Não, à venda da Copel.

Deputado Pastor Edson Praczyk: Com muita honra, senhor presidente, **Sim**, ao projeto e **Não** à venda da Copel.

Deputada Serafina Carrilho: Por amor ao povo do Paraná: **Sim**.

Deputado Ângelo Vanhoni: Em respeito à vontade da população de Curitiba e do Estado do Paraná, **Sim** ao projeto de iniciativa popular. **Não** à venda da Copel.

Deputado Hermes Fonseca: Em respeito ao povo do Paraná, **Sim** ao projeto de iniciativa popular e **Não** à venda da Copel.

Deputada Luciana Rafagnin: **Sim** ao projeto, **Não** à venda da Copel.

Deputado Divanir Braz Palma: Em favor da modernidade do meu Paraná **Não** ao projeto.

Deputado Cesar Silvestri: Em respeito ao povo de Guarapuava, ao povo do Paraná **Sim** ao projeto de iniciativa popular.

Deputado Marcos Isfer: Em respeito a Curitiba, ao povo do Paraná, pela Constituição do Estado do Paraná, voto **Sim** ao projeto de iniciativa popular e **Não** à venda da Copel.

Deputado Ademir Bier: pela nossa região Oeste do Paraná voto pelo povo, voto **Sim**.

Deputado Caíto Quintana: "O poder emana do povo e em seu nome será exercido". Voto **Sim** ao projeto e contra a venda da Copel.

Deputado Edson Strapasson: Em respeito àqueles que me elegeram, em respeito ao povo do Paraná, pela minha dignidade, pela minha consciência **Sim** ao projeto de iniciativa popular e **Não** à entrega da Copel.

Deputado Nereu Moura: Contra a destruição do patrimônio público, contra a dilapidação, contra a venda do patrimônio público, em favor do povo do Paraná, voto **Sim**, Sr. 1º Secretário.

Deputado Orlando Pessuti: senhor presidente, senhor secretário, senhores deputados, em homenagem aos mais de 120 mil que subscreveram esse projeto, em homenagem à opinião de mais de 90% da população do Paraná que se posiciona contra a venda da Copel, em homenagem à minha família, à minha região, ao meu Estado, voto **Sim**, ao projeto de iniciativa popular e **Não** contra a venda da Copel.

Deputado Waldyr Pugliesi: Pelo Paraná, **Sim**.

Deputado Ademar Traiano: **Não**.

Deputado Algaci Tulio: Senhor presidente, dois momentos históricos da minha vida nesta Casa: Constituinte em 89, e este momento em que nós vivemos. Em homenagem aos estudantes, pela sua bravura, em home-

nagem ao povo do Paraná que subscreveu mais de 130 mil assinaturas deste projeto, digo **Sim** ao projeto, e **Não** à venda da Copel.

Deputado Carlos Simões: **Não**.

Deputado Luiz Accorsi: **Não**.

Deputado Luiz Carlos Alborghetti: **Não**.

Deputado Nelson Justus: **Não**.

Deputado Ricardo Chab: **Não**.

Deputado Tiago Amorin: Em respeito ao povo de Cascavel, do Oeste do Paraná, em nome da minha mãe falecida Alda Porto Novaes, eu digo **Sim** ao povo do Paraná e **Não** à venda da Copel.

Deputado Basílio Zanusso: **Não**.

Deputado Cleiton Kielse: **Não**.

Deputado Chico Noroeste: **Sim** ao projeto e **Não** à venda da Copel.

Deputado Durval Amaral: **Não**.

Deputado Nelson Tureck: **Não**.

Deputado Plauto Miró Guimarães: **Não**.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Senhor presidente está aqui o resultado com 54 dos senhores deputados presentes, 53 votaram.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

27 Senhores deputados votaram **Não** - contra o projeto.

26 senhores deputados votaram a favor do projeto.

**Está rejeitado o projeto e deverá ser arquivado.**

A seguir solicito a retirada dos manifestantes das galerias.

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que revoga o artigo 3º, da Lei 12.355, de 08 de dezembro de 1998. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. (**Publ. no DA nº 057/2001, de 10.05.2001**).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 174/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tony Garcia, tem por objetivo revogar o Art. 3º, da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

**DUÍLIO GENARI** - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 174/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Tony Garcia, tem por objetivo revogar o Art. 3º, da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998.

A Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou favoravelmente à aprovação do projeto quanto a constitucionalidade do mesmo.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao mesmo, acompanhando a manifestação feita pela comissão, ao Projeto de Lei nº 248/2001, que trata da mesma matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 174/2001

P A R E C E R :

Em atendimento ao Art. 33, Inciso 6º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações manifesta-se acerca do Projeto de Lei nº 174/2001, de iniciativa do deputado estadual Tony Garcia.

O projeto em tela trata da Revogação do Art. 3º, da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a alienação de ações da Copel, e adota outras providências, tendo recebido pareceres favoráveis à sua aprovação, das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, nos aspectos inerentes à análise que lhes compete.

Chamada esta Comissão a opinar, e considerando a importância estratégica da Companhia Paranaense de Energia Elétrica para garantir preço e disponibilidade de atendimento ao setor industrial, servindo de alavanca para o desenvolvimento do Paraná no crescimento industrial, na geração de empregos e riquezas ao Estado e sua gente, opinamos pela Aprovação do Projeto de Lei nº 174/2001, seguindo sua tramitação normal.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Presidente e Relator

Requerimento do deputado Cesar Silvestri devidamente apoiado por diversos senhores deputados, REQUER, nos termos do artigo 161 do Regimento Interno desta Casa, o registro e a relação de votos dos parlamentares subscritores, conforme especifica. Como foi voto nominal, já está registrado nos Anais desta Casa, na Ata, no serviço de taquigrafia e no serviço de som.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós já tivemos aqui um processo exaustivo, evidentemente, e agora temos na Ordem do Dia um outro projeto do deputado Tony Garcia que

visa anular a Lei de 1998. Se fôssemos discutir hoje dentro do horário que o Regimento nos permite para encaminhamento de votação para discutir, para encaminhar e todos os trâmites do Regimento Interno, evidentemente, vamos ter aqui algumas horas de Sessão.

Então, requeiro a V. Exa. se fosse possível transferir esse projeto para a Sessão de amanhã, a fim de que possamos reiniciar o trabalho na Sessão de amanhã às 14h30min no horário regimental.

Se V. Exa. não entender, melhor adiar esse projeto para amanhã, desde logo eu me inscrevo para discutir o projeto.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, senhores deputados, questão de ordem: “o deputado que o presente subscreve, com fundamento contido no artigo 104 do Regimento interno, vem apresentar a seguinte questão de ordem: o projeto de Lei nº 174/2001, de autoria do ilustre deputado Tony Garcia, que prevê a revogação do artigo 3º, da Lei nº 12.355/98 de 08 de dezembro de 1988, matéria esta que acaba de se votada e rejeitada com votação nominal no Plenário desta Casa, conforme o Projeto de Lei nº 248/2001, no qual está contido, portanto com base no artigo 127 do Regimento Interno, peço a V. Exa. que determine o seu arquivamento, evitando nova discussão do projeto de lei de idêntica matéria o que importaria em subverter o processo legislativo consagrado no regimento desta Casa de Leis. Sala das Sessões, em 20.08.2001, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito que V. Exa. encaminhe à Mesa, por escrito.

O SR. DURVAL AMARAL

Está sendo encaminhado para a Mesa por escrito, senhor presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Apenas para contraditar, senhor presidente, já que V. Exa. vai definir primeiro que a vertente desses projetos de lei são distintas. Uma de um parlamentar, outra é garantida pela constituição para o projeto popular. Segundo, senhor presidente, que os projetos podem ter o mesmo sentido, mas não são similares, tanto que o próprio deputado Durval Amaral, num encaminhamento alegando a inconstitucionalidade, citou um artigo ou parágrafo do projeto votado anteriormente que dizia que a Copel manteria 51% da Copel e das suas subsidiárias.

O deputado Tony Garcia tem apenas um projeto seco, revoga a lei nº tal, portanto eles podem ter similitude, mas não são iguais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou suspender a Sessão por 5 minutos e me reunir com a minha assessoria, para decidir.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, se os projetos tivessem o mesmo sentido, certamente V. Exa. como presidente determinaria ao departamento legislativo a anexação dos projetos. Se vierem na Ordem do Dia separadamente e evidente que não tem a mesma similitude.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vou suspender, volto a afirmar, por 5 minutos, vou me reunir com a Assessoria Técnica da mesa para fornecer o parecer.

**(Suspensa a Sessão)**

Solicito às pessoas estranhas ao quadro de parlamentares que deixem o plenário para darmos continuidade à Sessão.

Solicito a compreensão da imprensa, dos jornalistas, dos fotógrafos, repórteres.

Decisão...

**O SR. TONY GARCIA**

Questão de ordem, senhor presidente.

Gostaria de deixar claro a esta Casa e a todos que aqui comparecem, hoje, que este projeto meu, que está em suas mãos para sua decisão, senhor presidente, sobre sua votação ou não, foi o primeiro projeto que se deu entrada nesta Casa, com relação à revogação da Lei que autorizava a venda da Copel. O senhor pode ver que este Projeto é de nº 004/2001, foi o primeiro projeto, senhor presidente.

Gostaria que, antes que o senhor desse o seu veredicto, dessa Mesa, que o senhor apreciasse com carinho isso, porque é um parlamentar desta Casa que fez o projeto e vi, com tristeza neste momento, um projeto popular ser derrotado. Sei que o meu caminha, também, para mesma ordem. É com tristeza que vejo, senhor presidente, que ganha o governo e perde o povo, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrado a sua questão de ordem.

(Lê):

“Decisão de Questão de Ordem

Com base na questão de ordem levantada pelo deputado Durval Amaral, e fundamentado no que dispõe o artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, passo a decidir:

O Projeto de Lei nº 248/2001, que acabou de ser rejeitado, pretendia revogar a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998.

Agora o Projeto de Lei nº 174/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, pretende revogar o artigo 3º, da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, contendo, portanto, matéria idêntica àquela objeto da proposição já rejeitada.

Determina o Regimento Interno desta Casa, que matéria constantes de projetos de lei rejeitados ou não

sancionados, só podem ser objeto de nova proposição, quando subscritos pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, salvo as proposições de iniciativa do governador. Neste sentido é a redação do artigo 127, que diz:

“Art. 127 - As matérias de projetos de lei rejeitados, ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do governador”.

Esse dispositivo compreende qualquer proposição levada à votação após a rejeição do projeto que trata da mesma matéria e tem por objetivo evitar a deturpação do processo legislativo mediante sucessivas votações de matérias idênticas já rejeitadas.

Essa é a conclusão que nos oferece a interpretação sistemática do Regimento Interno, que ganha corpo ao ser cotejada com disposição semelhante no artigo 121, que diz:

“Art. 121 - Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer deputado, que determina que a proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas em uma só.”

Portanto, considerando que a matéria objeto do projeto de lei do deputado Tony Garcia está contida no projeto que acaba de ser **rejeitado**, e usando da prerrogativa a mim conferida no parágrafo 1º, do artigo 104 deste Regimento Interno, e com fundamento no artigo 127 do mesmo Estatuto, **decido pelo arquivamento** da Proposição nº 174/2001.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Questão de Ordem)**

Senhor presidente, a tempo de lavrar, que as questões de ordem que pedi, a motivação não teve o mesmo tratamento da Mesa, presidente. Fui prejudicado.

**O SR. MARCOS ISFER (Questão de Ordem)**

Senhor presidente, uma argumentação que V. Exa. faz agora para negar a audiência novamente do projeto do deputado Tony Garcia, V. Exa. derruba o que o deputado Durval Amaral alegou para declarar inconstitucional o projeto anterior, senhor presidente.

Então, só queremos manter esse protesto, porque temos a certeza que uma série de ações judiciais irão se sobrepor. E fica muito claro, se não há condições de se aprovar apenas um projeto de lei que cita um artigo, que é o artigo 3º e não é igual ao de iniciativa popular que revoga toda a lei, e, aliás, foi o que argumentou o deputado Durval Amaral, não me parece haver a similaridade entre os dois projetos, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a discussão.

**O SR. ALGACI TULIO (Questão de Ordem)**

Senhor presidente, também quero ter uma questão de ordem, como fiz ainda antes que V. Exa. se retirasse para dar o seu parecer lamentável. E fazer uma indagação, senhor presidente, se porventura o resultado do projeto anterior fosse diferente, a posição da Mesa seria essa? Faço essa indagação pela seguinte questão, presidente: se os projetos estão colocados na Ordem do Dia, separadamente, é porque entendeu o Departamento Legislativo desta Casa que um projeto era diferenciado do outro.

Lamento profundamente, mas respeito a sua decisão.

Quero também deixar registrado aqui o meu parecer, a minha contrariedade a essa decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrado, deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 22, à hora regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 169, 263, 284, 297, 298/2001 e 191/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 249, 266, 271, 278 e 286/2001.

Levanta-se a Sessão.